

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JULIANA CRISTINA FERREIRA

**OS MISERÁVEIS NA OBRA DE EUCLIDES NETO:  
uma leitura de *Machombongo***

---

UBERLÂNDIA  
Jun/2020

JULIANA CRISTINA FERREIRA

**OS MISERÁVEIS NA OBRA DE EUCLIDES NETO:  
uma leitura de *Machombongo***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Estudos Literários.

Área de concentração: Estudos Literários

Linha de Pesquisa: Literatura, representação e cultura

Orientador(a): Professora Doutora Kenia Maria de Almeida Pereira

UBERLÂNDIA  
Jun/2020

JULIANA CRISTINA FERREIRA

**OS MISERÁVEIS NA OBRA DE EUCLIDES NETO:  
uma leitura de *Machombongo***

Uberlândia, 30 de junho de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra Kenia Maria de Almeida Pereira  
Universidade Federal de Uberlândia (Presidente)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Fernanda Aquino Sylvestre  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Andréa Catrópa da Silva  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges  
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

---

Prof. Dr. Nelson Luís Ramos  
Universidade Estadual de São Paulo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Célia Maria Borges Machado (Suplente)  
Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ediluce Batista Silveira (Suplente)  
Escola Estadual Messias Pedreiro

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F383 Ferreira, Juliana Cristina, 1983-  
2020 OS MISERÁVEIS NA OBRA DE EUCLIDES NETO [recurso eletrônico] : uma leitura de Machombongo / Juliana Cristina Ferreira. - 2020.

Orientadora: Kenia Maria de Almeida Pereira.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Estudos Literários.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.451>

Inclui bibliografia.

1. Literatura. I. Pereira, Kenia Maria de Almeida ,1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Estudos Literários. III. Título.

CDU: 82

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários  
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 250 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4487/4539 - www.pgletras.ileel.ufu.br - secpplet@ileel.ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Literários				
Defesa de:	Tese de Doutorado				
Data:	30 de junho de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	
Matrícula do Discente:	11613TLT013				
Nome do Discente:	Juliana Cristina Ferreira				
Título do Trabalho:	Os miseráveis na obra de Euclides Neto: uma leitura de <i>Machombongo</i>				
Área de concentração:	Estudos Literários				
Linha de pesquisa:	Linha de Pesquisa 2: Literatura, Representação e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	As temáticas do holocausto e do antissemitismo na poesia brasileira				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, composta pelos professores doutores: Kenia Maria de Almeida Pereira da Universidade Federal de Uberlândia / UFU, orientadora da candidata (Presidente); Nelson Luís Ramos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Unesp; Valdeci Rezende Borges da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão / UFG-RC; Andréa Catrópa da Silva da Universidade Federal de Uberlândia / UFU; Fernanda Aquino Sylvestre da Universidade Federal de Uberlândia / UFU.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Kenia Pereira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Estudos Literários.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Maria de Almeida Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/06/2020, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Luis Ramos, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Aquino Sylvestre, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/06/2020, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdeci rezende borges, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Cristina Ferreira, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Catrópa da Silva, Usuário Externo**, em 06/07/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2109354** e o código CRC **102D55C8**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela existência e sentido da vida;

À minha orientadora Professora Doutora Kenia Maria de Almeida Pereira, por compartilhar de seus conhecimentos de forma tão carinhosa, e, pela maravilhosa e segura orientação, principalmente, por acreditar que eu pudesse conquistar esse tão sonhado título de doutora.

Aos professores e professoras, Dra. Fernanda Aquino Sylvestre, Dra. Andréa Catrópa da Silva, Dr. Valdeci Rezende Borges e Dr. Nelson Luís Ramos, por terem aceito participar da banca de defesa com a disposição para contribuir com suas leituras.

Aos meus familiares, minha mãe Elvira, pelo carinho incondicional, apoio e estímulo. Aos meus avós, Benjamim e Ilda, pelo afeto, e aos meus primos quase irmãos, Camila e Charles, pelo carinho, afeto e amizade.

Aos amigos, Dorinaldo, em especial, pelo apoio, carinho e incentivo. Ao Jean, à Valéria, Janaína, Nando, Rosângela, Jaciara, Gláucia, Paulo, Lucélia, Terezinha, Rosana e Jucilene, pela amizade.

À professora Doutora Adriana Sadoyama, que, ao orientar-me na Especialização oriunda do curso de Pedagogia (minha primeira formação), percebeu o meu entusiasmo pela literatura e aconselhou-me para que eu seguisse o caminho das Letras.

Por fim, à revisora Prof<sup>a</sup> Dra. Lidiane Alves do Nascimento.

“O fazendeiro está armado mentalmente  
contra o seu trabalhador”.

Euclides Neto



## RESUMO

O objetivo proposto nesta tese é analisar a constituição da figura dos miseráveis na obra *Machombongo* (2014), de Euclides Neto, a fim de compreender as diversas representações desses sujeitos no espaço da lavoura cacauzeira do sul da Bahia. A investigação dos miseráveis pretende, por meio dos recursos estéticos do romance, dar voz e visibilidade aos menos favorecidos. Durante a leitura e análise da obra percebemos que ela está articulada aos seguintes postulados: às teorias dos estudos literários, aos conhecimentos de história, às teorias de sociologia, às concepções de geografia e a outros conhecimentos epistemológicos. Levantamos, neste estudo, a hipótese de que haveria uma escrita engajada de Euclides Neto, a revelar a luta pela sobrevivência de personagens marcadas pela miséria e opressão das oligarquias. A pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos a vida do autor Euclides Neto, em seus vários aspectos, como, por exemplo, sua atuação nas diversas áreas – política, direito, pioneiro da reforma agrária de Ipiáú (BA), e, também, como escritor. Além disso, apresentamos suas amizades e a forma como o autor lutou para ajudar os menos favorecidos das roças de cacau. No segundo capítulo, analisamos a maneira como os miseráveis foram representados na história e na literatura, buscando compreender a posição que esses excluídos assumem na sociedade e a maneira como são tratados pela população, na qual estão inseridos. No terceiro, apontamos os elementos estruturais, diegéticos, temporais e espaciais da obra, além de verificarmos a forma como os agregados viviam no meio rural, bem como o processo de servidão e as violências que ali sofriam. No último capítulo, destinamos nossas reflexões à representação da figura feminina e do trabalho infantil nas lavouras. Nessa parte, problematizamos as violências que as mulheres sofriam, incluindo a objetificação. Ademais, verificamos a exploração das crianças miseráveis na monocultura, sem serem reconhecidas como sujeito infante, prática comum na atualidade. Nas considerações finais, mostramos os resultados acerca da hipótese que apresentamos, comprovando que Euclides Neto é um escritor engajado, que buscou dar voz e visibilidade aos miseráveis das lavouras de cacau. Dessa forma, por meio de sua escrita, ao descrever as reuniões que envolviam os trabalhadores, a comunidade eclesiástica e os ativistas, bem como as reclamações no sindicato do trabalho, o autor contribui para ampliar a visão crítico-reflexiva do leitor, acerca dos problemas sociais de sua época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Miseráveis; Marginalização; Servidão; Violência Sexual; *Machombongo*.

## ABSTRACT

The objective proposed in this thesis is to analyze the constitution of the figure of the wretched in the book *Machombongo* (2014), by Euclides Neto, in order to understand the various representations of these subjects in the cocoa crop space of southern Bahia. The investigation of the wretched intends, through the sterile resources of the novel, to give voice and visibility to the less favored. During the reading and analysis of the novel we perceive that it is articulated to the following postulates: to the theories of literary studies, to the knowledge of history, to theories of sociology, to the conceptions of geography and to other epistemological knowledge. In this study, we hypothesized that there would be an engaged writing by Euclides Neto, revealing the struggle for the survival of characters marked by the misery and oppression of the oligarchies. The research is structured in four chapters, in addition to the introduction and the final considerations. In the first part, we present the life of the author Euclides Neto, in its various aspects, such as his performance in the various areas – politics, law, pioneer of the agrarian reform of Ipiaú (BA), and also as a writer. In addition, we present their friendships and the way the author fought to help the less favored of cocoa swiddens. In the second chapter, we analyze the way the wretched were represented in history and literature, seeking to understand the position that these excluded assume in society and the way they are treated by the population, in which they are inserted. In the third, we point out the structural, diegetic, time and spatial elements of the work, in addition to verifying the way the aggregates lived in the rural environment, as well as the process of servitude and the violence that suffered there. In the last chapter, we intended our reflections to represent the female figure and child labor in crops. In this part, we problematize the violence that women suffered, including objectification. Moreover, we verified the exploitation of miserable children in monoculture, without being recognized as infant subject, a common practice nowadays. In the final considerations, we show the results about the hypothesis we present, proving that Euclides Neto is an engaged writer, who sought to give voice and visibility to the wretched cocoa crops. Thus, through his writing, when describing the meetings that involved workers, the ecclesiastical community and activists, as well as complaints in the labor union, the author contributes to broaden the critical-reflexive view of the reader, about the social problems of his time.

**KEY-WORDS:** Miserable; Marginalization; Servitude; Sexual Violence; *Machombongo*.

## RÉSUMÉ

L'objectif proposé dans cette thèse est d'analyser la constitution de la figure des misérables dans le livre *Machombongo* (2014), par Euclides Neto, afin de comprendre les différentes représentations de ces sujets dans l'espace de culture de cacao du sud de Bahia. L'enquête des misérables a l'intention, à travers les ressources stériles du roman, de donner la parole et la visibilité aux moins favorisés. Au cours de la lecture et de l'analyse de l'œuvre, nous percevons qu'il est articulé aux postulats suivants: aux théories des études littéraires, à la connaissance de l'histoire, aux théories de la sociologie, aux conceptions de la géographie et à d'autres connaissances épistémologiques. Dans cette étude, nous avons émis l'hypothèse qu'il y aurait une écriture engagée par Euclides Neto, révélant la lutte pour la survie des personnages marqués par la misère et l'oppression des oligarchies. La recherche est structurée en quatre chapitres, en plus de l'introduction et des considérations finales. Dans la première partie, nous présentons la vie de l'auteur Euclides Neto, dans ses différents aspects, tels que sa performance dans les différents domaines - politique, droit, pionnier de la réforme agraire d'Ipiaú (BA), et aussi en tant qu'écrivain. En outre, nous présentons leurs amitiés et la façon dont l'auteur s'est battu pour aider les moins favorisés des swiddens de cacao. Dans le deuxième chapitre, nous analysons la façon dont les misérables étaient représentés dans l'histoire et la littérature, cherchant à comprendre la position que ces exclus assument dans la société et la façon dont ils sont traités par la population, dans laquelle ils sont insérés. Dans le troisième, nous soulignons les éléments structurels, diegetiques, temporels et spatiaux de l'œuvre, en plus de vérifier la façon dont les agrégats vivaient dans l'environnement rural, ainsi que le processus de servitude et la violence qui y a souffert. Dans le dernier chapitre, nous avons voulu que nos réflexions représentent la figure féminine et le travail des enfants dans les cultures. Dans cette partie, nous probons la violence dont les femmes ont souffert, y compris l'objectivation. En outre, nous avons vérifié l'exploitation des enfants misérables en monoculture, sans être reconnus comme sujets infantiles, une pratique courante de nos jours. Dans les considérations finales, nous montrons les résultats sur l'hypothèse que nous présentons, prouvant que Euclides Neto est un écrivain engagé, qui a cherché à donner la voix et la visibilité aux cultures de cacao misérables. Ainsi, à travers son écriture, en décrivant les réunions qui ont impliqué les travailleurs, la communauté ecclésiastique et les militants, ainsi que les plaintes dans le syndicat, l'auteur contribue à élargir la vision critique-réflexive du lecteur, sur les problèmes sociaux de son temps.

**MOTS-CLÉS:** Misérable; Marginalisation; Servitude; Violence sexuelle; *Machombongo*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – EUCLIDES NETO: entre a ficção, a realidade e a política.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 2 – UMA TRJETÓRIA DOS MISERÁVEIS NA LITERATURA.....</b>	<b>53</b>
2.1. Os miseráveis na história da humanidade.....	54
2.2.. Os miseráveis na literatura: uma breve discussão.....	60
2.3. Os miseráveis na literatura brasileira: algumas discussões.....	66
<b>CAPÍTULO 3 – UM BREVE OLHAR SOBRE A OBRA <i>MACHOMBONGO</i>.....</b>	<b>80</b>
3.1 <i>Machombongo</i> : realidade ou utopia?.....	81
3.2 Os miseráveis de <i>Machombongo</i> : opressão e violência.....	91
3.3 Os espaços e a cultura: uma distinção entre fazenda e roça.....	108
<b>CAPÍTULO 4 – MULHERES E CRIANÇAS: representações da violência em <i>Machombongo</i>.....</b>	<b>115</b>
4.1 Uma breve discussão sobre as mulheres e as crianças da região Nordeste.....	117
4.2 As mulheres, a miséria e a violência em <i>Machombongo</i> .....	124
4.3 A infância roubada em <i>Machombongo</i> .....	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, apresentamos os resultados de um estudo realizado a partir da leitura e análise da obra *Machombongo*, de Euclides Neto. Investigamos, no romance, a marginalização, a vida oprimida, as injustiças e a servidão dos trabalhadores da lavoura cacaeira. Durante a leitura, encontramos personagens marcadas pela fome, miséria, violência sexual e exclusão, no período em que o Brasil era controlado pelas forças militares. A obra exterioriza, pela história narrada, o militarismo no meio rural e o poder centralizado nas mãos das oligarquias constituídas por fazendeiros e coronéis.

*Machombongo* “é o mais ambicioso e o mais politizado romance de Euclides Neto” (CESAR, 2003, p. 61). Na narrativa, há descrição de um cenário onde a população sul-baiana vivia sob os efeitos da civilização do cacau no período ditatorial. Por se tratar de um local conjecturado pelo autoritarismo do governo e pela monocultura, os moradores do campo sofriam com as injustiças sociais que ali perduravam. Muitos lavradores existiam em estado de miséria, após perderem suas terras para o crescimento da lavoura. Sem condições de deslocamento para outros lugares, esses trabalhadores permaneciam no mesmo espaço que, um dia, fora deles, cultivando a terra para outro dono.

Nesse cenário, com seu olhar arguto, Euclides Neto descreveu todos os acontecimentos da região, principalmente em relação às lutas entre as classes sociais, delimitando o perfil temático de sua literatura, cujo protagonismo aludiu aos subalternos, representados por meio dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. O autor deu continuidade à *Literatura do Cacau*, formada por escritores canonizados, como Jorge Amado, Adonias Filho e James Amado, os mesmos que, na década de 1930, ficcionalizaram a cultura e o modo de vida do sul da Bahia, dando visibilidade à formação identitária do local.

Já, na década de 1960, seguindo a mesma cadência dos autores dos anos 30, Euclides Neto escreveu seus textos literários como forma de denúncia à exploração e opressão de homens e mulheres que trabalhavam nas lavouras cacaeiras. O autor apresentou sua literatura como “um instrumento de resistência, de luta contra o esquecimento do ‘outro’ subalternizado” (OLIVEIRA, 2018, p. 10) e fez de seus textos um veículo de visibilidade e voz aos oprimidos do meio rural.

Com o intuito de evidenciar a presença dos humilhados trabalhadores da lavoura

cacaueira, Euclides Neto utilizou a estética da escrita em seus textos literários, para representar a história, a cultura, a linguagem, a memória, as lutas de classe e a ruralidade dos sujeitos subalternos da região. O autor relatou as condições trágicas na lavoura, dando um efeito real aos fatos narrados. A esse respeito, Antonio Candido, em seu artigo “O direito à literatura”, argumenta que o efeito estético de um texto literário transmite manifestações de crenças, comportamentos e sentimentos ao leitor, fortalecendo a “humanização” do fictício, contribuindo para reflexões acerca dos acontecimentos sociais e históricos (CANDIDO, 2004).

Nessa perspectiva, Euclides Neto descreveu os miseráveis das terras cacaueiras, que eram representados por personagens arruinados pela pobreza, e que viviam à margem, em busca da sobrevivência, enfrentando trabalhos explorados, além de residir em lugares impróprios e degradantes como, por exemplo, em ranchos feitos de palha taipa. Entretanto, essas descrições das personagens miseráveis e seus modos de vida apenas davam continuidade às denúncias iniciadas nos anos 30, do século XX, que caracterizaram a região Grapiúna, assim nomeada para particularizar o território da produtividade cacaueira da Bahia.

Salientamos também que, na década de 1930, o Brasil transitou pelo processo de modernização, e os escritores literários nordestinos, como José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, entre outros, ao presenciarem essas mudanças que aconteciam no campo econômico e social do país, escreveram seus textos, revelando os acontecimentos do Nordeste, como a seca, as desigualdades sociais e as dores e sofrimentos humanos. Assim, “entre os anos 30 e os anos 50 do século XX –, a estética e a cultura [...] literárias a intuídos de revolução social e econômica [faziam] da literatura um instrumento de compromisso social do escritor” (REIS, 2013, p. 32).

Em seus textos, Euclides Neto mostrou seu compromisso com o meio social, articulando suas percepções em relação aos fatos ocorrentes na região, como as injustiças sociais que os miseráveis sofriam e a grande desigualdade social. A partir de seu comprometimento com a população, ele apresentou personagens em suas ficções, que, apesar de castigadas pela miséria e pelas relações de poder, não viviam na alienação, pois tinham consciência da situação de penúria que enfrentavam nas roças de cacau, bem como da falta de direitos trabalhistas e da servidão. Essas personagens apontam as ideologias do autor direcionadas ao marxismo e a luta por uma sociedade mais equânime, em que

todos pudessem trabalhar e tirar da terra o seu sustento.

As intenções ideológicas do autor levam-nos a compreender a importância da reforma agrária na região. Reforma esta que aconteceu logo após Euclides Neto tomar posse da prefeitura do município de Ipiáú, no ano de 1963. Como prefeito, ele trabalhou a favor dos menos favorecidos, oferecendo emprego e moradia a partir da construção da Fazenda do Povo<sup>1</sup>, local que serviu como abrigo e gerou emprego para aqueles que se encontravam na miséria.

Dessa forma, ao ter conhecimento dos textos de Euclides Neto, interessei-me em pesquisar o autor. O entusiasmo surgiu a partir da primeira conversa que tive com o Professor Doutor João Batista Cardoso, que já havia pesquisado esse escritor em seu pós-doutorado, e que, posteriormente, havia publicado sua pesquisa no livro *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado*. Por ser conhecedor e amante dos textos euclidianos, o professor João falou-me a respeito do prazer em ler e estudar Euclides Neto. Desde esse dia, seus relatos despertaram em mim a curiosidade e a vontade de conhecer mais da vida e obra desse autor.

A primeira obra que li foi *Os magros*, a qual se transformou em um dos objetos de análise de minha Dissertação de Mestrado, dialogando com a obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, em uma pesquisa que procurou revelar as mudanças identitárias sofridas pelas personagens com o processo de desterritorialização e depauperamento na região Nordeste. Atualmente, a minha pesquisa de Dissertação foi publicada como livro, cujo título, homólogo à Dissertação, é: *Sociedade, cultura e identidade em Vidas secas, de Graciliano Ramos e Os magros, de Euclides Neto*.

Em meus estudos de mestrado, após ler e pesquisar *Os magros*, e tendo me apaixonado pela escrita euclidiana, adquiri as seguintes obras: *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino*, romance que descreve a luta feminina para sobreviver à pobreza, à exclusão social e ao desemprego; *O tempo é chegado*, contos que revelam a decadência do cacau e o empobrecimento da população do sul da Bahia; *Os genros*, obra de contos que relatam as mudanças identitárias do povo sul baiano no período da decadência do cacau; *64: um prefeito e os jumentos*, livro de crônicas que apresentam a maneira como era organizada a política sul baiana; *Dicionareco das roças de cacau e*

---

<sup>1</sup> Falaremos de maneira detida sobre a construção da *Fazenda do Povo* no capítulo I de nossa pesquisa.

*arredores*, um dicionário que contém os dialetos da região e *Machombongo*. Por ter lido quase todas as obras euclidianas, decidi pesquisar, no Doutorado, em diálogo com minha orientadora Professora Doutora Kenia Maria de Almeida Pereira, a obra *Machombongo*, por representar, com bastante clareza, a maneira como o empobrecimento dos trabalhadores rurais e as violências aconteciam no campo, no período ditatorial.

Perante as leituras das obras euclidianas e o conhecimento de sua escrita e do contexto histórico, dediquei-me a conhecer a vida pública e política do autor. Compreendi a importância de apresentar pesquisas que elevem seus textos literários, que, mesmo não sendo muito conhecidos, trazem contribuições valiosas para a construção do pensamento crítico a respeito das questões históricas, políticas e sociais em nosso país.

Até o momento, com a leitura e análise de *Machombongo*, percebi que, em 1986, ano em que Euclides Neto publicou esse romance, no Brasil, ainda havia vestígios da Ditadura Civil Militar, como traços das violências e da opressão vividas nos tempos sombrios desse governo. O autor, com sua sensibilidade ainda aguçada com as repressões do militarismo, descreveu um tempo e um lugar calcados no sofrimento dos miseráveis, que padeciam à margem das oportunidades sociais. Eram seres mutilados pela servidão, pela escassez de recursos básicos e pelas aflições que o autoritarismo de fazendeiros e militares gerou.

A partir da leitura de *Machombongo*, a hipótese que levantamos é a de que haveria um discurso literário engajado do escritor Euclides Neto, no qual se inscreve a luta pela sobrevivência de personagens marcadas pela miserabilidade e espoliação via poder oligárquico rural.

Nesse sentido, apresentamos como *corpus*, selecionado para o desenvolvimento da análise da tese, fatores como a miséria, a injustiça, a servidão, a violência e as desigualdades sociais vividas pelos miseráveis representados na obra *Machombongo*. No que diz respeito ao momento histórico-cultural da narrativa, temos um período cronológico de aproximadamente quinze anos, com início da ascensão da elite agrária em 1964, o que configura aspectos da Ditadura Civil Militar. A partir da escolha e da leitura do *corpus*, levantamos a seguinte problematização para a sustentação de nossa pesquisa: como são representados os miseráveis em *Machombongo*?

A princípio, expressamos três argumentos para a questão apresentada: a) a representação e o lugar ocupado pelos miseráveis na narrativa; b) a possibilidade de um



estudo crítico acerca da representação das desigualdades sociais, da opressão e da exploração dos lavradores; c) a violência sexual sofrida pelas mulheres pobres e a exploração da mão de obra infantil, em uma sociedade formada por ideais patriarcais. Assim, em decorrência do trabalho diegético, por meio das representações ficcionais dos miseráveis e da ambiência, tornamos relevante a contemplação da escrita aprimorada de Euclides Neto, compreendendo o modo de vida, o comportamento e a marginalização dos pobres no decorrer da narrativa.

Desse modo, esta pesquisa está ancorada numa tendência crítica literária baseada no contexto histórico-cultural do Sul da Bahia, revelando questões da emergência de pesquisas direcionadas à marginalização e à escravização dos sujeitos subalternos, “o trabalhador e a trabalhadora rural” (OLIVEIRA, 2018), que fazem parte de Grapúna e são silenciados pela opressão. Para além dos estudos, pretendemos tornar possível o conhecimento da literatura euclidiana, em sua materialidade, como um instrumento de denúncia das injustiças sofridas pelos oprimidos do campo.

Partindo dessa premissa, o objetivo principal desta investigação está articulado na análise e compreensão da obra *Machombongo* no que corresponde à formação das desigualdades sociais da região, as quais contribuíram para a vida oprimida e explorada dos miseráveis, que trabalhavam como agregados na lavoura cacauceira. Pretendemos compreender as grandes violências e injustiças sofridas por esses sujeitos, ao buscarem apenas a sobrevivência e o reconhecimento de seus direitos, no meio social.

Nessa consonância, apresentamos como sustentabilidade precípua em nossa pesquisa, a análise das personagens de *Machombongo*, as quais são marcadas pela miserabilidade, violência, abusos sexuais, exploração da mão de obra, espoliações e injustiças sociais, fatores recorrentes nas roças de cacau, no período em que os militares e as oligarquias rurais detinham todo o poder. Esses sujeitos aparecem no decorrer da história, como uma forma de denúncia que Euclides Neto, em seu engajamento, faz da descomunal desigualdade entre as classes sociais do sul da Bahia.

Mediante o escopo apresentado, traçamos a metodologia a partir da leitura, análise e compreensão da obra em questão. No que permeia a diegese, averiguamos a maneira como foram constituídas as personagens miseráveis, levando em consideração a escassez de recursos básicos e a exploração que sofriam nas lavouras, a marginalização e a busca pela sobrevivência, em um período que, não só na Bahia, mas em todo o Brasil, ocorriam

mudanças com o processo de modernização.

O país estava sujeito ao aumento das desigualdades sociais e ao empobrecimento da população, que permanecia à margem, em pleno progresso da modernidade. O governo investia elevada concentração de renda nas indústrias e colocava de lado a produtividade agrária do país. A população estava subordinada pelo mandonismo e controle dos militares, emergindo, como pauta, o autoritarismo, o que comprovava as afirmações feitas por Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, de que havia o processo de “modernidade” no meio urbano, e de “atraso” no meio rural (HOLANDA, 1997).

Após debruçarmos na leitura da obra, notamos que há um delineamento entre fazenda e roçado. A primeira é identificada como a moradia do proprietário, e o segundo é caracterizado como local das plantações do cacau<sup>2</sup>. Essa distinção entre os espaços na narrativa contribui para “um indicativo do contexto socioeconômico, definindo a classe social da personagem e poderia ainda, esclarecer pontos sobre seu modo de ser, auxiliando no entendimento de suas atitudes e sentimentos” (BARBIERI, 2009, p. 111).

Para uma abordagem mais segura a respeito dos aspectos das ambientações, atitudes e comportamentos das personagens miseráveis, ensejamos investigar autores e fontes que nos permitiram mapear conhecimentos acerca do propósito que apresentamos em nossa pesquisa envolvendo *Machombongo*. Ao nosso entendimento, sobre a opressão e a miséria representadas no romance, é relevante iniciar a discussão com autores como Eleni Varikas, em sua obra *A escória do mundo: figura do pária* (2014), ressaltando a figura dos miseráveis na literatura universal, tornando clara a semântica dessa palavra. Essa autora dá-nos respaldo em conhecimentos que revelam o processo de formação dos miseráveis e as divisões de classes sociais. Nesse trajeto, sustentamo-nos no que o pesquisador Luciano Barbosa Justino, em seu artigo “Literatura de multidão: a potência dos pobres na literatura brasileira contemporânea” (2012), declara sobre o conceito de povoado, que este consiste em um pequeno espaço ocupado por diversas famílias necessitadas, a dividirem, no mesmo lugar, suas misérias e sofrimentos.

Para a compreensão do espaço descrito na narrativa, dialogamos com Cláudia Barbieri, em seu texto “Arquitetura literária: sobre a composição do espaço narrativo” (2009), que discute o espaço como uma forma de caracterizar aspectos físicos, geográficos e de pensamentos das personagens, dando um efeito de fato real. Assim, no

---

<sup>2</sup> Discutiremos com mais profundidade sobre a diferença entre fazenda e roça no capítulo 3.

momento em que Euclides Neto mostra as ambientações na fazenda e no roçado, apresenta, também, as desigualdades sociais e o modo como a região estava organizada. Utilizamos o autor Ozires Borges Filho (2007), em *Espaço e literatura: introdução à topoanálise*, para pensarmos no espaço da narrativa como um lugar, uma localidade das personagens. Maurice Blanchot (2003), em *O espaço literário*, para compreendermos sobre o espaço literário visto como um espaço imaginário, infinito e indefinido.

Além disso, pesquisamos autores que escrevem sobre a pobreza como José Roberto do Amaral Lapa, em sua obra *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil* (2008), para entendermos sobre a exclusão dos miseráveis na sociedade. Roberto Schwarz, no livro *Os pobres da literatura brasileira* (1987), revelando sobre a vida sofrida e marginalizada dos miseráveis na literatura brasileira. Fernanda Calasans Costa Lacerda, em sua pesquisa *Pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações* (2009), para um estudo mais acurado acerca da miséria existentes na sociedade baiana.

Já, adentrando as terras sul-baianas, buscamos apoio teórico em Elieser Cesar, em seu livro *O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto* (2003), e em João Batista Cardoso, na obra *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado* (2006), a fim de aprofundarmos nos estudos e conhecermos mais a região cacauzeira e a forma como Euclides Neto representou a vida escassa dos miseráveis de *Machombongo*, que viviam sob a tirania das oligarquias rurais. Esses sujeitos eram humilhados e trabalhavam de maneira servil nas lavouras, no período ditatorial.

Além de aspectos socioculturais da região sul da Bahia, evidenciamos também a grave marginalização em relação à figura feminina posta na condição de subalternidade e silenciamento. Essa representação literária euclidiana encontra ressonância em discussões historiográficas pensadas por Miridan Knox Falci, no estudo *Mulheres do sertão nordestino* (2008), ao explicitar uma visão da sociedade nordestina hierarquizada por relações patriarcais, cujo desprestígio da mulher é um traço marcante.

Para falarmos a respeito da exploração da mão de obra infantil, apoiamos em Philippe Ariès, em seu livro *História social da criança e da família* (1994), que salienta acerca da questão da organização familiar dos miseráveis e do trabalho de meninos e

meninas para a sobrevivência. Esse autor discute a história do reconhecimento da criança como sujeito infante, no decorrer das épocas. Entretanto, Euclides Neto mostra que, apesar de, atualmente, as crianças serem reconhecidas como sujeitos que estão em processo de formação, ainda há resquícios da exploração da mão de obra infantil no meio rural, como resultado das grandes desigualdades sociais.

Desse modo, ao estudarmos *Machombongo*, procuramos fundamentos na historicidade do período ditatorial e sua contextualização no texto “A política econômica do autoritarismo” (1994), de Maria da Conceição Tavares, para compreendermos o abuso de poder e o autoritarismo dos militares no Brasil, que resultou no atraso da economia agrária, sendo esta uma retomada ao controle das elites rurais, que valorizavam o coronelismo. Utilizamos, também, o texto “Tortura no contexto do Regime Militar”, de Amarílio Ferreira Júnior (2000), para termos noção da gravidade das violências dos militares como forma de repressão social.

Averiguamos os acontecimentos da época, presentes em *Machombongo*, o contexto histórico-geográfico do Brasil, descritos pelo narrador, que vinculam a história, a literatura e a geografia, através da descrição de lugares reais, como por exemplo, Jequié, Rio Novo, Distampina, entre outros. A partir dessa questão, Borges Filho (2007) esclarece a respeito da noção dos espaços descritos no romance, os quais nos ajudam na localização dos personagens, por onde caminham e onde vivem. Buscamos, também, conhecer a formação cultural e identitária da região, no contexto da monocultura, através da leitura do livro *A região cacauzeira da Bahia: dos coronéis à vassoura-de-bruxa* (2008), de Lourdes Bertol Rocha.

Refletimos, nos estudos *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko (2003), acerca do fato de que os textos literários levam-nos à familiarização do meio social e à expectativa de cenas verídicas e de fatos que poderiam ter acontecido. Esses possíveis acontecimentos, revelados no romance analisado, apontam a literatura de Euclides Neto como uma possibilidade de os leitores diversos conhecerem a história dessa região, os conflitos de seu tempo, a memória e a identidade cultural do Sul da Bahia. Pela representação dos sujeitos sociais, o autor manifesta seu propósito em trazer a realidade vivida no cotidiano de Grapiúna para o conhecimento populacional.

Dessa maneira, por meio da literatura euclidiana, averiguamos a dialogicidade da

narrativa com a história, a cultura e a sociedade. Após termos o conhecimento desses textos, percebemos que Euclides Neto escreveu suas narrativas apontando os fatos ocorridos no sul da Bahia, a partir do crescimento da produtividade cacaueteira. O autor mostra uma perspectiva política arraigada na cultura, modos de vida, crenças e valores do local em que nasceu, cresceu e passou toda a sua vida. Percebemos, também, que, por meio da literatura, o autor busca redarguir as imposições do autoritarismo ditatorial e manifestar-se contra a violência e subordinação dos menos favorecidos nas plantações de cacau.

Seguindo esse contexto representado na obra em questão, discutimos, no primeiro capítulo de nossa pesquisa, “Euclides Neto: entre a ficção e a política”, a vida do autor em tempo cronológico, desde o seu nascimento até a sua morte. Nesse percurso, estudamos Euclides Neto como um escritor comprometido com os problemas sociais, e como um político que, já nos tempos universitários, almejava lutar pelos menos favorecidos de Ipiáú, o que nos leva a entender sua trajetória, visto que Euclides Neto tornou-se advogado dos pobres e marginalizados da sociedade.

Ao tornar-se prefeito de Ipiáú, Euclides Neto, – movido pelo desejo de uma reforma agrária para o município baiano, – oportunizou emprego e moradia a centenas de famílias pobres, por meio da fundação da Fazenda do Povo. Essas terras são resultados do processo de desapropriação de um oligárquica rural que mantinha o terreno improdutivo. Em consonância com esse episódio, não é fortuito que, na década de 1980, Euclides Neto tenha sido nomeado como secretário de reforma agrária do Estado da Bahia, de modo que essas experiências na situação política nos parecem ser determinantes para a criação literária do escritor, ao produzir narrativas que mimetizam fortemente o universo social dos sujeitos órfãos de terra e/ou explorados pela estrutura fundiária, local dominado por fazendeiros.

No segundo capítulo, “Uma trajetória dos miseráveis na literatura”, apresentamos, de forma panorâmica, a presença dos miseráveis na literatura universal, e o modo como esses sujeitos surgiram nos textos literários. Para uma análise mais detalhada dos fatos, fizemos as subdivisões do capítulo em três subtítulos: o primeiro, com foco nos miseráveis na história da humanidade, em seguida, apresentamos esses sujeitos na literatura universal e afunilamos para a literatura brasileira, para, então, posteriormente, apresentarmos acontecimentos históricos datados a partir do século XIX, até a atualidade.

Fizemos, ao longo do capítulo, descrições, e exemplificamos com cenas que apresentam os miseráveis na literatura.

Em nossas análises, no terceiro capítulo, cujo título é “Um breve olhar sobre a obra *Machombongo*”, efetuamos a mesma trajetória do capítulo anterior, o dividindo em três subtítulos, buscando, primeiramente, escrever sobre a maneira como o romance foi organizado, a história, o espaço, o tempo linear, que se inicia com o Golpe de 1964, até quase o fim dos tempos ditatoriais. Depois, apresentamos a maneira como Euclides Neto descreveu as personagens escravizadas na lavoura, sofrendo com as injustiças e a falta de direitos humanos. Apontamos os aspectos consideráveis do processo de coisificação dos trabalhadores rurais, constando que o capítulo aborda, de maneira intensa, a gritante forma com a qual os lavradores eram explorados nas roças de cacau, pelas elites rurais que os enxergavam como um mecanismo para gerar produtividade e lucro. Esses sujeitos eram coagidos e ameaçados por violências, caso se mostrassem contrários ao autoritarismo do fazendeiro. Vimos, também, que Euclides Neto revela-se como um político experiente, que conhece as injustiças vividas pelos sujeitos subalternizados e oprimidos do campo.

No quarto capítulo, mantemos as mesmas três subdivisões, sendo intitulado “Mulheres e crianças: representações da violência em *Machombongo*”. Nesse capítulo buscamos abordar, de maneira crítica, as violências sexuais sofridas por mulheres pobres e com aparência agradável aos olhos do coronel. Elas sofriam os abusos sexuais e ainda estavam expostas ao julgamento da sociedade. Expomos as cenas em que as mulheres eram objetificadas pelo fazendeiro, que agia conforme o seu desejo, sem demonstrar mera empatia pelas vítimas. Aqui, evidenciamos que, na fazenda, não havia somente essas mulheres que sofriam com as violências sexuais, existindo, além delas, aquelas que eram exploradas na lavoura cacauceira, trabalhando as mesmas horas que os homens, realizando os mesmos trabalhos pesados, porém, sendo menos remuneradas. Elas recebiam um salário injusto sob a justificativa de serem mulheres, notabilizando uma sociedade patriarcal. Ainda, nesse mesmo capítulo, discutimos sobre o trabalho infantil, vivido pelas crianças, filhas dos agregados, que, diante da penúria, eram levadas para as roças, para trabalharem nas plantações. Eram crianças que não tinham infância e nem frequentavam escola, porém, eram utilizadas como força de trabalho no cultivo do cacau.

Por último, nas considerações finais, fizemos um apanhado dos aspectos mais

relevantes apontados nos quatro capítulos, como a estética da escrita euclidiana, que nos apresenta uma literatura de denúncia das desigualdades sociais e do modo como as personagens foram constituídas na narrativa, seus modos de vida e o lugar que ocupam na sociedade. Apontamos os resultados da análise e compreensão da narrativa, considerando as mazelas vividas na região cacauceira da Bahia, os espaços descritos, o tempo histórico e a maneira com a qual o autor representa, na obra *Machombongo*, os aspectos socioculturais da região, o desnível social e o autoritarismo do governo e da elite agrária. Concluimos, com os resultados atrelados à nossa hipótese, compreendendo a pobreza, a servidão e a subalternidade dos miseráveis, tanto homens quanto mulheres e crianças, trabalhadores no roçado, que serviam de mão de obra barata nas lavouras de cacau, além de descritos com resplandecência na obra em questão.

## CAPÍTULO 1

### **EUCLIDES NETO: entre a ficção e a política**



*Sou um mateiro que nasceu os dentes, perdeu-os, ganhou-os e tornou a perdê-los nas roças de cacau. E nas mistas, isto é, nas do dito cujo referido e gado. Tudo na mesma nação.*

(EUCLIDES NETO, 1994, p. 11).

Euclides José Teixeira Neto, conhecido como Euclides Neto, nasceu em Genipapo (atual Ubaíra), em 11 de novembro de 1925. Aos seis anos de idade, mudou-se com sua família para Ipiaú (atual Jequié), na busca por uma vida melhor, nas terras cacauceiras. Na nova cidade, Euclides Neto foi matriculado em uma escola situada no meio rural, e, conforme esclarece seu filho Marcelo Teixeira, no documentário *Euclides Neto: o homem e seu tempo*, exposto no site [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com)<sup>3</sup>, “ao chegar a Ipiaú, ele [Euclides] foi matriculado numa escola na roça e alfabetizado pela professora Leila Luz” (TEIXEIRA, 2011). O convívio com o povo de Ipiaú despertou em Euclides Neto grande simpatia pelos moradores do local, principalmente por aquelas que pertenciam à classe menos favorecida, demonstrando, assim, suas ideologias, as quais se manifestaram através de sua política e de seus textos literários.

Após onze anos morando em Ipiaú, o pai de Euclides Neto adquiriu fazenda de cacau e conseguiu dar uma assistência melhor aos estudos do filho. No ano de 1936, Euclides Neto mudou-se para Salvador para cursar o ginásio. Nesse período, ele conheceu o padre francês Camillo Torrend, professor, cientista e botânico, e este o influenciou na leitura de literatura de cordel, como *A mulher que comeu o beijo do jegue pensando que era arroz-doce* e *Colunga e Maleita*, vendidos na feira do arraial, além de romances como *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, a peça *Mercador de Veneza*, de Shakespeare, *Guerra e paz*, de Lev Tolstói e *Os ratos*, de Dyonélio Machado.

No decorrer de sua vida como literário, Euclides Neto escreveu 14 obras, entre elas, o ensaio “Porque o homem não veio do macaco”, cinco romances, como *Berimbau*, *Os magros*, *O patrão*, *Machombongo* e *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino*, cinco obras de contos, sendo elas *Comercinho do Poço Fundo*, *Os genros*, *64: um prefeito e os jumentos*, *Trilhas da reforma agrária* e *O tempo é chegado*, duas obras de crônicas, *Vida morta* e *Menino traquino*, além de um dicionário com os vocábulos e expressões linguísticas da região cacauceira, o *Dicionareco das roças de cacau e arredores*.

---

<sup>3</sup> Falaremos mais adiante sobre esse site.

Pelo fato de Euclides Neto ter sua vida de escritor atrelada à sua vida política, o objetivo deste capítulo é mostrar a vida política e os textos literários do autor, permeando entre a descrição das obras e sua vida como advogado, prefeito e secretário da reforma agrária em Ipiaú, para, então, compreendermos sua luta a favor do povo sul baiano e suas conquistas no decorrer da trajetória pela região cacauzeira da Bahia.

Euclides Neto apresentou-se como escritor engajado, publicando textos que representam as lutas dos miseráveis para sobreviverem às desigualdades e adversidades como o clima, baixo salário e vida escassa nas terras cacauzeiras do sul da Bahia. O autor mostrou-se a favor dos oprimidos e marginalizados da sociedade, principalmente dos lavradores da região. Segundo o filósofo Jean Paul Sartre, no livro *O que é literatura?* (2006), o escritor engajado representa, em seus textos, questões referentes aos problemas sociais e de acontecimentos em um determinado período histórico, atentando-se a uma resolução para tais questões. Sartre argumenta também que a literatura é compromissada com o meio social, representando sua política, os costumes e os acontecimentos, fazendo com que seja um instrumento reflexivo para os seres humanos, acerca dos fatos. Nesse sentido, o texto literário não é somente a arte da escrita, mas é, por essência, uma tomada de posição, por parte do autor, em relação a um acontecimento, às injustiças e às desigualdades sociais.

A literatura engajada se manifesta como uma forma de denúncia acerca dos problemas que existem no meio social, e que, portanto, revela um posicionamento do autor perante as dificuldades enfrentadas no dia a dia, por grupos, comunidades ou povos. Seguindo essas premissas, Sevcenko (2003, p. 97) afirma que “o engajamento se torna a condição ética do homem de letras”, por fazer com que o escritor, de forma artística, faça de seu texto um instrumento de conscientização e de representação dos problemas sociais.

Ainda, com Sevcenko (2003), ensinamos salientar os estudos acerca da literatura engajada, da qual fazem parte escritores que acompanham as mudanças sociais e as descrevem em seus textos, com o intuito de torná-las visíveis e reflexivas para a população. Um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento de textos engajados é a preocupação dos escritores em tornar a literatura um meio de intervenção social, que contribui para que o leitor adquira conhecimentos políticos-sociais e compreendam as conjunturas que são pautadas nos problemas socioeconômicos da região, a fim de explicar, no presente, indícios que denunciam os problemas das desigualdades e da

destituição dos direitos humanos existentes no meio social.

Dessa forma, com um olhar crítico, intencionamos compreender a escrita engajada de Euclides Neto, – na função de instrumento de denúncia das agruras da sociedade, – apoiando-nos em autores como Antonio Candido, que faz a seguinte afirmação: “a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual.” (2004, p. 186).

Partindo dessas premissas a respeito de autores engajados, temos, como exemplo, Euclides da Cunha e Lima Barreto, que, desde o período republicano, já denunciavam os problemas sociais existentes no Brasil. Através de seus textos, esses autores apresentavam as dificuldades sociais e, principalmente, as injustiças que aconteciam, no período em que as mudanças não eram de pró-avanços e sim pró- regressão, como acontecia na época da Primeira República, conforme explica Sevcenko (2003).

Nesse patamar, apontamos as mudanças sociais ocorridas no Brasil, as quais tiveram início em 1894, e se estenderam até 1930, atuando na hegemonia dos proprietários rurais, na chamada República Velha, período que não foi marcado pelo processo de modernização, por ser compreendido como regressista, cujos conflitos entre as oligarquias rurais, ligadas ao governo tradicional, ocorriam. Segundo Maria Helena Souza Patto, em seu texto, “Estado ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”, a República é contemplada como uma divisão entre as classes oligárquicas, que foram constituídas no período imperial, – as chamadas oligarquias tradicionais, – compostas, de um lado, por senhores de engenho do Nordeste e barões do café, do Vale do Paraíba, apegados ao sistema monarquista e ao escravagismo, e, de outro lado, pelas novas oligarquias dos fazendeiros do café do Oeste paulista. Essa divisão, como podemos ver, não era resultado de um Brasil que progredia, pois os conflitos sociais existiam entre as classes tradicionais mais favorecidas. Essa autora ainda argumenta que as oligarquias visavam, nas relações de produção, à exploração do trabalho que beirava a escravidão (PATTO, 1999).

Conquanto vigorassem as relações de poder no período republicano, a subalternidade dos trabalhadores permaneceria configurada à servidão, em razão do favorecimento das oligarquias. Os vínculos empregatícios aconteciam pela prática do favor, que limitavam os empregados ao patrão, por conta de dívidas que surgiam pela

empregabilidade e moradia “de favor”, destinada ao agregado. Nesse sentido, refletimos, com Paulo Freire, no livro *Pedagogia do oprimido* (1995), a respeito da “falsa caridade”, que é representada pelo “falso favorecimento” do patrão aos trabalhadores, visto que, além da exploração da mão de obra, ainda havia cobrança de dívidas aos subordinados, que eram pagas com o trabalho explorado. Todavia, por se tratar de servidão no meio rural, essas dívidas eram impossíveis de serem quitadas pelo fato de os trabalhadores serem mal remunerados.

Assim, podemos constatar que, no Brasil da Primeira República, não houve modernização, uma vez que as condições de tratamento dos trabalhadores equivaliam à escravidão. A ausência de leis que garantissem os direitos trabalhistas favorecia um trabalho sem férias, com salários aviltantes e, no caso de mulheres e crianças, com condições mais agravantes, por serem mais desvalorizadas. Para elas, os salários recebidos eram mais baixos que os dos homens, ainda que correspondessem a 43% dos trabalhadores, conforme esclarece Patto (1999).

Até a década de 1920, no Brasil, os trabalhos e as atividades econômicas concentravam-se, em sua maioria, na produtividade agrícola. No entanto, a partir desse ano já mencionado, com a crescente burguesia industrial, que se iniciava em São Paulo e no Rio de Janeiro, a sociedade brasileira começou a sofrer mudanças, com o processo de industrialização. Essa nova classe social burguesa crescia e modificava, aos poucos, o quadro geral da sociedade, com o chamado processo de urbanização. Nesse mesmo período, no Nordeste, o cultivo da cana começou a entrar em declínio, por não competir em capitais ou em mão de obra, dada a ascensão do café paulista. As ideologias de conflito entre o tradicionalismo agrário e o urbano-industrial entraram em choque, levando o país à Revolução que ocorreria na década de 1930<sup>4</sup> (FAUSTO, 1986).

Na década de 1930, vários escritores denunciaram, através de seus textos, as mazelas sociais, e representaram as ocorridas e agravantes desigualdades entre as classes. Autores como Graciliano Ramos e José Lins do Rego, por exemplo, buscavam escrever embasados na denúncia dos problemas que existiam no Nordeste, como desemprego, marginalização e pobreza. Esses autores, além de delatarem a respeito das injustiças

---

<sup>4</sup> Movimento armado liderado pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gérias e da Paraíba, manifestando insatisfação com o resultado das eleições que nomeava Júlio Prestes à presidência. Prestes não chegou a tomar posse, sofrendo com o Golpe de 30, que nomeava Getúlio Vargas ao cargo de presidente da república, o que marca o fim da república e início da legislação para o desenvolvimento industrial.

sociais, representavam, de maneira identitária, a região Nordeste. Ramos, em sua obra *Vidas secas* (1938), descreve os menos favorecidos como vítimas das oligarquias rurais. Eles foram expulsos de suas terras, em nome do crescimento das plantações do fazendeiro, detentor de maior posse de terras e de capital. A perda da moradia os levou ao empobrecimento, que resultou em um estado de miséria, como pontuo, no segundo capítulo do meu livro, *Sociedade, cultura e identidade em Vidas secas, de Graciliano Ramos, e Os magros, de Euclides Neto* (2019).

Além desses escritores que denunciavam os problemas sociais da região Nordeste em geral, havia aqueles que, nessa mesma época, como Jorge Amado, James Amado e Adonias Filho, buscaram descrever, especificamente, a região cacauífera do sul da Bahia, bem como os dramas vividos pelos menos favorecidos do local. Esses autores discorreram sobre a vida dos miseráveis da região, retratando-os como vítimas do poder das oligarquias rurais, que mantinham a dominação do território.

Nessa mesma nuance, na década de 1950, Euclides Neto, embasado na literatura dos anos 30, deu continuidade à “trilha de denúncia da gritante desigualdade social no Brasil, característica do romance nordestino dos anos 30” (CESAR, 2003, p. 11), que apontava as relações ao desnível social, bem como a violência, a fome e a exploração humana. Na literatura dos anos 30, do século XX, no Nordeste, como sabemos, são apresentados autores como José Lins do Rego, que, segundo as autoras Angela Maria Rubel Fanini e Vanessa Lopes Ribeiro, no artigo “O enunciado do romance *Usina*, de José Lins do Rego: fluxo de consciência, circuito de vozes e repetição”, na obra *Usina*, publicada em 1936, descreve a modernização e as modificações da vida dos trabalhadores da zona canavieira do Nordeste. A obra de Rego, perscrutada pelas autoras, apresenta as usinas como marcos do processo de modernização que acontecia no campo (FANINI; RIBEIRO, 2015).

Em clima de modernização e industrialização do Brasil, nos anos de 1930, todas as regiões sofreram mudanças, e, assim, ocorreu o declínio do cultivo da cana no Nordeste. A monocultura cacauífera, desde 1846, vinha crescendo e se tornando a principal atividade econômica da região, tendo sofrido uma pequena queda nos anos 30, em decorrência do processo de modernização. O produto (cacau) era considerado o fruto de ouro do sul da Bahia, e, como arremate de seu crescimento, o governo criou o Instituto do Cacau da Bahia (ICB), o Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), a Comissão Executiva do Plano

da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o Centro de Extensão (CENEX), a Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC) e a Central Nacional dos Produtos de Cacau (CNPC). Dessa forma, o processo de desenvolvimento regional refletia-se na monocultura para sua sustentação, conforme assevera Rocha (2008).

Apesar da fundação de todos esses centros e institutos de apoio à lavoura cacaueira, a população sul-baiana, principalmente os produtores, pensavam que o lucro do produto era eterno e que não precisava de cuidados. Então, nos anos de 1930, essa produtividade teve a sua primeira queda, como já mencionamos, devido ao processo de modernização que acontecia no governo varguista. O declínio do preço do fruto não foi sentida pelos produtores, que, por sua vez, continuaram retirando do cultivo uma vida farta e luxuosa, através da exploração dos trabalhadores rurais.

Embalados nesse primeiro decaimento do valor do cacau, os escritores Jorge Amado, James Amado e Adonias Filho começaram a escrever a Literatura do Cacau, exprimindo a civilização do fruto imposta à sociedade sul-baiana, o que aponta a região sendo controlada pela monocultura, onde as desigualdades sociais eram visíveis. A população seguia a dinâmica da produtividade cacaueira, enquanto os coronéis e produtores desfrutavam dos lucros.

Nesse trajeto, Euclides Neto, considerado o último escritor e mais telúrico das terras cacaueiras, deu continuidade à Literatura do Cacau e ficcionalizou as terras grapiúnas. O autor escreveu o artigo “A história de Ipiáú”, utilizando uma linguagem simples e acessível a diversos leitores, para evidenciar o modo como foi construída a história do município, que teve como protagonista o cacau. Assim, assevera Euclides Neto:

Primeiro a mata pujante, fria, úmida, de folhas lustrosas. Tropical por excelência. Índios Tapuias. Rios lerdos e gordos de peixes. Caça farta. Depois, como sempre, o homem chegando. Para aqui veio corrido de Jequié, Areia, Maracás, Castro Alves (EUCLIDES NETO, 1965).

O autor descreveu a civilização do cacau desde a derrubada da mata originária pelos desbravadores, no período colonial, para o cultivo da semente cacaueira, onde a terra fértil gerou a lavoura. Nesse enfoque, mostrou também o início do desenvolvimento da região nas terras grapiúnas e a corrida dos homens, uns atrás do cultivo do fruto de ouro e outros em busca de trabalho em terras alheias.

No rico solo do cacau, assim como Adonias Filho, Jorge Amado e James Amado,

Euclides Neto ficcionalizou o modo de vida dos moradores sul baianos e fez denúncias aos sofrimentos e injustiças que acometiam os trabalhadores rurais. Em suas narrativas, há uma descrição que apresenta veracidade do discurso que expõe a história de vida do povo sul baiano. Por meio de seus textos, o autor mostra suas ideologias e conhecimento, como quem nasceu e viveu na região do cacau e conhece toda a história política e social do local.

A partir de seus conhecimentos sobre a cultura e os modos de vida da região cacauzeira, Euclides Neto, no ano de 1945, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, e, no mesmo ano, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o intuito de lutar pelos desfavorecidos das terras cacauzeiras. O professor historiador de Ipiaú, Albione Souza Filho, comenta, na entrevista realizada pelo professor Adão Albuquerque que Euclides Neto, nos tempos da faculdade:

Filiou-se no PCB e passou a atuar em uma célula formada por um grupo de estudantes comunistas, que, apesar do partido ainda apresentar em sua clandestinidade, porque no período da Guerra Fria havia essa dicotomia entre as bandeiras marxistas, que valorizavam a igualdade social e as de direita, voltadas para o capitalismo e para a burguesia. O grupo de Euclides, do PCB, lutava pelos direitos dos menos favorecidos (SOUZA FILHO, 2013).

De acordo com o depoimento de Souza Filho, entendemos que Euclides Neto, desde a graduação, já intencionava lutar pelas causas dos oprimidos. Sua filiação ao partido de esquerda, PCB, já demonstrava suas intenções e objetivos, os quais valorizavam a constituição de uma sociedade mais igualitária.

Buscando dar visibilidade às ideologias comunistas, no segundo ano da faculdade, Euclides Neto publicou sua segunda obra, *Berimbau* (1946), dando sequência à sua vida como escritor. A obra possui duas edições, a segunda aconteceu em 2014, nas editoras EDUFBA e Littera, ano em que sua filha, Denise Teixeira, reuniu todas as suas obras e as organizou em uma nova edição intitulada *Obras completas de Euclides Neto*. Nessa coleção, encontramos as obras de Euclides Neto, excetuando-se a denominada “Porque o homem veio do macaco”, ensaio que teve apenas uma edição.

O prefácio do livro *Berimbau* foi escrito pelo professor de Literatura Brasileira da Universidade Estadual da Feira de Santana, o Professor Doutor Jorge de Souza Araújo, poeta, ficcionista, pesquisador da literatura baiana e amigo de Euclides Neto. Nesse

mesmo ano em que Euclides Neto lançou essa obra, ele foi também chamado para servir ao CPOR – Serviço Militar.

Desde que iniciou sua vida como escritor, Euclides Neto manteve correspondências com seus leitores e amigos, dentre eles, estavam os professores e os educadores da Bahia. Uma de suas leitoras, a Educadora Margarida Leal Cunha, no final do ano de 1947, enviou uma carta a ele, comentando sobre a descrição da pobreza no interior do Estado, após ter lido *Berimbau*, obra que representa as crianças miseráveis que dormiam amontoadas como animais, ou seja, crianças de famílias que viviam na miséria. Cunha, em sua carta, comenta sobre a sensação da vida interiorana que a obra provocou nela:

Apesar de tudo, no entanto, eu posso julgar seu livro sem suspeição. É bastante declarar que, tendo lido numa fase em que detestava a vida no interior, senti a felicidade quieta que ela nos traz em sua vida serena e normal. Apenas porque você sente muito o que escreve e talvez só escreva o que sinte... *Birimbau* é deverás interessante (CUNHA, 1947)<sup>5</sup>.

A Educadora reforça o que percebemos em Euclides Neto, um autor que representa a vida interiorana do sul da Bahia, seus modos e cultura. Ele evidencia as peculiaridades do modo de vida nas roças de cacau, o trabalho dos lavradores e a vivência em família. O autor apresenta os desníveis sociais, e, principalmente, os sujeitos marginalizados, oprimidos, sem oportunidades de emprego e que vivem na miséria.

No ano seguinte, Euclides Neto publicou sua terceira obra, *Vida morta* (1947), pela Editora Fator de Salvador. A obra possui duas edições, a primeira em 1947, pela Editora já mencionada, e a segunda, em 2014, pelas editoras EDUFBA e Littera, compondo a coleção *Obras Completas de Euclides Neto*. O prefácio foi escrito pelo Professor Doutor Jorge de Souza Araújo. Nele, o prefaciador faz a seguinte afirmação sobre a literatura euclidiana:

Sua linguagem narrativa tem os ecos da oralidade, da fala sem cabresto do povo simples do interior, aliados a arcaísmos próprios do leitor de clássicos portugueses, recuperando a eugenia vocabular do discurso estilístico, que funde a expressão tropeira e primitiva ao virtuosismo da linguagem castiça. (ARAÚJO, 2014).

---

<sup>5</sup> Carta enviada a Euclides Neto em 20/11/1947. Disponível no site [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com).



O trecho retirado do prefácio da obra trata da linguagem que Euclides Neto utiliza em seus textos, como forma de representar a oralidade, os modos e os padrões sociais do povo interiorano. Ao utilizar dialetos regionais como forma de identificação da região, Euclides Neto caracteriza seu estilo como escritor. A linguagem utilizada pelo autor representa a estética de seus textos, que dão esse aspecto de fatos que aconteceram no real. Dessa maneira, com uma linguagem peculiar, o autor representa os subalternos da região cacauera da Bahia, ao colocar em evidência a vida escassa e o sofrimento desses sujeitos que são oprimidos e marginalizados pela sociedade. Ele apresenta-se como um artista que consegue fazer com que o leitor identifique a região e sua cultura apresentadas na narrativa.

Assim, com três obras já publicadas sobre a vida dos moradores do município de Ipiaú, Euclides Neto também apresenta, com singularidade, fatos que o distingue de outros escritores, como a linguagem utilizada em suas narrativas, como, por exemplo, “fazer cruz na boca”, que significa dormir com fome, expressão que aparece em quase todas as suas obras, cujo significado está exposto no *Dicionareco das roças de cacau e arredores*, obra escrita em 1997, da qual falaremos mais adiante.

O escritor busca conscientizar a população a respeito das mazelas sofridas pelos menos favorecidos, por meio de seus textos, evidenciando que as desigualdades sociais existem na região, e as dificuldades são manifestadas por meio dos problemas que os miseráveis enfrentam no dia a dia. Durante uma entrevista para o jornal *A Tarde*, ele fez a seguinte afirmação:

Advoguei por 40 anos e nunca para bancos, firmas ou exportadores de cacau. Sempre defendi trabalhadores rurais. Na Faculdade, em Salvador, fui do partido comunista. Estudei com Waldir Pires, Joir Brasileiro, Clériston Andrade, Fernando Wilson Magalhães, depois, retornei a Ipiaú e minha candidatura surgiu em decorrência desta atividade junto ao trabalhador rural, e foi pelo PDC porque UDN e PSD não me deram a legenda. (EUCLIDES NETO, 1990).

Nesse sentido, observamos que o autor intencionava trazer melhorias para o povo menos favorecido das terras cacaueras. Suas intenções de ajudar os desfavorecidos da região já eram visíveis desde quando se tornou advogado e exerceu a profissão em Ipiaú, com o intuito de lutar pelos direitos dos pobres, que eram oprimidos no trabalho rural e sofriam com a exploração imposta pelos fazendeiros e coronéis.

Em 1950, Euclides Neto casou-se com Anjélia Jaqueira, e, como fruto dessa união, o casal teve cinco filhos, Marcelo Teixeira, Denise Teixeira, Espártaco Teixeira, Angélica Teixeira e Julia Teixeira, além de treze netos. O autor sempre foi muito apegado à família e demonstrava sua afetividade tanto para com a esposa, como para com os filhos e netos.

Exercendo sua profissão de advogado da cidade de Ipiaú, Euclides Neto publicou *Os magros* (1961), obra que aborda as lutas de classes nas fazendas cacauceiras e enfatiza a vida escassa dos miseráveis camponeses que trabalhavam nas roças. Ao ler esse romance, o jornalista, crítico literário e Professor Doutor Virgínius da Gama e Melo, docente da Universidade Federal da Paraíba, em 1961, escreveu um artigo para o Jornal *A União*, que está registrado no site <https://auniaio.pb.gov.br/edicao-do-dia>, argumentando o seguinte:

O quadro de miséria camponesa e a oposição vertical da riqueza dos que vivem em razão da exploração dessa miséria indicam, para o romance *Os magros*, a simpática classificação de um livro corajoso, combativo, um grito em favor da reforma agrária. Aí estará sua atualidade, desde que seus valores literários indiscutíveis justifiquem o interesse da crítica. (MELO, 1961, p. 4).

Melo explicita a vida de penúria que as personagens trabalhadoras rurais da obra atravessavam. O título *Os magros* representa a vida escassa desses camponeses, vidas estas que eram magras de alimentos, de moradia adequada, de salário digno e de escola, e os menos favorecidos viviam na segregação e realizavam trabalhos explorados. A narrativa mostra a necessidade da reforma agrária, ação que Euclides Neto sempre lutou para que acontecesse em Ipiaú. A necessidade da reforma era compreendida por ele como uma maneira de diminuir as desigualdades sociais, distribuindo as terras, que, muitas vezes, ficavam estagnadas, sem produtividade, nas mãos dos fazendeiros, ainda que pudessem servir para os pobres cultivarem seus próprios alimentos.

A necessidade da reforma agrária não estava presente somente na Bahia, mas no Brasil todo, sendo explicada por Caio Prado Júnior, no livro *A questão agrária*, como motivo da má distribuição de terras no país. Desde o período colonial, as distribuições das terras brasileiras aconteciam de forma desigual, iniciando-se com as capitânicas hereditárias, mas que perdurou no decorrer das épocas. Em 1850 foi criada a primeira Lei de Terras que impunha regras como: as terras poderiam ser adquiridas por meio da compra, proibindo a posse de terras pelos lavradores, o que valorizava ainda mais a

aristocracia agrária. Nos anos de 1946, foi instituída a Lei da Preservação, que garantia a proteção da mata nativa, cobrando impostos que o proprietário precisava pagar pelas terras. Em 1950, com a modernização do país, as máquinas começaram a ser utilizadas para o plantio nas lavouras, contribuindo para o êxodo rural (PRADO JÚNIOR, 2000).

Com o processo de modernização do Brasil, ocorrido na década de 1950, no governo de Juscelino Kubstchek, as indústrias cresceram com a utilização do capital estrangeiro, advindo de empréstimos realizado pelo governo, como fundos que tinham como finalidade desenvolver o país. O presidente atuava em um modelo econômico que rompia com a atividade agrário-exportadora e com a economia latifundiária, para intensificar as relações com as indústrias. Nesse cenário, o governo tinha como objetivo cumprir o Plano de Metas, que era marcado por investimentos em estradas e em usinas hidrelétricas, que objetivavam a construção de Brasília e de setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Era um período de crescimento, modernização e de oportunidades de emprego, mas também da queda de atividades agrícolas, o que resultava no processo de migração campo-cidade, conforme esclarecem Eliseu Alves, Geraldo da Silva, Souza e Renner Marra, no texto “Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010” (2011).

Nesse período de industrialização e urbanização, o cacau, fruto de uma atividade agrícola, assim como o café e o algodão, foi colocado à parte pelo governo para dar lugar e prioridade à atividade industrial. Sem receber os investimentos e cuidados necessários, o fruto, no período da modernização do país, sofreu o ataque da *vassoura-de-bruxa* (*Crinipellis perniciososa*), uma doença que acometeu os cacauais da região e deu origem à grave crise econômica do local, pois danificou a monocultura (ROCHA, 2008).

No contexto em que a produtividade do cacau entrava em declínio, Euclides Neto foi eleito prefeito de Ipiaú, no ano de 1963. Com o olhar voltado para a classe baixa, enquanto exercia o cargo, fundou a Fazenda do Povo, com terras espoliadas pelos fazendeiros, com o objetivo de empregar aqueles que estavam fora do mercado de trabalho, bem como os lavradores que eram oprimidos e injustiçados nas plantações.

Segundo Emiliano José, jornalista, escritor e professor da Universidade Federal da Bahia, no artigo “A política como território bem comum”, a reforma era necessária porque consistia numa ocupação de terras que, para os trabalhadores, seria qualitativa, apesar de não alterar em demasia a estrutura dos latifundiários (JOSÉ, 1999). Assim, na

condição de prefeito, Euclides Neto desapropriou a Fazenda Santo Antônio, espólio do Senhor Ezidro Nunes Rezende, com fins de reforma agrária. A área possuía 167 hectares de terra, que foram utilizadas para a construção da Fazenda do Povo, lugar onde os pobres desempregados, indigentes, abandonados e trabalhadores rurais, que viviam na miséria, podiam trabalhar e retirar dessas terras o seu próprio sustento.

Com a criação da Fazenda do Povo, Euclides Neto tornou-se pioneiro nas ideias e nos projetos de reforma agrária geradores de empregos. Todavia, o prefaciador e apresentador da quarta capa de algumas obras euclidianas, Hélio Pólvora, argumenta, no livro *Os magros*, que “[...], quando prefeito de Ipiaú, Euclides Neto amargou perseguições político-ideológicas e prisão por haver criado a Fazenda do Povo” (PÓLVORA, 1992, s/p.), por ser um projeto para o bem-estar da classe menos favorecida e para valorização do trabalho coletivo. O prefeito foi contra as autoridades dos proprietários, os quais buscavam manter a vida luxuosa e os prestígios econômicos gerados com as terras. Apesar de a Fazenda do Povo ser um projeto reprovado pelos fazendeiros, não deixou de existir e permanece localizada no município de Ipiaú até os dias atuais.

No ano seguinte, em 1964, com o Golpe Militar, Euclides Neto não conseguiu exercer seu mandato da forma como gostaria, ajudando os pobres, pois foi perseguido pelos militares, por ter desapropriado a Fazenda Santo Antônio, e por fazer parte do partido político PSC (Partido Cristão Social), coligado ao partido do ex-presidente Jânio Quadros, que era do PTB. As perseguições dos militares contra aqueles que tinham êmulas ideias, ou que lutavam antagonicamente às formas de repressão do governo, foram explicadas pelos autores Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, no livro *Golpe de 1964: 1964-1968: História da república brasileira*. Eles salientam que as perseguições iniciaram-se por meio da conspiração contra o governo de Jânio Quadros, no momento em que este foi forçado a aceitar a solução parlamentarista, e o marechal Odílio Denys resolveu não continuar prestando a sua colaboração ao governo esquerdista. Todavia, as ações dos militares foram se fortalecendo e ganhando legalidade no governo, até que Jânio Quadros renunciou ao cargo, e João Goulart, seu vice, tomou posse, permanecendo no governo por sete meses, até o dia 1º de abril de 1964, data em que ocorreu o Golpe Militar, com um regime autoritário (SILVA; CARNEIRO, 1998).

Nesse período ditatorial, argumenta Saúl Sosnowski, em seu texto “Contra os consumidores do esquecimento”, as perseguições assolaram a população, como a

violação dos direitos humanos, torturas e prisões conhecidas como campo de concentração, que eram violências/punições praticadas pelos militares, enquanto a justiça mostrava-se nula em relação à ditadura. A população sofria com o autoritarismo dos militares (SOSNOWSKI, 1994).

No governo autoritário dos militares, Euclides Neto respondeu a inquéritos políticos devido à fundação da Fazenda do Povo. Seu mandato não foi caçado, porém, ao término do cargo de prefeito, em 1967, ele foi intimado pela justiça. No ano de 1968, foi preso acusado de ser comunista. O ex-prefeito ficou encarcerado por um ano, até conseguir sua liberdade. Ao sair da prisão, continuou lutando pela causa dos pobres do município de Ipiaú.

Dessa maneira, como forma de denúncia das desigualdades sociais, Euclides Neto publicou mais uma obra, *O patrão* (1978), romance que representa a vida de riqueza do fazendeiro, extraída do trabalho penoso dos menos favorecidos. Sobre essa obra, a Professora Doutora Fernanda Maria Gonçalves Almeida, da Universidade Federal da Bahia, na apresentação do romance, escreveu o seguinte: a obra “é construída no ambiente rural, recompondo urdiduras das tradicionais propriedades capitalistas e suas formas de exploração do solo e da força de trabalho” (ALMEIDA, 1978). Portanto, ela mostra a literatura euclidiana como aquela voltada para representar o meio rural e as tradições das terras cacaeiras da Bahia.

Em 1979, Euclides Neto publicou sua obra *Comercinho do Poço Fundo* (1979), e, nos contos, descreveu a vida da população de Ipiaú, comprando e consumindo produtos no armazém do coronel. Os contos relatavam a vida paupérrima, não só dos trabalhadores rurais como do vendedor do comércio, numa situação em que todos estavam sujeitos aos mandos e desmandos do fazendeiro. O comércio era o local em que, segundo o narrador: “ali os contos de réis do cacau pariram milhares de vezes” (EUCLIDES NETO, 1979, p. 20), por ser o lugar onde os trabalhadores faziam suas compras. No prefácio da obra, Hélio Pólvora faz a seguinte afirmação:

Ali, a livre empresa aliada ao aventureirismo e à rapinagem derruba matas, semeia fogo na vegetação, planta cacau e engorda gado para o açougue. A renda nunca esteve tão mal distribuída. Ou se possui muito, ou nada se tem. A definição cunhada no cinismo desses nossos dias – “quem trabalha não tem tempo de ganhar dinheiro” (PÓLVORA, 1979).

O prefaciador destaca que “quem trabalha não tem tempo de ganhar dinheiro”, frase esta que remete, de maneira tão intensa, à exploração dos trabalhadores, que viviam na servidão, eram explorados e recebiam um salário injusto, pois o lucro era direcionado para o patrão. Pólvora também faz menção às desigualdades sociais do local, que estão visíveis à população.

No início da década de 1980, Euclides Neto continuou escrevendo textos literários e publicou *Os genros* (1981), obra de contos que narram as mudanças identitárias da classe mais favorecida ao sofrer com a decadência do fruto de ouro. O livro revela as mudanças de identidade de homens e mulheres que pertenceram à camada dominante, mas que sofreram com perdas econômicas da lavoura, após o declínio do cultivo do cacau. Na quarta capa do livro, o editor, escritor e jornalista Gumercindo Rocha Dorea, tece o seguinte comentário: a obra é “uma longa, merecida e saudável trajetória [...], certamente, retrato que é de um aspecto da existência do homem, onde a alegria se mescla com a tristeza, o ridículo com o nobre, a bondade com a maldade” (DOREA, 1981).

Nesse mesmo ano, Euclides Neto escreveu uma carta ao seu amigo baiano Antônio Possidônio Sampaio, advogado e escritor de romances e crônicas, que havia se mudado para São Paulo, onde Euclides Neto acabara de chegar de viagem. A carta é iniciada com o enunciado: “vivente nas matas do cacau desde os cueiros, fantasiava o que seria a nação do automóvel, sem jamais imaginar que lá, como cá, o drama da miséria humana é tal e qual” (EUCLIDES NETO, 1980). Euclides Neto ressaltou que as desigualdades sociais estavam presentes em todo o país, tanto no meio rural como no urbano-industrial.

Em 1983 Euclides Neto publicou a obra *64: um prefeito e os jumentos (a fábula do presidenciável Salém)*, retratando um prefeito lutando para a melhoria da vida dos miseráveis em uma sociedade dominada pelo coronelismo dos fazendeiros cacauicultores. Hélio Pólvora, em um artigo publicado no Jornal *A Tarde*, explica essa obra como “um apanhado de boas intenções administrativas” (PÓLVORA, 1984, p. 1), que são reveladas pelo prefeito, que tinha o intuito de realizar a reforma agrária e ajudar a população miserável de Ipiaú. A obra apresenta o processo de modernização do Brasil, que gerava perdas territoriais e de empregos dos lavradores, os quais foram para a cidade e passaram a viver na rua, no “beco”, transformando-se em “um depósito humano” (PÓLVORA, 1984, p. 1), uma rua onde os miseráveis moravam segregados da população.

Dessa forma, a partir da leitura do trecho supracitado, o qual lembra-nos do que

Holanda apresenta acerca da sociedade se modernizando, nos deparamos com a burguesia crescendo e o povo tornando-se cada vez mais miserável, sem emprego, moradia e repellido da sociedade. A modernização acontecia para o interesse da burguesia, enquanto o restante da população, sem conhecimento, ficava “bestializada” perante as circunstâncias, mostrando maiores preocupações com a sobrevivência, pois enfrentavam, além da miséria, a exclusão social cotidiana (HOLANDA, 1997).

O caráter da urbanização do Brasil gerou um número grande de miseráveis na cidade. Segundo Milton Santos, em sua obra *A urbanização Brasileira*, a cidade é o lugar com mais capacidade de atrair e manter pessoas vivendo na miséria. O grande centro urbano tornou-se o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos e atividades “marginais”, pois o fato de a maioria da população não ter acesso aos empregos necessários, redundou na expansão da crise urbana (SANTOS, 2005).

O processo de modernização gerou a migração campo-cidade, porém, não alterou, de forma notória, o número de miseráveis existentes no campo, uma vez que vários trabalhadores não possuíam condições mínimas para se deslocar para outros lugares. Eles continuavam nas fazendas, sendo explorados e levando uma vida subumana, de total miséria. O movimento de urbanização e expansão capitalista dividiu o Brasil em “regiões agrícolas e regiões urbanas” (SANTOS, 2001, p. 73), mas as desigualdades sociais continuaram.

Ao compreender o autoritarismo, após a leitura do artigo “Um prefeito”, publicado em 1984, no jornal *A Tarde*, em que Pólvora assevera que o “prefeito de Ipiaú, no decênio de 60, o ficcionista-cacaucultor Euclides Neto recorreu também ao relatório, e à moção, [...], na tentativa de sensibilizar autoridades públicas em favor daquele município e suas necessidades” (PÓLVORA, 1984). Percebemos que Euclides Neto, como prefeito, trabalhou para que a reforma agrária acontecesse, a fim de que as escolas tivessem merenda e que Ipiaú tivesse hospitais adequados e casas populares para os menos favorecidos, o que explica o comentário: “não é de admirar que em 1965 Ipiaú fosse eleito o município modelo do estado da Bahia” (PÓLVORA, 1984). A luta de Euclides Neto para a melhoria de vida dos miseráveis resultou em oportunidades de emprego, saúde, moradia e educação. O autor teve grande importância na região e todas as suas obras escritas representam suas batalhas e suas conquistas políticas no decorrer de sua vida nas terras cacaueiras.

Com o aumento da pobreza na cidade e no campo, dando continuidade às denúncias das injustiças vividas pelos menos favorecidos, em 1986, Euclides Neto publicou a obra *Machombongo*. O romance apresenta a vida dos trabalhadores na lavoura cacauzeira, e, apesar do processo de modernização e do êxodo rural, esses trabalhadores permaneceram nas roças como agregados, oprimidos e escravizados pelo fazendeiro. O escritor grapiúna e membro da Academia de Letras de Ilhéus, Jorge Medauar, escreveu, na contracapa dessa obra, que Euclides Neto, “com sua inteligência, sua penetração crítica, seu olho de observador que enxerga, ao contrário de muitos que apenas olham e nada veem” (MEDAUAR, 1986), enxergou a realidade política, econômica e social do povo grapiúna, realidade essa formada pelas desigualdades sociais.

A publicação de *Machombongo* foi um marco na vida de Euclides Neto, por ser compreendida como uma obra de denúncia às injustiças sociais, que contribuiu para que o governador Waldir Pires o reconhecesse. Assim, ao ser eleito em 1987, Euclides Neto foi convidado para assumir o cargo de Secretário de Reforma Agrária do Estado da Bahia. Como Secretário da Reforma Agrária, ele lutou ainda mais pela reforma na região Sul da Bahia, ajudando os miseráveis e fornecendo oportunidades de emprego. O autor estimulava e defendia a ocupação de terras improdutivas, mesmo antes dos movimentos MST (Movimento dos Sem Terra) e do MLT (Movimento Liberal do Trabalhador).

Ainda sobre *Machombongo*, o contista, poeta e escritor de crônicas, Cyro Mattos, no artigo “Duas presenças na literatura do cacau”, publicado no jornal *A Tarde*, fez menção tanto à obra como à luta do político Euclides Neto, em favor do reconhecimento dos pobres como sujeitos inseridos na sociedade, e que possuem direitos como cidadãos. Com uma linguagem clara e acessível, Euclides Neto escreveu um testemunho significativo de acontecimentos e vivências nas terras do cacau, registrando emoções, expressões e cenas típicas de uma realidade que ele conheceu bem. O autor salientou as causas das opressões que os miseráveis sofriam no campo, colocando em evidência a realidade social da região cacauzeira, além de apontar a exploração em torno da lavoura e o seu processo econômico. Suas obras ainda discorrem acerca dos novos aspectos da modernização nos tempos atuais, pontuando que ainda existe a necessidade de uma reforma agrária (MATTOS, 1990).

Em 1991 Euclides Neto escreveu uma carta ao ex-governador Waldir Pires e à sua esposa Yolanda Pires, em agradecimento pelo apoio, amizade, e pelo trabalho que



realizaram juntos, quando Euclides Neto era secretário da reforma agrária. Nessa carta, o autor alega que “tantos foram as demonstrações de apoio de vocês que pouco mérito, na realidade, me coube. Ficou muito fácil e gratificante trabalhar naquele período. As dificuldades transformaram-se no agradável desafio dos jogos lúdicos” (EUCLIDES NETO, 1991), o que cintila os agradecimentos de Euclides Neto para o ex-governador e sua esposa, que foram fundamentais na carreira política do autor. Waldir Pires e sua esposa contribuíram para a ampliação do assentamento da Fazenda do Povo, dando oportunidade de moradia e trabalho para mais famílias.

No ano seguinte, Euclides Neto escreveu uma carta a Wagner Canedo, presidente da VASP, contando a ele os costumes da vida interiorana. A carta inicia-se da seguinte maneira: “sem qualquer mágoa, e com a melhor das intenções, vou contar-lhe a nossa aventura para tomar o avião da VASP, em Ilhéus” (EUCLIDES NETO, 1992), e continua as explicações de forma simples, mostrando que o escritor era um homem ligado à cultura baiana e aos seus costumes, como visualizamos no trecho adiante:

Moramos em Ipiaú, cidadezinha socada a duzentos quilômetros do aeroporto, no oco do mato. [...].  
Trazíamos na bagagem: carne de sol dois-pelos, quartos de bode, doce de goiaba, de leite e mais queijo de leite de cabra, feito com minhas próprias mãos. E dendê, farinha redonda de mandioca, abóbora-jacaré, pimenta, tomate. Tudo da lavra de casa. Deus seja louvado! (EUCLIDES NETO, 1991).

No excerto, Euclides Neto deixa visível a sua ligação e conhecimentos relacionados à cultura sul baiana. Ele fala da comida típica e do preparo do queijo de leite de cabra. Explica, também, sobre Ipiaú, cidade do interior, longe do aeroporto, afastada, no meio do mato, além de apresentar a cultura, modos e crenças. O autor demonstra como conhece a cultura e preza pelo local onde vive, que, sendo uma cidade do interior, possuía muitas tradições e valores.

Após seu mandato como secretário da reforma agrária do Estado da Bahia, no ano de 1993, Euclides Neto, em seu artigo “Os que não votam em Lula”, publicado no *Jornal Tribuna da Bahia* e disponível no site [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com) enfatizou o medo que a classe dominante tinha da possibilidade do operário Luís Inácio Lula da Silva (Lula) ganhar a presidência e levar o país à ruptura dos privilégios que as grandes oligarquias possuíam. No artigo, Euclides Neto também declara que “foi interessante subir nos

palanques com Luís Inácio” (EUCLIDES NETO, 1993), para defender a democracia e a classe oprimida.

Nesse mesmo período, depois da publicação de seu artigo sobre sua luta juntamente com Lula, o governador do Estado, Waldir Pires, o convidou para ser Secretário da Assistência Social da Prefeitura de Ipiaú. Ele, então, aproveitou o cargo e lutou ainda mais pelo município, preocupando-se em gerar mais empregos para os miseráveis e garantir uma vida digna a eles. O escritor foi reconhecido como um marco em Ipiaú, tendo em vista que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida daqueles que viviam na miséria. A Fazenda do Povo serviu de emprego, moradia e sustento aos pobres famélicos. Inicialmente, o local abrigava 40 famílias, contudo, nos anos 90, o número havia crescido, comportando aproximadamente 180 famílias.

Euclides Neto publicou a obra *O menino traquino* (1994), enquanto exercia o cargo de Secretário da Assistência Social da Prefeitura de Ipiaú, um livro de crônicas políticas que, segundo o Professor Doutor Carlos Ribeiro, adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e membro da Academia de Letras da Bahia, no site [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com), mostra que:

Euclides aborda, com clareza e precisão, as mazelas da pobre gente brasileira, especialmente do Nordeste, pátria do autor, ele próprio um nordestino exemplar. Diz, com todas as letras, aquilo que políticos corruptos e empresários inescrupulosos gostariam de ocultar. Porém, o tom dominante não é jamais o do rancor e da virulência. (RIBEIRO, 1994).

As crônicas retratam os problemas sociais como pobreza, desemprego, e as dificuldades enfrentadas pelos miseráveis do Sul da Bahia, além da política da região. De maneira irônica e divertida, o autor faz as denúncias à corrupção de empresários, políticos e fazendeiros. Na obra, as mazelas são abordadas com o intuito de despertar a consciência crítica do leitor no que tange à realidade da região e às desigualdades presentes na sociedade.

No ano de 1996, Euclides Neto publicou *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino*, romance que narra a luta da mulher pobre e desterritorializada, viúva e com muitos filhos, buscando sobreviver à pobreza, à fome, à falta de moradia, à exclusão e à falta de oportunidade de trabalho. A escritora Regina Junqueira, na contracapa da obra, argumenta que “em *A enxada*, a neurose e a violência do drama urbano, que infundem a

grande temática da literatura atual, acabam aqui: na página 9. Daí segue mostrando o reverso da ‘civilização’, ironicamente sua origem: a roça”. (JUNQUEIRA, 1996), ou seja, o romance exprime a volta do camponês para o meio rural, após ter tentado a vida citadina e esta não ter gerado bom desenlace.

O romance vislumbra a decadência do cacau, e, conseqüentemente, a perda territorial de uma agricultora que teve suas plantações atacadas pelo fungo *vassoura de bruxa*. A agricultora contraiu dívidas em bancos, o que resultou em suas perdas territoriais. Sem alternativas, a protagonista Albertina e seus doze filhos foram procurar emprego na cidade. Lá, eles sofreram divergências e não obtiveram êxito com emprego e moradia, fator esse que contribuiu para a volta dos miseráveis para o campo e para o trabalho na capina.

A respeito da mulher pobre no Nordeste, região formada pelo patriarcalismo e estratificada entre homens e mulheres, ricos e pobres, o reconhecimento feminino no sertão era quase nulo, exceto por aquelas que eram filhas de fazendeiros e herdeiras de terras e gados. Essas mulheres brancas e pertencentes à classe dominante eram vistas como modelo ideal a ser seguido por outras mulheres, por não trabalharem fora e não terem vida pública. Mas essa regra não era aplicada às mulheres pobres, dado que essas precisavam trabalhar fora para garantir a sobrevivência, e, por isso, eram mal vistas no meio em que viviam, sofrendo com a exclusão social (FALCI, 2018).

Nessa relação hierarquizada entre homens e mulheres, ricos e pobres, geraram-se os costumes da sociedade. Segundo Edward Palmer Thompson, na obra *Costumes em comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional*, os costumes nunca foram fatos em um ambiente no qual vive um grupo de pessoas ou um povo, havendo, desse modo, a aderência de hábitos, que são práticas herdadas de regras impostas pela classe dominante para manter o controle da sociedade. No campo, os grandes proprietários de terra procuravam maximizar suas vantagens impondo suas ordens aos pobres, como uma forma de regulamento rigoroso (THOMPSON, 1998).

Nesse contexto de hierarquia e poder, tachados como costumes sociais, Euclides Neto mostrava a cultura e as práticas sociais da região. No ano de 1997, o autor publicou *Dicionareco das roças de cacau e arredores*, uma espécie de dicionário com os dialetos utilizados na região do cacau, principalmente aqueles falados nas roças pelos trabalhadores. A obra apresenta as palavras que são utilizadas na região, e que

caracterizam o lugar, o povo e a cultura local. Na contracapa do livro, James Amado, escritor grapiúna e membro da Academia de Letras da Bahia, comentou que *Dicionareco* é “um livro raro, talvez único na bibliografia grapiúna, este dicionário das roças de cacau é a contribuição mais recente de Euclides Neto ao conhecimento aprofundado da população de lavradores dessa região de monocultura” (AMADO, 1997).

Sobre a linguagem como marca regionalista, compreendemos que, na literatura, evidencia-se sua qualidade no sistema sociolinguístico, cultural e dialetal, representando uma história-verbo-ideológica, com efeitos da linguagem, da estética e da estrutura, o que torna o texto literário uma obra de arte. Euclides Neto utilizava os dialetos da região cacaueira, vistos como um fator importante para a estética de seus textos. De maneira artística, ele transmitia ao leitor a ideia de uma história que realmente aconteceu.

A linguagem literária, como mostra Maurice Blanchot, em seu livro *O espaço literário*, é uma maneira de o autor poder dizer sobre aquilo que, talvez, não esteja disponível à compreensão e visão social, mas que possa ser construído no imaginário. É por meio da linguagem que conhecemos os espaços e hábitos presentes na narrativa. As palavras se constituem como veículo, através do qual se projeta a ilusão e o imaginário, em que tudo poderá ser feito, tudo poderá ser dito. A linguagem literária é como um mundo sobrenatural, reinando a arte e o imaginário (BLANCHOT, 2011).

De maneira artística, e provocando o imaginário do leitor, no ano de 1999, Euclides Neto publicou a obra *Trilhas da reforma agrária*, com contos que descrevem sobre a reforma agrária em Ipiaú. A obra expõe a forma como os moradores do local compreendiam sobre a questão da reforma e como os pobres se beneficiaram com a construção da Fazenda do Povo. Assim, para Euclides Neto, a visão que ele tinha da doação de terra ao trabalhador seguia o que se expressa no trecho a seguir:

Quem é mesmo roceiro da gema não espera que lhe dê nada. Basta a terra, mesmo bruta. É só dizer assim: pode tomar conta, é sua. O mais que acontecerá é ele, sem acreditar na dádiva do céu, em forma de milagre, certificar-se: “- É minha, posso meter os cotocos e plantar?” (EUCLIDES NETO, 1998, p. 35).

O texto deixa claro que, para os trabalhadores rurais que conhecem a terra, basta o terreno sem nenhuma plantação, pois, como conhecedores do plantio, os lavradores conseguem transformá-lo em terras produtivas. Esse era um dos motivos pelos quais

Euclides Neto lutou pela Reforma Agrária: para expropriar as terras que estavam paradas e improdutivas dos grandes proprietários, tornando-as terras produtivas nas mãos dos lavradores, para que eles pudessem plantar e colher de seu trabalho, gerando o seu próprio sustento. Essa obra representa a experiência de Euclides Neto como secretário da reforma agrária. O jornalista, escritor e professor na Universidade Federal da Bahia, Emiliano José, escreveu, no posfácio da obra:

A passagem pela Secretaria de Reforma Agrária do governo Waldir Pires foi, para ele [Euclides Neto], um misto de alegria e tristeza. Alegria, porque estava tentando colocar em prática o que pensava, afrontando todas as dificuldades. Tristeza, porque distante do balido das cabras, porque não podia mais jogar a semente no chão e vê-la desdobrar-se em tudo que alimenta o povo. (JOSÉ, 1999).

O livro aborda as mudanças culturais e o declínio econômico que a região cacauífera sofria com a decadência do cacau. José, no excerto, compara as angústias que o narrador dos contos apresenta, ao discorrer sobre as mudanças identitárias da população, devido à decadência do fruto. Tais mudanças identitárias, decorridas do declínio do fruto de ouro, levam-nos à reflexão a respeito das angústias de Euclides Neto, que sempre lutou pela melhoria da qualidade de vida dos lavradores. Nesse sentido, a conexão entre autor e narrador traz à tona a escrita euclidianiana, que, por causa da sua estética, muitas vezes, confundiu o leitor em relação à realidade e à ficção.

Engajado na Literatura do Cacau, Euclides Neto escreveu outra obra, cujo título é *O tempo é chegado*. Infelizmente o autor não esteve presente em sua publicação, pois faleceu em 2000, vítima de uma parada cardíaca. Entretanto, essa obra foi publicada postumamente, com contos que descrevem o empobrecimento da população sul-baiana, dado o declínio da produtividade cacauífera. O livro visibiliza a pobreza extrema que acometeu os moradores da região, após sofrerem com o desemprego e com as perdas da monocultura. Com a falta de emprego e de renda, o povo grapiúna buscou sobrevivência da maneira como podia, cometendo inclusive atos ilícitos, como roubos, prostituições e apostas nas rinhadas de animais, como relata o narrador: “Gladiadores que aparecem ali já estão consagrados. Não era para qualquer galinho-terra” (EUCLIDES NETO, 2001, p. 31). Ainda, sobre as obras, Jorge Medauar, na quarta capa dessa obra, ressalta que:

Vindo com sua enorme experiência literária, tanto de romancista, como

de ensaísta ou articulista, sem que se esqueça do dicionarista, agora se inaugura na história curta, dando-nos os belíssimos contos deste seu *O tempo é chegado*, um punhado — ou na sua própria linguagem — um caçuré repleto de causos que vão além de meras histórias com começo, meio e fim, porque neles há que se apreciar o estilista e o técnico que conduz a trama da história com segurança e maestria. (MEDAUAR, 2001).

*O tempo é chegado* já apresenta, no título, a decadência do fruto de ouro e, conseqüentemente, o desemprego e o empobrecimento dos trabalhadores rurais e de toda a população que dependia da lavoura para sobreviver. Na busca pela sobrevivência, foram narradas diversas maneiras que os moradores de Ipiaú buscaram para vencer as mazelas. Os contos descrevem a sociedade moldada e civilizada pela monocultura cacaueteira, e que, agora, necessita buscar novas formas de sobrevivência.

Levando em consideração todas as obras publicadas por Euclides Neto, as quais representam as lutas de classes nas terras cacaueteiras, percebemos que o autor continua sendo pouco conhecido e pesquisado no meio acadêmico. O seu pouco reconhecimento leva-nos a pensar em sua marginalidade. E mais: Euclides Cunha é autor engajado e combatente, posicionando-se de forma política ao lado dos mais carentes. Sua obra é marcada pela resistência e também pela denúncia da exploração do homem do campo e das fragilidades do capitalismo. Tal qual Lima Barreto e Euclides da Cunha, também, Euclides Neto estabeleceu o “debate, análise e combate de questões, resumiu os significados mais essenciais do período histórico em que viveu”. (SEVCENKO, 2003, p.150), além de rever os significados mais problemáticos da época em que ele viveu. Assim, concordamos com Raimundo Faoro, que, em seu livro *Os donos do poder*, chama nossa atenção pelo fato de os problemas políticos e sociais brasileiros apresentarem raízes fincadas no sistema colonial, que configurou “as bases de uma consciência histórica, estamental e virtualmente de classe, sem que se possa configurar uma situação revolucionária, pelo menos no seu momento inicial, pela ausência de projeto” (FAORO, 2008, p.120).

Érica Peçanha do Nascimento, em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*, destaca que os autores que permaneceram à margem social resultaram na produção literária que expressa temas como pobreza, com dialetos locais, presença de gírias e que falam da cultura da periferia (NASCIMENTO, 2006).

Nesse caso, podemos dizer que Euclides Neto foi um escritor marginal, que, apesar de ter dado continuidade à Literatura do Cacau e aos trabalhos de James Amado, Adonias Filho e Jorge Amado, bem conhecidos e pesquisados no meio acadêmico, permaneceu à margem, com suas obras pouco conhecidas, por discutir e representar temas atribuídos aos miseráveis, marginalizados e oprimidos. Por outro lado, podemos dizer que o autor pode ter optado por permanecer como escritor marginal para ter mais proximidade com os leitores menos favorecidos.

Como forma de resgatar o autor marginalizado, Denise Teixeira, filha de Euclides Neto, cuidadosamente observando o enriquecimento contextual das obras euclidianas, propôs às editoras, EDUFBA e Littera Criações, um novo lançamento das obras, a fim de tornar a literatura de Euclides Neto mais conhecida no meio acadêmico. A coleção recebeu como título *Obras Completas de Euclides Neto*, possuindo as treze obras que Euclides escreveu em sua vida, exceto o ensaio “Porque o homem não veio do macaco”. Os escritos foram publicados com a capa branca, mudando apenas os títulos e a singela figura em cada obra.

Segundo Teixeira, no documentário *Euclides Neto: o homem da terra*, editado e publicado por Edson Bastos, Euclides Neto “era um homem ligado ao povo e toda a sua política e formação acadêmica foi voltada para o cuidado da polis” (BASTOS, 2013). Rosângela Cidreira, nesse mesmo documentário, confirma que Euclides Neto sempre olhou para os menos favorecidos, e soube, de forma clara, expressar a cultura e as relações de poder (BASTOS, 2013).

Os filhos de Euclides Neto, para homenagearem o pai, fizeram o *site* [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com), reunindo todas as obras, entrevistas, vídeos, cartas, pesquisas, artigos, livros, e até mesmo um diário/currículo que Euclides Neto escreveu. O *site* foi feito em 2013, como forma de apresentar aos visitantes a história de Euclides Neto, e, também, de resgatar a rica literatura euclidiana.

Sobre o diário/currículo que Euclides Neto escreveu, sabemos que foi escrito quando o autor estava com 70 anos. No diário, há informações pessoais como a naturalidade, Jenipapo; sua filiação, Patrício e Edite; comidas prediletas, como feijão com jabá, bucho de bode e farinha de pancaré; sua crença, agnóstico, porém, devoto à Santa Terezinha, além dos gurus (assim nomeados por ele), Jesus, Gandhi, Tolstói, Marx, dentre outros. Sua bebida favorita era cachaça jandaia, destilada no alambique do avô Eraldo

Tinoco, secretário da Educação. Euclides Neto fala, também, de suas viagens para lugares como Nepal, Índia, Iran, Macau, Moscou e Marraqueche. No final deixa registrada a sua poesia predileta: *Meus oito anos*, de Casimiro de Abreu ([www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com)).

Ademais, no *site*, encontram-se as cartas que Euclides Neto enviava para se comunicar com seus amigos, mesmo aqueles que ele não conhecia pessoalmente, como Jorge Medauar, que enviou o poema “O neto”. Como agradecimento ao poema, Euclides Neto escreveu o seguinte: “Não te conheço pessoalmente, mas muito sei de ti pelas perenes pretas águas (puríssimas águas...) dos teus livros” (EUCLIDES NETO, 1984). A amizade que ambos mantinham era intermediada por cartas.

Além do diário e artigos, há também, no *site*, cartas para amigos que ele conhecia pessoalmente, mas que moravam em cidades diferentes, como Hélio Pólvora (Itabuna). A comunicação se mantinha por correspondências e presentes enviados por correios. Em uma carta em agradecimento pelo recebimento do livro *O Grito da Perdiz*, vemos traços de que Pólvora e Euclides Neto se conheciam, pois, no final, Euclides Neto escreve o seguinte: “meu abraço, afeto e bem querer. Lembranças à Maria” (EUCLIDES NETO, 1984). Maria é a esposa de Pólvora, o que prova que eles já tinham uma amizade mais íntima.

Euclides Neto também mantinha contato com o escritor José Saramago. O autor relatou o momento em que Saramago esteve em Salvador, em comitiva oficial, época em que ocupava a Secretaria de Reforma do Estado da Bahia. Euclides Neto levou de presente, para Saramago, a obra *Machombongo*. No entanto, Euclides Neto se desculpa por não tê-la entregado pessoalmente, comentando: “não o entreguei pessoalmente porque, ao que me informaram, você se antecipara no retorno” (EUCLIDES NETO, 1992).

Dentre as comunicações por cartas, o *site* expõe os pesquisadores da literatura euclidiana, que buscam, de alguma forma, resgatar a riqueza dos textos do autor, que, durante sua trajetória, mostrou-se um escritor engajado. Ao falarmos dos pesquisadores da literatura euclidiana, lemos a obra *O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto*, do jornalista baiano Elieser Cesar, publicado em 2003. O jornalista faz uma análise de três romances de Euclides Neto, respectivamente *Os magros*, *Machombongo* e *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino*, apresentando as personagens excluídas de cada romance e a maneira como elas lidavam com os problemas



como a fome, a falta de moradia, a opressão, a exploração nas lavouras de cacau e a exclusão social.

Outro pesquisador da literatura baiana é o Professor Doutor João Batista Cardoso, da Universidade Federal de Goiás, que, em seu pós-doutorado, pesquisou *Os polos da sociedade em os magros*, em 2005, sendo essa pesquisa ampliada, e, em 2006, publicada como livro intitulado *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James amado e Jorge amado*, como já mencionamos anteriormente. A obra, de maneira geral, representa a região grapiúna, identificada como a Literatura do Cacau e as dificuldades vividas pelos miseráveis.

No ano de 2010, a pesquisadora Manuela Porto Santos escreveu a monografia com o título *Ficção e política em Machombongo*, destacando a relação entre a literatura e a política presente na obra em questão. A autora explica sobre a representação da ficção altamente engajada às denúncias da realidade sociopolítica da região Sul da Bahia, apresentando lugares reais como Jequié, Ilhéus e o Rio das Contas, além da forma política de ser do deputado e fazendeiro protagonista da obra, Rogaciano.

Nesse mesmo ano, em 2010, as pesquisadoras Rita Lírio de Oliveira e Maria de Lourdes Netto Simões publicaram, na Revista *FACEVV Vila Velha*, o artigo “Os ciganos: a hibridação como construto da identidade cultural grapiúna”, analisando o conto “Os ciganos”, da obra *O tempo é chegado*, de Euclides Neto. No texto, as pesquisadoras relatam as relações e barganhas entre os fazendeiros e os ciganos que viviam nos arredores das fazendas de cacau.

Em 2011 a estudiosa Ana Sayonara Fagundes Britto Marcelo escreveu o artigo publicado na revista *Tabuleiro de Letras*, “Euclides Neto, a ficção tecida entre cacauzeiros e umbuzeiros”. Essa autora analisa a figura da mulher nas obras *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* e *Os magros*, pensando na figura feminina, que é empurrada para a margem, que luta, em seu dia a dia, para sobreviver aos preconceitos sociais, por ser miserável, cheia de filhos e sem moradia.

No ano de 2012, Marcelo Pereira Custódio, em sua Dissertação de Mestrado, pesquisou *O processo de criação de o Banco do Brasil de Euclides Neto*, com a análise da obra *O menino traquino*. A pesquisa revela a vida econômica da região cacauzeira. O pesquisador olhou para os aspectos regionais do local, em direção a informações sobre os fatos históricos, econômicos e sociais da época em que o cacau havia entrado em

decadência, na década de 1980.

Em 2013 Rita Lírio de Oliveira publicou o livro *A palavra e o tempo de Euclides Neto: um garimpeiro da identidade cultural grapiúna*, contendo um estudo das obras *O tempo é chegado* e *Dicionareco das roças de cacau e arredores*, investigando como ocorrem os processos construtores da identidade dos homens das roças de cacau. A autora investigou aspectos de hibridação cultural, com ênfase na linguagem utilizada pelo autor, na memória e no imaginário grapiúna.

Nesse mesmo ano, a pesquisadora Débora Gouveia de Melo Mateus investigou, em sua dissertação, cujo título é *Identidade e interstícios: Vidas secas, de Graciliano Ramos e Os magros, de Euclides Neto*, elementos que constroem possíveis aproximações estéticas e ideológicas entre os escritores Graciliano Ramos e Euclides Neto. A pesquisa buscou comparar a vida magra de João e a vida seca de Fabiano, personagens que são descritos à margem, excluídos, e que vivem na miséria.

No artigo “A prosa telúrica de Euclides Neto” (2013), o estudioso Vitor Hugo Martins explica sobre a influência do solo da região cacauzeira da Bahia, nos costumes e caráter dos habitantes. O autor argumenta o testemunho engajado na obra *Os magros*, da escrita de Euclides Neto, apresentando seu comprometimento com a terra, e, principalmente, com as pessoas que vivem nela. Por esse comprometimento, ao descrever os modos e a cultura do Sul da Bahia, Euclides Neto apresenta-se como um escritor telúrico.

Em 2014 Rosângela Cidreira de Jesus escreveu sua pesquisa de mestrado *O coronel e o trabalhador: a identidade cultural cacauzeira nos romances Terra dos sem fim, de Jorge Amado e Os magros, de Euclides Neto*. A autora pesquisou a identidade cultural da região e os processos históricos e econômicos a partir da crise da monocultura cacauzeira, enquanto investigava a figura do coronel como tendo o poder centrado em suas mãos, e a figura dos trabalhadores sendo explorados nas roças.

Ainda, em 2014, apresentei o fruto de minha dissertação, que, atualmente, é homóloga ao livro em que publiquei no ano de 2019. A dissertação, cujo título é *Sociedade, cultura e identidade em Vidas secas, de Graciliano Ramos e Os magros, de Euclides Neto*, foi orientada pelo professor doutor Valdeci Rezende Borges, docente na Universidade Federal de Goiás (atual Universidade Federal de Catalão – UFCAT), que também, de maneira cuidadosa, escreveu o prefácio do livro. A pesquisa/obra discorre

acerca da maneira como as personagens sofrem mudanças em suas identidades, com o processo de modernização, com as perdas territoriais, com a exclusão social, o empobrecimento, e, principalmente, por viverem na miséria. São personagens que buscam sobrevivência, dia após dia, mesmo sem ter para onde ir, sem ter uma moradia, um lugar que possa ser chamado de seu.

Em 2017 o Professor Doutor Ullysses Rocha Filho, da Universidade Federal de Goiás (atual UFCAT), e eu, publicamos, na *Revista Literatura e Autoritarismo*, o artigo “Alegoria do riso na obra *Os genros*”, apresentando três contos: *O bocado não é para quem faz*, *Moça rica carece de enfeite de marido bonito* e *O genro-capitão-de-indústria*. O narrador, ao descrever o comportamento dos moradores de Beira Rio, utiliza a ironia para representar a realidade da região.

Publiquei um capítulo no livro *Os efeitos do autoritarismo: práticas, silenciamentos e resistência (im)possíveis*, em 2018, organizado pelo Professor Doutor Éderson Luís Silveira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com o título “Cultura, relação de poder e opressão em *Os magros*”, apresentando toda a opressão e exploração dos trabalhadores rurais nas roças de cacau, em contraponto aos poderes de mandos e autoritarismo do fazendeiro cacauicultor.

Nesse mesmo ano, publiquei, na *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidade*, o artigo “A loucura social presente no conto *O Velho e os três meninos*”, que retratava as concepções de marginalização e de rotulação dos sujeitos, vistos pela sociedade como loucos, até mesmo das crianças, que sobreviviam à fome e à miséria e lutavam no dia a dia para conseguirem alimentos para saciarem a fome. O artigo apresenta, também, o momento em que a sociedade sul baiana enfrentava a crise do cacau e os trabalhadores rurais eram destituídos de seus empregos, ficando sem moradia e lutando, juntamente com seus filhos, pela sobrevivência.

Ainda, em 2018, foi publicado, na *Revista Espaço Acadêmico*, o meu artigo “Coronelismo e as mudanças identitárias na obra *O tempo é chegado*, de Euclides Neto”. O texto apresenta as mudanças de identidades que os coronéis cacauicultores e os trabalhadores rurais sofreram com a decadência do fruto de ouro. A análise também aponta para a figura do coronel que se destacava com grande importância na política, e, mesmo possuindo grande riqueza, com o declínio da monocultura, precisava buscar novas alternativas de sobrevivência. Já os trabalhadores, por não terem como trabalhar nas

lavouras, precisaram migrar para a cidade, em busca de sobrevivência.

Além dessas publicações citadas acima, publiquei, no ano de 2018, nos *Anais da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)*, o artigo “Euclides Neto e a representatividade da pobreza em Machombongo”, analisando a representação das desigualdades sociais na literatura que utiliza elementos do real e os ficcionalizam. E, ao mesmo tempo, averigui o desnível social no sul da Bahia, principalmente a partir do modo de vida escasso dos trabalhadores rurais.

Em 2019 publiquei, na revista *Espacialidades*, o artigo “Pobreza e perdas territoriais na obra Machombongo, de Euclides Neto”, analisando o processo de perdas territoriais, identitárias e o depauperamento dos lavradores no período ditatorial do Brasil. Além da realidade representada na obra, aponte aspectos que mostram os maus tratos, a fome, a moradia inadequada dos agregados e o mandonismo dos senhores, proprietários das terras cacauceiras.

Como vimos, ainda existem poucos pesquisadores sobre as narrativas de Euclides Neto, e, por isso, nesta tese, pretendemos ampliar a fortuna crítica e as pesquisas em torno desse autor, analisando e interpretando o romance *Machombongo*, 2ª edição, publicado no ano de 2014, da editora EDUFBA (por ter uma letra mais ampliada e facilitar a leitura). Pesquisaremos a miséria e as injustiças sociais vividas pelos menos favorecidos, de forma mais detida, no capítulo 3 de nossa pesquisa.

Todavia, em nosso 2º capítulo, antes de fazermos a análise da obra *Machombongo*, analisaremos o modo de vida e a representação dos miseráveis na literatura universal, como forma de compreensão desses sujeitos na história. Logo em seguida, caminharemos para a literatura brasileira, apresentando, de maneira panorâmica, os miseráveis na literatura e história do Brasil.

## CAPÍTULO 2

### UMA TRAJETÓRIA DOS MISERÁVEIS NA LITERATURA

*Miserável [...] é alguém que junta supostamente à sua condição de pobreza, a de carente em saúde, ou vítima de maus-tratos, de violações [...], o miserável também pode ser o branco livre que se reconhece deva ser amparado pela sociedade e, naturalmente, pela legislação em vigor.*

*(LAPA, 2008, p. 29).*

## **2.1 Os miseráveis no contexto ocidental**

O nosso objetivo, neste capítulo, é analisar o conceito e a formação dos miseráveis na história da humanidade, através da literatura, para, então, compreendermos as lutas entre as classes sociais, o processo de marginalização, o desnível social, as injustiças e a miséria vividos pelos menos favorecidos. Apresentaremos algumas narrativas no decorrer da história, para exemplificarmos a busca dos oprimidos pela sobrevivência perante a escassez de recursos básicos e a exclusão social.

Iniciamos nossa discussão apresentando o conceito de miserável e como surgiu essa denominação, que, hierarquicamente, refere-se aos excluídos da humanidade. Em países desenvolvidos como a França, a Alemanha e os Estados Unidos, esses sujeitos são em minoria, pois são países de primeiro mundo, e a pobreza que existe é relativa, possuindo os pobres o básico das necessidades de sobrevivência, conforme esclarece Rocha (2006). Na Índia, por exemplo, os miseráveis são considerados como aqueles que não possuem castas, e, por isso, são vistos como “diabos”, “danados”, que não podem conversar ou tocar nas pessoas de castas (VARIKAS, 2014).

Nossa reflexão acerca do vocábulo “miséria” parte da compreensão de que essa palavra vale como alcunha para representar a segregação daqueles que são vítimas das desigualdades sociais. É uma forma de categorizar as classes sociais, estas que indicam que há pessoas que possuem acúmulo de capital e outras que vivem na escassez. Assim, tomamos conhecimento a respeito do vocábulo “miséria”, o qual é explicado por José Roberto do Amaral Lapa, em seu livro *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*, como a insuficiência de recursos básicos para a sobrevivência. Nesse sentido, os miseráveis não conseguem assegurar sua subsistência, pois os recursos obtidos com o trabalho são insuficientes para suprir suas necessidades como alimentação, vestuário e moradia.

A partir do conhecimento acerca da miséria, averiguamos a ordem social verticalizada, a qual distingue a classe dominante por possuir acúmulo de capital, e a classe dos menos favorecidos, que vive na escassez. Essa verticalização, segundo Sônia Rocha, no livro *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?*, revela a pobreza absoluta, que é aquela vivida cotidianamente, pois os miseráveis, além de viverem na extrema pobreza, são excluídos da sociedade (ROCHA, 2003).

A exclusão dos menos favorecidos acontece, segundo os argumentos de Rocha (2003), na sociedade moderna e monetizada, a partir das necessidades, as quais são atendidas através das trocas mercantis, e o valor monetário é estabelecido, de forma que esteja associado ao atendimento das necessidades básicas das pessoas de uma determinada sociedade. Nesse caso, podemos perceber que a pobreza baliza as pessoas nessa troca mercantilizada, as quais estão no limite entre o básico para o sustento e a miséria. Entretanto, no caso da miséria, faz referência à pobreza extrema, pois os sujeitos estão abaixo da linha que delimita a pobreza. O nível da pobreza é evidenciado pela renda, que garante o mínimo de condição para sobrevivência. Essa falta do mínimo é vista como a miséria.

Ao referirmos às necessidades básicas, pensemos naquelas que estão relacionadas à sobrevivência dos seres na sociedade, e que baseiam na alimentação, educação, saneamento e habitação. Tais problemas apontam a pobreza no Brasil, pela má distribuição de renda, a qual gera as desigualdades sociais e a escassez dos menos favorecidos. Essas desigualdades levam os miseráveis à indignação e à marginalização.

Em se tratando do surgimento da figura dos miseráveis na sociedade, citamos a pesquisadora Maria Stella M. Bresciani, que, em seu livro *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, explica a formação da classe miserável na sociedade a partir do aceleramento da urbanização e do processo de industrialização, que aconteciam na Europa no século XIX. Milhares de pessoas se deslocavam do campo para as grandes cidades, como Londres e Paris, em busca de uma vida melhor. Nesse processo de migração, a multidão nas ruas da cidade aumentou, favorecendo a divisão e o agrupamento de pessoas com objetivos afins, como, por exemplo, a classe mais elevada era constituída por mercadores, advogados e agiotas; na classe “média” estavam os escreventes, os “batedores de carteira” e os militares; e, nas camadas mais baixas, encontravam os mendigos, os revendedores judeus, as prostitutas, as mulheres que

realizavam trabalhos domésticos em casas alheias, os ébrios, os vendedores de empadas e os operários (BRESCIANI, 2013).

Todavia, essa divisão de classes sociais e a formação da classe mais abastada não foi aceita de forma passiva por aqueles que vivem na penúria, pois a classe menos favorecida começou a lutar por uma sociedade mais igualitária, no século XIX. Para nossa compreensão acerca dessas lutas, apoiamo-nos na obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, a qual mostra que, por volta de 1848, com a queda da monarquia, os menos favorecidos começaram a resistir às imposições da classe dominante, esta que elegia Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, ao governo provisório de Paris. Com dois anos de mandato na presidência, Luís Bonaparte se autoelegeu como imperador, e o seu governo durou vinte anos. Nesse período os proletários se organizaram e lutaram contra o império, sendo que, no ano de 1869, o governo de Luís Bonaparte sofreu uma queda frente à derrota prúciana, evento este que acelerou a Comuna de Paris, que ocorreu no ano seguinte, em 1870. Marx aponta a Comuna de Paris como a primeira resistência popular dos proletários ante a invasão do reino da Prúcia, e a primeira tentativa de luta dos pobres na busca pelo direito ao voto e para a escolha do governante (MARX, 2011).

Entretanto, após a leitura de *O manifesto comunista* de Karl Marx e Friederich Engels, percebemos que Marx, como filósofo, sociólogo e historiador, em seus escritos, mostrou-nos as alterações dos proletários por uma sociedade mais justa, e, nessa obra, juntamente com Engels, apresentou, em quatro capítulos, a formação do partido comunista. Logo, no início do primeiro capítulo, vislumbramos sobre as diferenças entre as classes sociais, divididas em duas: a classe dos burgueses e a dos proletários. No decorrer dos outros capítulos, os autores explicam os prélios entre as classes e mostram que são a favor dos miseráveis e das lutas sociais. Como visibilidade dessa predileção, os autores deixam o seguinte postulado: “Proletário de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 1986, p. 11), afirmando, assim, a necessidade da união entre os proletariados na batalha contra a burguesia. Esses autores ainda argumentam que as lutas entre as classes são compreendidas como o “motor” que gera mudanças no meio social.

É lícito dizer que a busca da classe desprivilegiada pela sobrevivência existe ao longo do processo histórico e da formação das civilizações. Diversos grupos monopolizaram seus privilégios para garantirem a segregação dos demais, anunciando a



ordem social que valoriza a burguesia e desqualifica e exclui os miseráveis, pois, em uma sociedade capitalista, a notoriedade maior acontece através do consumismo, o que gera, ilusoriamente, o bem-estar a partir da aquisição de bens intangíveis. Entretanto, os miseráveis, com pouco ou sem nenhum recurso financeiro, não atingem esse nível de gozo, passando, então, a viver na desaprovação social.

O bem-estar é associado ao consumo de produtos do mercado, e, por isso, a miséria é visível no meio social, mostrando que os pobres não conseguem atingir o nível de regalo mínimo para a sobrevivência, ficando à margem da sociedade. A deficiência monetária que os acomete faz com que se tornem vítimas da escassez e sofram com a penúria, e por não conseguirem atingir o padrão de bem-estar imposto pela burguesia, eles também são vistos como marginais na sociedade (LACERDA, 2009).

No que tange à marginalização, o autor Lapa (2008) aponta para as causas da exclusão dos pobres nas terras brasileiras. Essa discrepância gera uma hierarquia em que a pobreza também possui suas subdivisões, o que exclui ainda mais a classe menos favorecida. Assim, a pobreza é dividida da seguinte maneira: 1) a “miséria” é o resultado da extrema pobreza; 2) a “mendicância” é referente àquele(a) que vive da caridade alheia e usa desse expediente para a obtenção de proventos; 3) “homens livres pobres”, expressão que refere aos que trabalham, mantendo a si e aos seus, sem que lhes sobre dinheiro para aforros; 4) “agregados”, miseráveis que possuem trabalho, mas vivem na penúria, vendendo sua força de trabalho num mercado confinado à escravidão; e, por fim, 5) os “remediados”, pobres que conseguem garantir seu sustento. Essas categorias existem para mostrar que, dentro da classe menos favorecida, há uma divisão de nível de pobreza que existe para excluir ainda mais os miseráveis.

A exclusão dos miseráveis acontece, inicialmente, a partir das divisões de classes, que favorecem economicamente uma classe e desprivilegia a outra. No entanto, como assevera Lapa (2008), há hierarquia entre a classe menos favorecida, o que nos remete ainda mais à exclusão e às desigualdades sociais. Nessa divisão, é perceptível que o miserável é aquele que não possui oportunidades de emprego e de uma vida melhor, é marginalizado na sociedade, e por isso, adere ao trabalho explorado, para garantir a sobrevivência. A hierarquização existente entre os pobres serve, como diz Rocha (2003), para distinguir o pobre do miserável, em que o primeiro possui o básico para sobrevivência e outro vive na carência.

Os miseráveis estão presentes em todas as sociedades e não somente em países subdesenvolvidos. Rocha (2003), em sua obra, fornece-nos um panorama da pobreza existente nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos. Em relação aos países desenvolvidos, como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos, a autora apresenta o percentual de habitantes, que corresponde, numa variação entre 10% a 20% da população, que se encontrava na linha de pobreza, no ano de 1995. Essa autora ainda mostra que a renda dos que fazem parte dessa linha de pobreza seria equivalente a 2000 reais mensais (no valor monetário brasileiro). Já, em países de renda média, como o Brasil, com economia urbana e monetizada, que possui uma contingência populacional desprivilegiada, a pobreza é observada a partir do consumo da população de baixa renda, ou seja, da cesta básica, a qual distingue o pobre do miserável, pois este último não dispõe de condições para o consumo da cesta básica, resultando na fome absoluta, que é sentida todos os dias.

Rocha (2003) argumenta que a maioria da população miserável está concentrada em países subdesenvolvidos, porque há um número maior de desempregos ou subempregos que geram a servidão. Essas características mostram a pobreza absoluta e se configuram na busca dos miseráveis pela sobrevivência, frente à marginalização, à escassez e à falta de oportunidades. Já, em países desenvolvidos, a pobreza é compreendida como sendo relativa, situação em que o mínimo necessário para a sobrevivência é garantido.

A partir de nossas leituras, cujo foco é a pobreza, demarcamos que os estudos sobre esse tema tiveram início no pós-guerra, ao final da década de 1940, em países desenvolvidos, com a euforia da reconstrução social dos países, e com a reorganização da vida da população. Entretanto, é notório que a distinção entre a classe dominante e os miseráveis existe desde a Antiguidade. No ocidente antigo, os povos acreditavam na existência de pessoas com casta e de pessoas sem casta, e essa divisão era uma determinação da “força divina”, ou seja, havia pessoas predestinadas a pertencerem à classe mais favorecida e outras a serem miseráveis (LACERDA, 2009). Com essa distinção, caberia a cada um aceitar sua posição, dentro da estrutura social, de maneira passiva, sem questionar as leis consideradas supremas.

A ideia de divisão entre as classes prevaleceu no decorrer da história e na Idade Média. A Igreja Católica, no auge de seu poder político na Europa, fez com que a lei de

aceitação à hierarquia social vigorasse, favorecendo o domínio e a opressão do clero e da classe dominante sobre os menos favorecidos. Dessa forma, no ano de 1388, na Inglaterra, foram criadas as primeiras políticas sociais, chamadas de “Leis dos Pobres”, as quais apresentavam um caráter punitivo e excludente ao invés de protetivo. Essas leis tinham como objetivo cuidar da “higienização social”, a qual reconhecia os pobres como “impuros” e os afastava do meio social, da elite (LACERDA, 2009).

A respeito da “higienização” da sociedade, vimos também na obra *A história da loucura na Idade Clássica*, de Michel Foucault, em que o autor esclarece esse fato. Desde o final da Idade Média, por volta do século XV, o problema da lepra desapareceu do meio social com a prática do confinamento. Essa prática de exclusão e confinamento dos leprosários, mais tarde, foi exercida contra aqueles que eram considerados loucos, por se comportarem ou pensarem diferente (FOUCAULT, 1997). Na atualidade, a exclusão existe de maneira mais visível contra os pobres, por não conseguirem manter o básico de consumismo considerado pela burguesia.

Os desbravadores/colonizadores, no período das grandes navegações, no século XV, na busca pela expansão comercial e conquistas de territórios, utilizou a mão de obra escrava para gerar lucros, reforçando, assim, o desnível social. A prática de escravidão foi também apoiada pela Igreja Católica, que a pontuava como um castigo, devido à propensão dos homens ao pecado, a fim de manter a harmonia social e a aceitação dos pobres à sua condição de menos favorecidos, como argumenta Lacerda (2009).

Nessa mesma perspectiva, asseveramos que o continente europeu criou as colônias de exploração para conquistar outras terras e para extrair delas suas riquezas, com o uso da mão de obra escrava. O Brasil, assim como outros países da América do Sul, foi “constituído” e explorado por meio da colonização europeia, que implantou tanto o trabalho escravo de negros traficados da África como de indígenas brasileiros para a obtenção e o acúmulo de riqueza. Partindo dessa premissa, olhamos para os modelos de desigualdades sociais e de exploração implantados no Brasil, e consideramos sua existência desde os tempos coloniais, período em que os desbravadores utilizavam a mão de obra escrava para extração das riquezas e lucros das terras brasileiras. Entretanto, esse padrão de relações de poder, constituído pelo trabalho explorado, existiu, no país, em todas as épocas, e, hoje, é conhecida como servidão ou trabalho de exploração, por se tratar de homens que, apesar de livres, se submetem a qualquer tipo de trabalho para

garantir a sobrevivência.

A situação do povo brasileiro perante o trabalho escravo, como temos observado, por meio de textos literários e históricos, ainda apresenta muitos problemas, pois essa prática persistiu ao longo dos anos, devido aos interesses particulares dos proprietários em aumentar o lucro à custa da exploração dos trabalhadores. Além disso, estamos convictos de que o trabalho escravo apresenta-se, com mais força, no meio rural, devido às atividades ligadas à pecuária, à agricultura, à extração da madeira, entre outras. No campo, é perceptível a recorrência da servidão em tempos contemporâneos, devido ao difícil acesso à localidade, ao número de empregados, à falta de registros e documentos que comprovem a presença desses trabalhadores no local.

Mas, não devemos esquecer que essa prática de escravidão no século XX vem sendo denunciada em textos literários de autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Euclides Neto, entre outros. Essas denúncias são apresentadas na literatura, servindo de documentos para pesquisas e registros históricos, que descrevem nossa história e a difícil luta dos miseráveis na sociedade excludente. Os textos literários são utilizados como um meio de dar voz e visibilidade aos excluídos, por se tratar de um veículo que descreve os seres em suas ações, tempo e espaço.

## **2.2 Os miseráveis na literatura: uma breve discussão**

Os textos literários, como sabemos, representam a cultura, a época, modo de vida de uma determinada sociedade. Todavia, esses textos podem ser usados como denúncia em relação à violência, opressão, injustiça e até sobre as desigualdades sociais. A literatura é uma forma de conhecimento, que, por meio da arte, dos textos e da leitura, adquirimos conhecimento e compreensão dos acontecimentos sociais. Por ela ser uma forma de transmissão de conhecimentos culturais e sociais, muitos autores buscam, através de seus textos engajados, mostrar os fatos que representam o favorecimento de um grupo em relação ao outro, e, de maneira mais agravante, aqueles grupos que prejudicam e aniquilam os direitos de outro grupo ou povo. Através da literatura engajada, conseguimos compreender e refletir acerca dos fatos que ocorrem na sociedade.

Nesse patamar de literatura engajada e da estética que esses textos nos apresentam, iniciamos nossas discussões apontando a primeira representação dos miseráveis na

literatura, que ocorreu, pela primeira vez, no conto “A choupana indiana”, de Bernadin de Saint-Pierre, publicado em 1791, na Índia. Nessa narrativa existe a ideia de casta, em que há distinção entre os brâmanes e os dálits, o primeiro grupo faz referência à classe mais elevada da Índia, e o segundo aos povos que vivem na miséria. Durante a história, o narrador emite uma opinião objetiva a respeito do preconceito de um brâmane em relação a uma senhora indiana que vivia na miséria e era marginalizada pela sociedade. Outro conto indiano, que foi publicado nesse mesmo ano, 1791, “História de um brâmane”, de Voltaire, mostra a vida de privilégio dos brâmanes em relação à vida escassa e desprivilegiada dos miseráveis (VARIKAS, 2014). Todavia, como percebemos, os miseráveis aparecem nas narrativas não como um problema social, mas como fonte de autoconhecimento e de reconhecimento desses sujeitos que vivem na pobreza, pois esta é compreendida como uma espécie de purificação, de “purgação”, como pagamento pelos erros.

A pesquisadora Regina Dalcastagnè, em seu artigo “A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea”, defende que as personagens excluídas, que aparecem nas narrativas, como as mulheres, os pobres, os negros e os trabalhadores, ocupam uma “posição secundária, sem voz e, muitas vezes, marcadas por estereótipos” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 18). Essas personagens aparecem quase sempre como oprimidas, exploradas e marginalizadas pela sociedade, pois são vítimas de preconceitos e de julgamentos, por não possuírem acúmulo de capital.

Nesse sentido, presumimos que as personagens marginalizadas não possuem seus direitos reconhecidos pelo sistema de legitimação, são tratadas com inferioridade no meio em que vivem, além de sofrerem os preconceitos religiosos e sociais. São considerados sujeitos fora da lei, que não seguem as regras sociais, vivem numa condição de miséria, e, em sua maior parte, não possuem chance de emprego, moradia e de uma vida digna. Essa condição marginal é sustentada por leis, crenças e imposições sociais da classe dominante, que busca manter seus privilégios a partir das desigualdades sociais.

Trazemos, aqui, exemplos da literatura europeia do século XVIII, em que o autor Honoré de Balzac, por evidenciar, em seus textos, os problemas do desnível social, a partir de personagens miseráveis e excluídas do meio em que vivem, é considerado o pioneiro da representação da pobreza no período da industrialização. Esse autor faz descrições de problemas enfrentados na sociedade, por meio de um narrador que tece os

fatos e descreve o espaço em que essas personagens viviam, além da forma como eram marginalizadas e oprimidas pela classe dominante.

Nesse sentido, apontamos Balzac como o primeiro escritor que denunciou os níveis de desigualdades existentes na França, na época em que a burguesia ascendia por conta da Revolução Francesa. De maneira histórica, consideramos esse período fecundo de causas que entreveem as mudanças sociais. No que tange à estética, os fatos cotidianos e as ações humanas contribuíram para o valor histórico da literatura balzaquiana. Segundo Lukács, em seu texto “A polêmica entre Balzac e Stendhall e *Ilusões Perdidas*”, Balzac descreve com exatidão as catástrofes e as crises materiais, espirituais e morais da sociedade francesa, que caminhava para a capitalização e “ilustra, de fato, aquele período em que o capitalismo, tendo finalmente atingido um poder ilimitado, leva a degradação desses homens, a sua abjeção humana e moral, a sua degeneração até ao mais profundo das suas almas, do seu ser” (LUKÁCS, 1965, p. 133). Assim, ao lermos a literatura balzaquiana, percebemos que os fatos são narrados apontando os detalhes da vida de pobreza dos miseráveis. Na obra *Ilusões perdidas*, o narrador onisciente apresenta o quarto como um espaço impróprio para hospedagem:

A miséria dos jovens o perseguia ali como, na rue de Cluny, a de D'Arthez, de Chrestien, e em toda parte! Mas em toda parte ela se apresenta com a marca que lhe dá o temperamento da vítima. Ali, a miséria era sinistra. Uma cama de noqueira, sem cortinado, embaixo da qual havia um tapete amarrotado de segunda mão; nas janelas, cortinas amareladas pela fumaça de uma lareira que não funcionava e pela do charuto; sobre a lareira, uma lamparina Carcel dada por Florine e ainda a salvo da casa de penhores; depois, uma cômoda de mogno descorada, uma mesa coberta de papéis, duas ou três penas entortadas ali em cima, nenhum outro livro além dos trazidos na véspera ou durante o dia: essa era a mobília daquele quarto privado de objetos de valor, mas que oferecia um ignóbil conjunto de botas ordinárias bocejando num canto e velhas meias já parecendo renda; em outro canto, charutos esmagados, lenços sujos, camisas que pareciam em dois volumes, gravatas que tinham chegado à terceira edição. Era, em suma, um acampamento literário mobiliado de objetos indescritíveis e da mais estranha nudez que se possa imaginar. [...]. O quarto, tão sujo como triste, anunciava uma vida sem descanso e sem dignidade: ali se dormia, trabalhava-se às pressas, e o quarto era habitado por necessidade, sentia-se a vontade de seu hóspede de abandoná-lo. (BALZAC, 2011, pp. 289-290)

Como vimos, o narrador apresenta a miséria do quarto em que os jovens dormiam. Um quarto que não possuía conforto para descanso, pois denotava uma escassez

“sinistra”, tanto pelos móveis velhos como pela sujeira e abandono. Além de pobre e desconfortável, o aposento era “triste”, retratando a infelicidade dos miseráveis por causa da falta de oportunidade, da exclusão e da falta de recursos para uma vida melhor e um sono mais tranquilo. A exposição do quarto, pelo narrador, delineia a vida de miséria dos sujeitos, os quais não tinham condições para se mudarem para outro lugar mais aconchegante, mais digno para a moradia.

Balzac mostra, em seus textos literários, as desigualdades sociais a partir da ascensão da burguesia, que ganhava espaço no período da Revolução Francesa. Com o golpe de 1798, na França, como já foi mencionado anteriormente por Max, com a queda da monarquia e ascensão da República, os observadores da vida social, como os escritores e artistas, representavam os acontecimentos da sociedade de maneira estética para que a população tomasse consciência do desnível social. Os elementos da Revolução Francesa serviam como esboço para Balzac escrever seus textos com um verdadeiro realismo literário, por apresentar a realidade de uma sociedade capitalista.

A respeito da representação dos miseráveis no meio social, Victor Hugo Adler Pereira, no artigo “A criminalização da pobreza e a literatura da miséria”, comenta que as relações das classes dominantes com as populações empobrecidas suscitaram no confronto entre as classes, o que resultou na conscientização dos subalternos em relação às injustiças que viviam. Os conflitos aconteciam para que os miseráveis conseguissem reconhecimento social perante as mazelas, dignidade e até mesmo meios de sobrevivência (PEREIRA, 2011).

Seguindo esse aspecto de luta por reconhecimento e justiça dos miseráveis, na literatura, temos o romance *Os miseráveis*, de Victor Hugo, publicado em 1862, na França, representando aqueles que viviam na escassez em Paris. O romance, por expor as desigualdades sociais, levou quase todos os leitores, chamados operários franceses, a lê-lo, por se tratar de assuntos como a luta da classe operária por reconhecimento social e por sua dignidade. Segundo Glória Gomide, em seu texto “Os miseráveis de Victor Hugo: a invisibilidade através do nome”, a obra possui quase mil páginas e várias personagens protagonistas e coadjuvantes que aparecem para representar a multidão de pobres existentes na França. Essas personagens se escondem através de nomes que se modificam conforme a necessidade de sobrevivência de cada uma. Gomide traz à tona a personagem principal, Jean Valjean, como exemplo dessa mudança de nome e de identificação. Jean

foi preso ao roubar um pão para alimentar os filhos de sua irmã, que estavam com fome. Foi condenado a cinco anos de prisão e se transformou no prisioneiro 24.601. Todavia, com as tentativas de fuga, os cinco anos se transformaram em dezenove, para servir de punição ao condenado (GOMIDE, 2014).

Durante a história, percebemos que o narrador apresenta o protagonista com duas nomeações, Jean, o homem livre, e o número 24.601, o prisioneiro. Essas denominações do protagonista serviam para que sua exclusão social fosse mais intensa e visível, pois, ao procurar emprego e mostrar a carteira amarela, que o identificava como ex-condenado, suas chances eram minimizadas, e ele, então, era posto à margem da sociedade. Marginalizado, Jean passou a viver na miséria, por ser tornar um sujeito desprezado pela população, sem lugar e sem chances.

Ao vermos a luta de Jean para sobreviver às adversidades sociais, percebemos o que Marx afirma como sendo o motor que serve como combustível para a história, o qual parte das lutas sociais, principalmente aquelas dos miseráveis/proletários pela sobrevivência. O autor também apresenta a conscientização daqueles que são explorados e mostra, em seus argumentos, que a unificação entre os trabalhadores, na luta contra a opressão, e pelo reconhecimento de seus direitos, é a melhor forma dos proletários adquirirem força e vencerem as batalhas (MARX, 1986).

Levando em consideração as narrativas europeias acerca dos miseráveis, temos o conto “O capote”, do autor russo Nikola Gógol, publicado em 1842. O conto possui um enredo bastante simples, porém expressa o desejo de vingança do trabalhador oprimido. A pesquisadora Irene Zsaszimowics Pinto Calaça, no texto “A construção do fantástico em O capote de Gógol”, discute o comodismo da personagem Akaki, que trabalhava numa repartição pública, onde recebia um mísero salário, e o que recebia mal dava para a sua sobrevivência. O protagonista usava um capote esgarçante, que não conseguia protegê-lo do frio. No inverno Akaki precisou comprar um novo capote, pegou suas economias de anos e conseguiu adquirir a peça. Todavia, com a peça em mãos, o protagonista usou apenas uma vez, pois esta foi levada por assaltantes. Akaki levava uma vida subumana, passava por longos períodos de fome e frio. Em vida, o trabalhador era frágil e subalterno, porém, após a morte, o fantasma irradiava força para despejar sua ira sobre aqueles que o fizeram mal, – o que nos dá a noção e a compreensão do fantástico da narrativa – (CALAÇA, 1998).



A narrativa apresenta também a personagem lutando para conseguir recuperar o capote, buscando auxílio das autoridades para reaver a peça. Mas, a história deixa claro que os miseráveis são silenciados pelas injustiças e pela opressão. Nesse cenário, buscamos o que Gayatri Chacravorty Spivak apresenta em seu livro *Pode o subalterno falar?*, em que a autora esclarece que não há ninguém melhor que o próprio subalterno para falar de suas agruras, dado que estas são vividas cotidianamente por ele. Contudo, a sociedade busca silenciar o subalterno, deixando-o excluído e sem voz (SPIVAK, 2010). Mas, lembremo-nos das afirmações de Foucault, a deixar claro que, apesar do silenciamento, os oprimidos possuem resistência perante o autoritarismo e poder da elite (FOUCAULT, 2015).

Perpassando as épocas, citamos o romance *Gente pobre*, do autor russo Fiódor Dostoiévski, caracterizado por ser o primeiro romance desse autor, publicado em 1846, após o término de sua formação como engenheiro. O autor, com 25 anos de idade, conseguiu que sua obra obtivesse sucesso e elogios do crítico literário Vissarion Belinsk. A obra é um romance epistolar, e a história é contada por duas personagens pertencentes à classe menos favorecida, que, apesar de serem vizinhas de residência, se comunicavam por meio de cartas, representando o recato social. Ele trabalhava como copista e morava numa pensão humilde, e ela morava com uma parenta, ambas fazendo trabalhos manuais para sobreviverem. A obra representa a população russa passando pela pobreza (DOSTOIÉVSK, 2009). Apesar de as personagens serem pobres, elas conseguiam trocar obras literárias, como, por exemplo, “O capote” e “O chefe da estação”, mostrando a resistência dos miseráveis na busca por conhecimentos. A história se passa em São Petersburgo, lugar do pobre na Rússia.

Dostoiévski escreve sobre aquilo que conhece, pois teve uma vida muito difícil, seus pais eram abastados financeiramente, apesar de seu pai ter origem em família de nobres. Todavia, ficou órfão de pai e mãe quando ainda era criança, há suspeitas de o pai ter sido assassinado e a mãe ter morrido um pouco antes de seu pai. Bakhtin (2013), em sua obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, apresenta as personagens dostoiévskianas, não como uma invenção, mas criadas a partir de uma vivência e de uma visão realista do autor. Bakhtin mostra que as personagens se revelam independentes psicológica e intelectualmente, o que demonstra que esse autor conhece as dificuldades da vida dos miseráveis (BAKHTIN, 2013). Esse autor (Bakhtin) ainda considera os poemas de

Dostoiévski como os de quem conhece as mazelas da vida.

Entrando para o século XX, temos a obra *O diário de um ladrão*, do poeta e dramaturgo Jean Genet, publicado em 1949, em Paris. Comenta Clara Versiani dos Anjos Prado, em seu artigo “A estética da existência marginal – O diário do ladrão e o poeta Genet”, que o escritor foi amigo de Jacques Derrida e Michael Foucault, e ambos sempre olharam para as relações de poder e de resistência dos menos favorecidos. A partir do olhar de Genet, vários textos literários foram publicados, representando as desigualdades e injustiças sociais vividas pelos miseráveis, além de ser considerado “uma das principais vozes da ‘estética’ dita marginal do século XX” (PRADO, 2012, p. 123), o que nos leva à compreensão de uma narrativa de denúncia.

A história da obra *O diário de um ladrão* aparece como uma maneira de o ladrão, personagem principal, mostrar suas aventuras e desventuras vividas no submundo. O protagonista morou em uma fazenda com seus pais adotivos. Mas, após a morte de seus pais, ainda criança, a personagem cometeu um roubo e foi levada para a casa de detenção para menores. Aos 21 anos de idade, fugiu e começou o seu legado no crime. Ele passou a se prostituir e a transgredir as regras sociais. Começou a viver no submundo da marginalidade. Jean se masturbava constantemente, tanto na cela como fora dela. Após a prisão, ele mergulhou no mundo do sexo com prostitutas, cafetões, homossexuais, travestis, e até praticou a pederastia. Sua prostituição não era só para obter dinheiro, mas para roubar seus fregueses, o que representa uma transgressão às regras e normas da sociedade (GENET, 1986).

Nessa breve discussão sobre os miseráveis na literatura europeia, percebemos a representação das mazelas vivenciadas por essa classe menos favorecida e suas lutas pela sobrevivência. Além de expor a questão da pobreza, da fome, da opressão, da exploração e da marginalização daqueles que são excluídos do meio social. As personagens mostram a supressão e os maus tratos que viviam na sociedade, por não conseguirem o mínimo de recursos básicos para a sobrevivência, e, por isso, serem alijadas e segregadas do meio em que estavam inseridas.

### **2.3 Os miseráveis na literatura brasileira: algumas discussões**

Os miseráveis foram representados, na literatura brasileira, a partir do século XIX,

através de escritores como Aluísio de Azevedo, Raul Pompeia, entre outros, que escreviam seus textos, mostrando a realidade vivida pelas personagens marginalizadas. Esses autores ficaram conhecidos como realistas/naturalistas, por escreverem sobre as situações vivenciadas no cotidiano, como o desemprego, a fome, a exploração humana e a pobreza.

Os escritores realistas/naturalistas, bem como os artistas, buscavam representar, de maneira crítica, os acontecimentos sociais e culturais que o Brasil sofria nessa época, como, por exemplo, a proibição do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, e a abolição da escravidão em 1888. Com o olhar direcionado a tais mudanças, no ano de 1888, o professor e artista plástico Vitor Meirelles pintou uma tela retratando o abolicionismo, como mostra o título: *Abolição da Escravatura*, expressando a Lei Áurea<sup>6</sup>. A cena retrata a Princesa Isabel, no centro, anunciando a abolição, e, no fundo, a plateia. Não há a presença de escravos, pois, como sabemos, a abolição foi um processo político promovido pela família imperial, para interesse da elite, que intencionava delegar o controle dos menos favorecidos, ao Estado.

Em 1890 o escritor Aluísio de Azevedo publicou *O cortiço*, obra que representa a situação do Brasil no início da República. Nesse período, nas terras brasileiras, a casta portuguesa ainda se encontrava na posição de regência, ajudando na definição do processo de hierarquização das classes sociais, em que os negros, mulatos e brancos miseráveis experimentavam uma “falsa liberdade”, pois ainda eram prisioneiros da opressão social, além de serem marginalizados. Rui Mourão escreveu a seguinte observação no prefácio do romance:

O abolicionismo era uma campanha em marcha mas em bases muito ilusórias, deixando em evidência que [...] aquela luta surge estigmatizada nas palavras finais do romance, que se fecha, logo depois de João Romão forçar o retorno de Bertoleza à escravidão (MOURÃO, 1981, p. 9).

Como percebemos, a obra aborda fatos históricos como a abolição da escravatura e a busca de negros e brancos pobres pela sobrevivência no meio urbano. Após a abolição, a cidade tornou-se um lugar de procura por moradia, emprego e uma vida nova por muitos

---

<sup>6</sup> Lei que extinguiu a escravidão no Brasil, seguindo a Lei Eusébio de Queiroz, vigorada em 1850. Essas leis só mostravam a decadência da monarquia no país.

ex-escravos, que, sem terem para onde ir, se deslocavam para a metrópole, visando a oportunidades de novas formas de vida. Apesar dos escravos terem conseguido a alforria, a obra também apresenta o retrocesso, como mostra a cena seguinte:

O sujeito fez sinal aos dois urbanos que o acompanharam logo, e encaminharam-se todos para o interior da casa. Botelho, à frente deles, ensinava-lhes o caminho. João Romão ia atrás, com as mãos cruzadas nas costas.

Atravessaram o armazém, depois um pequeno corredor que dava para um pátio calçado, chegaram finalmente à cozinha. Bertoleza que havia já feito subir o jantar dos caixeiros, estava de cócoras, no chão, escamando peixe, para a ceia do seu homem, quando viu parar defronte dela aquele grupo sinistro.

Reconheceu logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. Num relance de grande perigo compreendeu a situação; adivinhou tudo com a lucidez de quem se vê perdido para sempre: adivinhou que tinha sido enganada; que sua carta de alforria era uma mentira, e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativo.

Seu primeiro impulso foi de fugir. Mal, porém, circunvagou os olhos em torno de si, procurando escapula, o senhor adiantou-se dela e segurou-lhe o ombro.

- É esta! Disse aos soldados que, com gesto, intimaram a desgraçada a segui-los. – Prendam-na! É escrava minha!

A negra imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar.

Os policiais vendo que ela se não despachava, desembanharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto, e antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado.

E depois emborcou para frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. (AZEVEDO, 1981, p. 159).

O excerto expõe que, apesar de o cortiço ter sido um lugar de fuga dos miseráveis e dos ex-escravos, a personagem Bertoleza, mesmo após ter recebido sua carta de alforria, ainda sofreu com a possibilidade de voltar ao cativo. Depois de ter sido denunciada por João Romão Bertoleza, se viu numa situação opressora, com a chegada surpresa dos policiais, que foram até o local para prendê-la, tendo, nesse momento, João Romão ainda se mostrado superior, ao dar a seguinte ordem: “- Prendam-na! É escrava minha” (p. 159).[referência incompleta] Sem alternativa a ex-escrava se refugiou, retirando a sua própria vida. Ao longo da história, percebemos que, embora a narrativa apresente elementos como a modernização e a libertação dos negros ao cativo, ainda havia uma possível volta da escravidão, como foi exemplificada na citação anterior.

Em relação ao espaço na narrativa, o cortiço apresenta uma pequena área habitada por uma multidão de pobres onde “mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-lo” (AZEVEDO, 1981, p. 21). Justino assevera que os miseráveis, por viverem na exclusão social, sem terras o suficiente para dividirem, ficavam aglomerados no mesmo espaço e disputavam um pequeno canto no local, para ter um abrigo, uma moradia (JUSTINO, 2012).

Segundo Juliana Santini, no artigo “Realidade e representação no romance regionalista brasileiro: tradição e realidade”, no trabalho da linguagem utilizada n’*O cortiço*, o narrador revela as más condições dos pobres em suas moradias. O romance é uma maneira de denunciar a pobreza daqueles sujeitos vistos como marginais na sociedade (SANTINI, 2014). A obra versa sobre a realidade vivida pelos miseráveis, que moravam à margem no Rio de Janeiro. É uma maneira de o narrador mostrar a realidade, buscando reflexões acerca das condições de miséria vivenciadas em um cortiço, este que é compreendido como um local excluído da sociedade.

Dessa forma, percebemos que o período representado, tanto no quadro *Abolição da Escravatura*, e na obra *O cortiço*, remetem ao período da Primeira República, que, como vimos no capítulo 1 de nossa pesquisa, não descreve a modernização social, mas registra o retrocesso, pois os poderes ainda estavam centrados nas mãos das oligarquias rurais do engenho do Nordeste e do café do oeste paulista, conforme explica Patto (1999). O motivo mais apurado da ocorrência da Primeira República foi a divisão entre essas duas oligarquias, visando apenas a seus interesses próprios, o que fazia prevalecer a subalternidade dos trabalhadores. Esse período durou até 1930, momento em que o país passou pela modernização, com o processo de crescimento industrial e fabril, e com a urbanização.

Nesse período de modernização, ainda no espaço urbano, representando os conflitos e a marginalização dos miseráveis, temos a obra *Capitães de areia*, de Jorge Amado, publicada em 1937, como forma de denúncia aos problemas sociais vividos na capital da Bahia, Salvador. O romance expõe, de maneira minuciosa, a realidade dos miseráveis no meio urbano. Segundo as pesquisadoras Elisângela de Almeida Carlos e Marineide Mendes Ferreira, no artigo “Leitura plural de Capitães de areia de Jorge Amado”, a realidade da década de 1930 é colocada em evidência por meio de personagens crianças que viviam na miséria, vítimas do abandono e da marginalidade. Eles não tinham acesso

à escola e eram vistos como “menores infratores” na sociedade, por não terem o mínimo de recursos básicos para a sobrevivência (CARLOS; FERREIRA, 2009). Jorge Amado representou essas desigualdades sociais na Bahia, como forma da sociedade tomar conhecimento da exclusão e miséria de crianças, que eram abandonadas por suas famílias, nas terras baianas. Amado descreveu a escassez de recursos básicos e a marginalização de meninos e meninas nas ruas, lutando pela sobrevivência. Eles não tinham para onde ir, não tinham casa, nem comida, e a sociedade raramente os ajudava. Desse modo, segundo o narrador:

Eles roubavam e furtavam, brigavam nas ruas, xingavam nomes, derrubavam negrinhas no areal, por vezes feriam com navalhas ou punhal homens e policias. Mas, no entanto, eram bons, uns eram amigos dos outros. Se fazia tudo aquilo é que não tinham casa, nem pai, nem mãe, a vida deles era uma vida sem ter comida certa e dormindo num casarão quase sem teto. Se não fizessem aquilo morreriam de fome por que eram raras as casas que davam de comer a um, de vestir o outro. E nem toda a cidade poderia dar a todos. (AMADO, 2015, p. 100).

Sem alternativa, as crianças batalhavam todos os dias pela sobrevivência. A fome era absoluta, e, por isso, para não morrerem, os famélicos praticavam esses atos que fugiam da ordem social, como roubar, brigar, xingar, e até ferir pessoas para assaltar o alimento ou objetos que estavam em suas mãos. A autora Maria do Carmo Soares de Freitas, em seu livro *A agonia da fome*, afirma que a fome está “situada no umbral entre a vida e a morte, a fome é difícil de ser descrita e compreendida pelos que não a vivenciam” (FREITAS, 2003, p. 13). Essa autora pontua a fome como uma violência, que deixa os seres humanos no umbral, ou seja, num entre-lugares, pois os famélicos se veem entre a vida e a morte, para continuarem vivendo precisam se alimentar.

A fome situada no umbral é a absoluta, aquela que não tem fim, não gera esperança aos sujeitos, que, destituídos de emprego, sem oportunidades, e excluídos, levam uma vida de miséria. Nesse movimento de busca pela sobrevivência, os famintos encontram, como única alternativa, a transgressão das regras da sociedade para conseguirem alimentos (FREITAS, 2003). Assim, vemos que a fome é a manifestação das desigualdades sociais, pois, com a divisão social do trabalho, a condição de acesso à alimentação ficou restrita, resultando na fome coletiva absoluta.

Todavia, sabemos que praticar atos que não estão dentro das ordens impostas pela

sociedade é uma forma de transgredir as regras. Na medida em que os sujeitos infringem as leis, recebem punições. Assim, as crianças de *Capitães de areia* foram punidas, e “por isso, quase caminhando para o desenlace, todos se sentem muito ameaçados por terem sido presos durante a prática de furtos” (CARLOS; FERREIRA, 2009, p. 38). As personagens sentem-se ameaçadas e oprimidas pela sociedade, por terem recebido as sanções.

Desse modo, compreendemos que a década de 30, do século XX, foi marcada pela problematização de questões sociais vividas no Brasil com o processo de modernização. Holanda nos fala que o processo mercantilista e a urbanização do país, que ainda era agrário, resultaram nas mudanças sociais ocorridas no Brasil, e, apesar de ser um país ainda não propenso para a industrialização e a urbanização, essa prática gerou desemprego e um grande número de miseráveis, famintos e marginalizados no meio social (HOLANDA, 1997). Boris Fausto, em seu livro *A revolução de 30: historiografia e história*, defende que a década de 1930 é compreendida como um “divisor” no Brasil, uma vez que o país era agrário e teve sua estrutura abalada pelo processo de industrialização, porque o governo passou a investir nas fábricas e indústrias, o que levou à queda de muitos produtos agrícolas, como o café e o algodão (FAUSTO, 1986).

Olhando para esse prisma, o autor Graciliano Ramos escreveu a obra *Vidas secas*, representando o empobrecimento de muitos camponeses, gerado pelas perdas territoriais dos lavradores. Tais perdas ocorriam porque o coronel, na tentativa de manter-se no poder, expulsou vários trabalhadores rurais de seus lares, a fim de ampliar suas terras e sua produtividade. Ao perderem suas moradias, os lavradores tornavam-se miseráveis e desterritorializados.

O enredo de *Vidas secas* apresenta a história de uma família de retirantes que foi desterritorializada. Os fatos são contados por um narrador observador, que narra a história de uma família que se deslocava no sertão da caatinga em busca de emprego, moradia e estudos para os filhos. Eles tinham esperança de encontrar uma nova terra. Tal deslocamento fazia com que as personagens lutassem para sobreviver às adversidades climáticas e à fome. Os retirantes caminhavam pelo sertão, esperançosos, apesar de não chegarem a lugar algum. O narrador descreve as cenas, apontando a fome, a falta de moradia, o ambiente e o sofrimento dessa família, que não tinha para onde ir.

Em meu livro, *Sociedade, cultura e identidade em Vidas secas, de Graciliano*

*Ramos e Os magros, de Euclides Neto*, exponho, no segundo capítulo, cujo título é “Graciliano Ramos e as *Vidas secas*”, que o narrador de *Vidas secas* apresenta as estruturas de dominação e exploração dos fazendeiros para com os trabalhadores rurais. Essas estruturas sociais e agrárias da região Nordeste fazem com que a sociedade apresente uma relação de poder e de dominação da elite sobre os miseráveis, os quais perdem suas terras, seu espaço e tornam-se sem lugar, sem rumo, desterritorializados, lutando a todo instante para sobreviver. São personagens que foram expulsas de seus lares, famintas, oprimidas e marginalizadas, vítimas da Revolução, que deixou o país em crise econômica e social, uma vez que o Brasil é um país agrário (FERREIRA, 2019). Assim, as personagens esperançosas:

[...]. Iriam para adiante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era e nem onde era. Repetia docilmente as palavras de Sinhá Vitória, as palavras que Sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. [...]. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos. (RAMOS, 2012, p. 128)

Ao sofrerem com o processo de desterritorialização e com as injustiças sociais, Fabiano e sua família, empurrados para a margem, caminhavam na caatinga, alimentados pela esperança de chegar ao sul, e, lá, adquirirem casa, escola para os filhos e trabalho, ou seja, uma vida nova. A terra “civilizada”, como pondera o narrador, seria o que Holanda chama de “Novo Mundo”, a cidade, enquanto o “Velho Mundo” seria a estrutura agrária (HOLANDA, 1997).

O que percebemos, nesse período, é que vários migrantes saíam das fazendas e se deslocavam para a cidade em busca de emprego e moradia. Nos dizeres de Marisa Hartwuing, no artigo “Migração campo cidade: trajetória de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores”, a questão do movimento migratório do campo para a cidade era um objetivo almejado por muitos trabalhadores rurais, que foram destituídos de seus empregos e viam a cidade como um local de ensejo e de esperança de uma vida melhor, com trabalho, moradia e estudos. Na busca por uma melhor qualidade de vida, o processo de migração teve um crescimento de 45,3% na década de 1950. O fato aconteceu porque



os menos favorecidos do campo, na tentativa de sobrevivência, partiam para as cidades, metrópoles, e até se deslocavam de um estado para outro em busca da nova terra, resultando, assim, no êxodo rural (HARTWING, 2012).

Na década de 1950, com a posse de Juscelino Kubitschek, o processo de industrialização acelerou ainda mais, e o governo utilizou o capital estrangeiro, com a finalidade de desenvolver o país e transformá-lo em um modelo econômico que rompia com a atividade agrário-exportadora e com a economia latifundiária, para intensificar as relações com as indústrias. Nesse cenário, o governo tinha como objetivo cumprir o Plano de Metas, marcado por investimentos em estradas, siderúrgicas, usinas hidrelétricas, construção da capital Brasília, com setores de energia, transporte, alimentação, indústria e educação. A imagem dos anos 50 denota um período de crescimento, modernização e de oportunidades de emprego, mas, também, na queda da atividade agrícola, o que resultou no processo de migração campo-cidade. Comenta Maria da Conceição Tavares, no texto “A política econômica do autoritarismo”, que:

Neste padrão de desenvolvimento [...] [v]ale dizer, não cresceram apenas mercado de bens, de serviços e de trabalho, mas também o desejo de inserção no “mercado” de todos os cidadãos. Só que a palavra cidadão não se aplica com rigor em um país como o nosso, onde, se até 60% da população está realmente inserida no mercado, o resto está apenas sobrevivendo num mercado de ilusões ou de desilusões. Isto é, cerca de 50 milhões de pessoas são apenas marginalmente consumidores e, em todo caso, não são, a quase nenhum título, cidadãos (TAVARES, 1994, p. 20).

O processo de urbanização acelerou na década de 1950, motivo pelo qual os migrantes foram para a cidade em busca de ingressar no mercado de trabalho. Todavia, o mercado não oferecia emprego para todos, e uma boa parte desses sujeitos precisou recorrer a outros meios para sobreviver. Nessa luta, aqueles que não tiveram oportunidade de emprego passaram a ser marginalizados pelo sistema capitalista opressor e excludente, uma vez que esses não fazem parte do quadro de consumidores da sociedade.

Assim, nessa mesma década, no ano de 1958, no espaço urbano, porém, numa favela, a do Canindé, situada nos arredores do estádio diário da Portuguesa, o Jornalista Audálio Dantas, após ir ao local fazer uma entrevista com os moradores a respeito da situação precária em que viviam, conheceu a escritora Carolina Maria de Jesus, que, exaltada, falou para o jornalista que, se ele não saísse dali, ela iria descrevê-lo em seu

livro. Curioso com a atitude de Carolina Maria, o jornalista perguntou qual livro, e a escritora convidou-lhe para entrar em seu barraco, mostrando-lhe vários cadernos escritos, nos quais representava a vida miserável dos moradores do local. O jornalista ficou admirado com a escrita poética e levou os cadernos para a Redação, publicando um trecho no jornal *Folha da Noite*. Segundo Dantas, “a partir desse instante, várias editoras tomaram conhecimento da matéria e dois anos depois, em 1960, o livro foi publicado pela Editora Francisco Alves, com título *Quarto de despejo*” (DANTAS, 1960).

O jornalista Audálio Dantas, numa edição popular do jornal *Folha da Noite*, escreveu, no enunciado de uma caricatura de sua própria imagem, “escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história: a visão de dentro da favela” (DANTAS, 1960, p. 4). A narrativa apresenta a rotina dos moradores da favela para sobreviverem no lixo da cidade, excluídos, vivendo como “bichos”, passando pelo processo de zoomorfização que, segundo Cardoso (2006), é o ato do ser humano animalizar-se com a opressão.

Além do processo de animalização dos miseráveis, que viviam no lixo, o enredo apresenta uma narradora que vai tecendo os fatos, fazendo descrições sobre o comportamento de seus vizinhos no Canindé, das brigas, assaltos, prostituição infantil e do descaso social. O título leva-nos a pensar a respeito do desprezo que os miseráveis viviam na favela, num lugar imundo, um verdadeiro quarto de despejos de entulhos, de lixos e de humanos miseráveis. A narradora procura, o tempo todo, denunciar aquela situação que lhe causava repúdio. Ao longo da história, percebemos também que, ao mencionar a fome absoluta que existe na favela, adjetiva-a como amarela, pois, quando a fome é sentida todos os dias, sem perspectiva de saciá-la, é amarela. A cor amarela da fome, para a narradora, é sinônimo de desesperança, e, também, por ser uma expressão corriqueira, “amarela de fome”, utilizada coloquialmente, no dia a dia, por várias pessoas.

Entretanto, Dantas aponta que, apesar de a autora ter feito sucesso com sua obra, a qual foi publicada até no exterior, Carolina Maria de Jesus morreu na miséria. Porém, suas escritas ficaram conhecidas no mundo todo. A obra gerou polêmica, pois expunha os sujeitos em sua condição mais sofrida, desesperada e humilhante da vida. A escritora semianalfabeta alcançou o estrelato, sua importância através de depoimentos e de sua autenticidade, ganhando reconhecimento no meio social (DANTAS, 1960).

Na década de 1960, o escritor Luiz Romano de Madeira Melo, poeta, romancista e folclorista, nascido em Cabo Verde, escreveu a maior parte de seus textos representando

sua terra natal. Todavia, o romance *Os famintos*, publicado em 1962, escrito em língua portuguesa, que, nos dizeres dos pesquisadores Eidson Miguel da Silva Marcos e Amarino Oliveira de Queiroz, no texto “Cabo Verde – Rio Grande do Norte: ficcionalização da história em *Famintos*, de Luís Romano e os *Brutos*, de José Bezerra Gomes”, as literaturas africanas atinam para manifestar as similitudes sócio-históricas e culturais com o Brasil, por se tratar de duas civilizações que foram colonizadas e tiveram sua formação identitária a partir da mestiçagem do elemento europeu com o africano, além da mão de obra escrava (MARCOS; QUEIROZ, 2013).

Nesse sentido, compreendemos que, no século XX, mais precisamente, em 1913, os escritores de vários países da África, como Cabo Verde, Moçambique e Angola, buscaram, mesmo que tardiamente, descrever, em seus textos literários, como uma forma de identificação do continente africano, de maneira mais detalhada, com uma visão de dentro, do próprio colonizado. Esses textos também aparecem como protesto contra os portugueses colonos, que escreveram textos literários colocando o negro como subalterno e marginal, enquanto o branco desbravador estava em posição de herói, de protagonista. As literaturas africanas em língua portuguesa apareceram como uma forma de resposta a essa marginalização do negro em seu próprio território. Nos anos 30, do século XX, esses textos africanos, em diálogo com a literatura brasileira, na busca por uma identidade de um território que foi colonizado, escreveram suas obras denunciando as mazelas sociais. Esse diálogo com os escritores brasileiros evidenciou a intertextualidade e o engajamento aos textos africanos, com o intuito de consolidar suas narrativas como forma de identificação da África. Esses escritores buscaram mobilizar a população, não apenas para o sentimento do leitor, mas para uma conscientização do que o continente africano sofreu nos tempos coloniais, e que, agora, essas literaturas assumiram as heranças oriundas da dualidade colonialismo/nativismo, apresentando-se como uma grande profusão num resgate pela cultura da região, descrita sob a ótica do colonizado.

Em busca de uma identidade nacional, segundo Homi Bhabha, em seu livro *O local da cultura*, esses “homens de dois mundos”, situados no “entre-lugares” (BHABHA, 2019, p. 20), e que, no caso, aqui, são os africanos, após terem vivenciado a experiência de serem colonizados e aculturados pelos portugueses, mostraram, por meio da literatura, a identidade mestiça e crioula, a língua e a cultura da África, sob o olhar de dentro, do próprio africano, o qual se posiciona não como o “Outro”, mas como o “Eu”, pertencente

ao local. Sobre essa questão da oposição entre o “Eu” e o “Outro”, buscamos conhecimento em Stuart Hall, na obra *Identidade cultural na pós-modernidade*, na qual esclarece a diferença existente entre o “Eu”, que se identifica com seus semelhantes, pertencente ao meio, e o “Outro”, o forasteiro, aquele que não se identifica, ou não pertence ao local, e é visto como o sujeito diferente (HALL, 2002).

Ainda, sobre os marginalizados de *Os famintos*, as personagens protagonizam cenas do cotidiano de pessoas arrasadas pela fome, ocasionada pela seca e pela brutalidade da administração dos colonos. “É notória a intenção didática de denúncia onde se procura explicitar de forma contundente, e até mesmo com certo exagero grotesco, o funcionamento das estruturas sociais e desiguais” (MARCOS; QUEIROZ, 2013, p.83). O narrador apresenta elementos que buscam no real as descrições da política fascista e cruel, que permaneceu no território africano por muitos anos. O que percebemos, com o processo de colonização, é uma similitude entre a sociedade brasileira e a africana, que apresenta o resultado do processo de aculturação, sofrido por ambas as nações, no período colonial, e a miscigenação, com o tráfico de escravos africanos trazidos para o Brasil. *Os famintos*, cujo nome já indica miséria, é uma ponte, uma articulação entre as culturas massacradas pela colonização.

A literatura africana de linguagem portuguesa é uma forma dos escritores, engajados com a própria história e com a construção identitária do território africano, procurarem a língua portuguesa, por ser uma língua mais flexível, que é falada em países como o Brasil, por exemplo, o qual também sofreu com o processo de colonização dos portugueses. A língua portuguesa também é uma forma de identificar a cultura africana, que sofreu com a aculturação e com o colonialismo. A presença da língua portuguesa na África representa os povos submetidos aos domínios portugueses. Todavia, a literatura africana de língua portuguesa é uma forma, também, do subalterno falar, mostrar sua visão a respeito da situação opressora, pois os escritores são os próprios africanos.

Dando continuidade às representações dos miseráveis na literatura brasileira, no ano seguinte, 1963, o escritor paulista João Antônio publicou a narrativa *Malagueta, perus e bacanaços*, uma ficção composta por personagens que vivem à margem do processo econômico por causa do desemprego. A esse respeito, o pesquisador Manoel Freire, no texto “Dialética da ordem e da desordem: uma leitura de Malagueta, peru e bacanaço”, assevera que essa narrativa é composta de personagens que vivem à margem

de direitos e garantias ao cidadão. Sem alternativas para sobrevivência, essas personagens buscam manter sua existência através de furtos, jogos, prostituição e artifícios ilegais, que os caracterizam como seres transgressores. O autor expõe a “dialética da malandragem”, em que essas personagens não seguem a ordem social, e, por isso, vivem fora das normas sociais. No romance a dialética da ordem e desordem se manifesta por meio do comportamento das personagens miseráveis, que praticam atos ilícitos o tempo todo (FREIRE, 2018).

Nesse sentido, Schwarz (1983) apresenta argumentos que explicam a dialética da ordem e da desordem no meio social, composta pelo antagonismo e pelo “jeitinho brasileiro de ser”. O modo de produção do capital, na sociedade brasileira, é constituído pela mão de obra barata e pela exploração dos menos favorecidos, ou seja, daqueles que buscam a sobrevivência. Contudo, a exploração da classe menos favorecida é compreendida pela hierarquia, que, na visão da classe dominante, seria a “ordem social” em que a riqueza de uns advém do trabalho explorado e da miséria de outros.

No final do século XX o escritor Reginaldo Ferreira da Silva, conhecido como Ferrez, escreveu o romance *Capão pecado*, publicado em 2000, representando a realidade da zona sul de São Paulo, mais especificamente, a violência e o modo de vida das pessoas da favela. De acordo com a jornalista Camila Lourenço Cardoso, em seu texto “Nas ruas de Capão pecado: através da chamada ‘literatura marginal’”, Ferrez apresenta um lugar onde um passo é o limite entre a vida e a morte. Ferrez constrói a obra como alguém que conhece de perto o cotidiano vivenciado na favela e o relata com criatividade e clareza, expondo as mazelas, a fome, a violência e as injustiças vividas no local. O autor lançou o seu primeiro livro de poemas aos 12 anos de idade, *Fortaleza da desilusão*, em 1997. Sobretudo, em 2000, lançou *Capão Pecado*, o qual lhe deu reconhecimento no meio literário (CARDOSO, s/d).

O romance *Capão pecado* é reflexo das histórias das pessoas de Capão Redondo, uma favela de São Paulo. As pessoas desse local periférico trabalhavam lavando carros, servindo comida nos restaurantes, balconistas na padaria, faxinavam casas de pessoas mais abastadas, trabalhavam como babás de filhos da classe mais favorecida, eram seguranças em estabelecimentos, enfim, realizavam esses trabalhos conhecidos como secundários para sobreviverem à miséria. Eram sujeitos mal remunerados, e, muitas vezes, não conseguiam comprar alimento e presenciavam seus filhos passarem fome.

Ademais, essas personagens conviviam com a violência do dia a dia na favela, como o tráfico de drogas, confrontos com policiais e tiroteios. O protagonista Rael procurou ocupar seu tempo comprando livros em sebos e também trabalhando. Ele sempre estudou em escola pública e sofreu com a falta de recursos básicos para a sobrevivência, como cobertor, agasalho, às vezes, até alimentos. Rael cometeu um erro, o de se apaixonar pela namorada de seu amigo, e, por isso, sofreu as consequências de desentendimentos e punições, passando a ser visto como traidor (CARDOSO, s/d). A obra revela o modo de vida na favela, suas dificuldades para sobreviverem no local, por causa dos perigos, além da marginalização e falta de oportunidade dos sujeitos com emprego, habitação e estudos, tendo que realizarem trabalhos secundários, como os domésticos, de babás, frentistas, entre outros.

O narrador tece os fatos, apresentando as vidas perdidas das personagens que se perderam ou que irão se perder num espaço violento, miserável e esquecido. Os acontecimentos são narrados como um relato da realidade suja, cruel e indigna, vivida na favela (CARDOSO, s/d). A obra *O Capão Pecado* apresenta as desigualdades sociais como problemas que perpassaram as épocas e ainda hoje existem com a hierarquia entre as classes, em que umas possuem os privilégios e outras são menos favorecidas e marginalizadas. Assim como o romance *Quarto de despejos*, a obra *O Capão Pecado* revela a vida cotidiana dos moradores da favela, as agruras como a fome, a marginalização, a violência e as injustiças enfrentadas no dia a dia, além da busca pela sobrevivência.

O que percebemos, durante a leitura das narrativas, são as mazelas vivenciadas pelos miseráveis, além da exclusão, da opressão e de suas vozes, que são silenciadas pela sociedade classista e excludente. A literatura é um meio de dar voz e visibilidade a esses sujeitos que são carentes e levam uma vida de penúria, devido à exclusão social e à falta de oportunidades que lhes garantem sobrevivência.

Os miseráveis estão presentes no meio social desde a Antiguidade Ocidental e vêm movimentando a história por meio de suas lutas pela sobrevivência e para vencer as injustiças que vivenciavam no dia a dia. Os textos literários são um veículo que os autores engajados utilizam para denunciar os problemas sociais. Assim, a literatura é como um instrumento que nos dá a oportunidade de conhecermos e compreendermos a vida sôfrega dos miseráveis no decorrer da história.

Em virtude da literatura ser uma forma de conhecimento cultural, identitário e histórico, seguindo essa trajetória dos miseráveis nas narrativas, no próximo capítulo, analisaremos a obra *Machombongo*, de Euclides Neto. Esse romance apresenta a vida difícil dos trabalhadores rurais, que eram silenciados pela opressão, violência, e viviam excluídos do meio social, pois eram marginalizados, famélicos e não tinham condições de terem uma vida melhor. Os miseráveis buscavam a sobrevivência na lavoura, local onde eram explorados, oprimidos e silenciados pelo fazendeiro.

## CAPÍTULO 3

### UM BREVE OLHAR SOBRE A OBRA *MACHOMBOMGO*



*Tantos governos! Tantas promessas! E o mesmo estado de abandono das camadas rurais da população. Nada mudou na vida dos agregados do cacau, fazendeiros ficaram mais ricos, os miseráveis nada perderam, porque não tinham nada a perder, a não ser a esperança; muitos sucumbiram, de bala ou fome, na luta desigual. [...].*

*(CESAR, 2003, p. 83).*

### **3.1 Machombongo: realidade ou utopia?**

*Machombongo* é uma obra que representa, no campo, o período ditatorial do Brasil. A história acontece em uma fazenda produtora de cacau, no município de Beira Rio, no sul da Bahia. A fazenda Ronco D'Água, assim nomeada por causa do barulho que suas águas faziam ao bater nas pedras, similar a um ronco, sendo descrito pelo narrador da seguinte maneira: “logo acima, o ronco d'água, crinas soltas estalando nas pedras, [...], dando o nome à fazenda” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 187), que era o local onde os moradores de Beira Rio e os migrantes procuravam emprego, por ser a maior fazenda produtora de cacau da região.

A fazenda Ronco D'Água era propriedade do deputado Rogaciano, que teve aumento em seus prestígios políticos a partir de acordos feitos com militares, no ocorrido Golpe de 1964, no Brasil. Dessa forma, “o nome Rogaciano Boca Rica esquipava pelo Estado, varando o sertão, correndo a notícia do prestígio e da fama” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 44). O deputado tornou-se o “homem de dinheiro e votos, lacrava urnas inteiras sem um dito contrário na cidade de Esplanada” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 44). Ele possuía:

*Carrão de luxo só para passear no centro, se mostrando. Jipe nas fazendas. Besta que dava para comprar vinte vacas. Apartamento decorado de veludo vermelho e quadro na parede, em Salvador. Prédio de dois andares na rua de Esplanada. Prestígio no governo. Dono da secretaria de Segurança Pública, amigo íntimo de desembargadores. Poderoso. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 22).*

Apesar de toda a fortuna e reconhecimento político de Rogaciano, sua riqueza teria sido adquirida anteriormente, através do trabalho explorado dos camponeses e migrantes, que buscavam oportunidade de emprego em suas terras. O fazendeiro era produtor de

cacau. Nesse período, a produtividade cacauceira gerava emprego e desenvolvimento para a região sul da Bahia, a qual havia se tornado o fruto de ouro, atraindo migrantes e trabalhadores locais, como já havíamos mencionado na introdução, apoiados pelos argumentos da pesquisadora Lurdes Bertol Rocha (2008).

A servidão existente nas terras cacauceiras iniciava pelo contrato, o qual era feito verbalmente, e, por isso, os lavradores estavam sujeitos a sofrerem com as injustiças por falta de um registro que definisse suas funções no trabalho. Eles não tinham férias e recebiam um salário baixo, que mal dava para o sustento de suas famílias, durante a semana. Por causa do salário aviltante, o roçado era composto não só por trabalhadores, mas, também, por trabalhadoras, crianças e indígenas que viviam nas terras da fazenda Ronco D'Água. Esses sujeitos passavam a semana toda lidando com o plantio do cacau, além de sofrerem com a opressão, a miséria e a coerção do deputado, que os violentavam, quando eles não conseguiam cumprir com o que lhes era ordenado. A violência praticada pelo fazendeiro ou por seus jagunços era uma forma de exemplo punitivo para os outros empregados.

Além da exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, o deputado praticava violência sexual contra as mulheres de boa aparência que realizavam trabalhos domésticos em sua residência, bem como contra as moradoras de Beira Rio, que pertenciam às famílias miseráveis. Seus crimes eram acobertados pelos militares, pelo juiz e, principalmente, por Esequiel, “o advogado rionovense” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 38), que possuía “muito gado, dinheiro no banco, além de apartamentos em Salvador” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 88).

Apoiado pelos militares, muitos dos crimes praticados pelo deputado, ocorridos devido à ganância e ao poder, “nem a polícia tomava conhecimento” (EUCLIDES NETO, 2014, P. 32). E, mesmo se soubesse desses atos ilícitos, “o juiz era dele, mandava no homem” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 38), isso acontecia porque, “a justiça vivia na sua varanda, de copo e tira-gosto” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 37-38). Por possuir acúmulo de capital e muitos bens, além da lavoura, o cacauicultor era “dono” do poder e podia praticar seus mandos na região.

Todavia, apesar de Rogaciano ter a proteção do juiz, dos militares e de Esequiel, além de autoritário e anticomunista, o cacauicultor não percebeu que, em sua fazenda, havia ativistas disfarçados de trabalhadores. Esses ativistas, segundo o narrador: eram

compostos por “estudantes e até formados – médicos, advogados e engenheiros – metiam-se pelas fazendas, passando por trabalhador de roça, para ensinar comunismo” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 70), conscientizando os lavradores a respeito de seus direitos trabalhistas.

Sem desconfiar que, em suas terras, havia ativistas, o narrador comenta que Rogaciano “daria uma boiada para pegar um corno desses, ali, na Ronco D’Água” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 70). Entretanto, o deputado levou um susto quando a polícia federal foi até sua residência para lhe comunicar que, em suas terras, havia ativistas. O fazendeiro sofreu um infarto, devido ao susto, e faleceu ali mesmo, em frente à polícia. A história finda com um velório de vários dias em homenagem ao deputado. Quanto aos ativistas, o narrador não comentou a respeito do que aconteceu com eles. Mas, sabemos que as ordens do deputado prevaleceram no local, após sua morte.

Partindo dessas premissas, nossas discussões acerca dos miseráveis na literatura euclidiana apresentam o propósito de analisar a obra *Machombongo*, a maneira como foi organizada, sua estrutura, estética, linguagem e personagens. A partir dessa análise, intencionamos compreender a construção dessas personagens miseráveis no espaço delineado na narrativa, cujo foco se acentua na representação da pobreza dos trabalhadores e das trabalhadoras das lavouras cacauceiras do sul da Bahia.

Iniciamos nossa análise averiguando a época em que a obra foi publicada pela primeira vez, sendo no ano de 1986, pela Editora Cacau Letras, de Itabuna. A segunda edição do romance aconteceu em 2014, pelas Editoras EDUFBA, de Salvador, e Littera de São Paulo, compondo a coleção *Obras Completas de Euclides Neto*, como já mencionamos no primeiro capítulo. Apesar de essa obra ter sido publicada duas vezes, como forma de resgate da literatura euclidiana, ainda encontramos poucos pesquisadores que a conhecem, e, talvez, esse seja um dos motivos pelo qual esse romance continua “desconhecido” no meio acadêmico.

Entre as pesquisas já realizadas em torno dessa narrativa, temos o livro *O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto* (2003), de Elieser Cesar, o qual apresenta *Machombongo* como um território político que é controlado pelo autoritarismo do coronel; a Monografia *Política e ficção em Machombongo* (2010), de Manuela Porto Santos, nos mostra a situação política e o modo de vida das personagens a partir de uma descrição do real; tendo-se ainda os artigos “Euclides Neto e a representatividade da

pobreza em Machombongo” (2018) e “Pobreza e perdas territoriais na obra Machombongo, de Euclides Neto” (2019), escritos por mim, os quais revelam a obra como um meio de denúncia das desigualdades sociais e da pobreza. Portanto, como podemos ver, são raros os trabalhos e pesquisas que analisam esse romance.

O prefácio da obra foi escrito por Hélio Pólvora, poeta, cronista e crítico literário de Itabuna. Devido à sua amizade com Euclides Neto, o autor confiou-lhe as escritas de apresentação de alguns de seus livros, entre eles, *Machombongo*, objeto de nossa análise. Pólvora prefaciou revelando Euclides Neto não só como escritor, mas como político que lutava pelo povo sul baiano, e que “conhecia de perto o agricultor nato, aquele que enfia a lâmina da enxada no chão como se fora a relha do arado, e combatia o proprietário rural predador, aquele que se apossa da gleba pela grilagem” (PÓLVORA, 2014, p. 9). Pólvora ressalva ainda que “o ficcionista ouve, vê e sente” (PÓLVORA, 2014, p. 10), para, então, emitir seus sentimentos, sensibilidades e conclusões daquilo que apreendeu.

Durante a leitura, percebemos o conhecimento de Euclides Neto a respeito da região, ao representar, na narrativa, o modo de vida e os lugares sul baianos. Suas descrições sobre as personagens e os ambientes possuem riquezas de detalhes, levando-nos a “desconfiar”, se as personagens e os fatos existiram, ou se são ficções, como por exemplo, quando o narrador menciona que os migrantes “tinham vindo de Camamu, Capela do Rio do Peixe –, esbarraram nas baixas do ribeirão da Formiga e da Sapucaia” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 227), para, então, chegarem às terras cacauzeiras. Essas descrições fazem-nos imaginar os migrantes se deslocando para o sul da Bahia, em busca de oportunidade de emprego e de uma vida melhor.

As descrições de lugares reais, realizadas pelo narrador, fizeram com que a pesquisadora Manuela Porto Santos, em sua pesquisa, delineasse sobre a veracidade na obra, por mostrar que “a simples vida roceira dá um ar de realidade” (SANTOS, 2010, p. 19), e afirmasse, mostrando que os lugares reais como “Rio Novo, Jitaúna, Jequié e Aiquara” (SANTOS, 2010, p. 27) apontam para tal “desconfiança”. Concordamos com essa autora e destacamos também outros lugares que o próprio narrador cita, como “Maracás, Santa Inês, Genipapo, Areia, Volta do Rio” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 227), os quais criam a ideia de estarmos caminhando nesses espaços. Tais “desconfianças” e indagações de que a história aconteceu ou não, levam-nos a imaginarmos que os acontecimentos e os fatos tenham certa veracidade, pois, como afirma Blanchot (2003),

os espaços apresentados no texto mostram a relação do real com o imaginário. Borges Filho (2007) argumenta que os espaços apresentados numa obra literária fazem referências a um ambiente, que possui uma localização e uma relação com as personagens. Nesse sentido, podemos dizer que a relação do espaço com a realidade apresentados num texto constitui-se dos conhecimentos do autor em relação ao local descrito. Essas descrições dos espaços reais mostram o texto com uma estética que dá singularidade ao autor, pois, como esclarece Lúcia de Teive Argolo (2017), em seu estudo “Aspectos estruturais e estéticos do acesso à literatura no Brasil contemporâneo”, a estética caracteriza a escrita do autor e o especifica em relação aos outros.

Por outro lado, a narrativa apresenta, inclusive, lugares imagináveis, utópicos, que também fazem referência à estética da narrativa, como o próprio título da obra, *Machombongo*, a qual recebe esse nome devido à desejada *Serra do Machombongo*, assim nomeada, na história, para se referir ao morro, que, na obra, possui o significado de “horizonte”, ou seja, um lugar idealizado, utópico, de fuga da realidade e de desejo dos oprimidos, que tinham a consciência de sua subalternidade nas fazendas cacauceiras. Acerca dessa discussão, Thomas More, no livro *Utopia*, cunha a palavra “utopia” como a capacidade que o ser humano tem de iludir, de vivenciar um “não-lugar” em um mundo inexistente e imaginário (MORE, 2018). A ficção mostra que outras realidades são possíveis, e, por isso, pensamos na utopia como um viés para outros mundos imaginários. Assim, por ser um “não-lugar”, a *Serra do Machombongo* revela-se um espaço utópico, local de resistência onde os trabalhadores, cansados da exploração, se refugiavam no imaginário. É um lugar onde todos, de maneira igualitária, poderiam lavrar e tirar da terra o seu próprio sustento, sem a opressão dos coronéis. A tão sonhada Serra é descrita pelo narrador da seguinte maneira:

A serra nasceu de Deus, dissera Jesus. Arrumara tudo, para que o homem pobre a usasse. Tanto que os homens donos dos currais não a queriam: não dava colônia, os bois morriam ervados, atolados nos dentes da onça, no queixo do cascavel. Só os pequenos criadores levavam seu gadinho para lá no tempo da seca. A serra pertencia aos fracos. De ponta a ponta deitava-se mais perto do céu. Deus a enfeitava de jaziras, sempre-vivas, botão íris. Agasalhavam-se, ali, os bichos fugidos dos incêndios das terras do colônia. Agora, iria entrincheirar os homens (EUCLIDES NETO, 2014, p. 282).

A *Serra do Machombongo* era uma terra desejada pelos trabalhadores, por ser, no imaginário dos miseráveis, um lugar que permitia aos moradores uma condição de vida digna. A terra pertencia aos pobres, e, por isso, era considerada um lugar que parecia estar “mais perto do céu” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 282), uma espécie de paraíso, terra prometida por Jesus, visto como um “doador de um pedaço do céu” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 209). De acordo com os preceitos cristãos, Jesus fez a promessa aos pobres e oprimidos: “Estarás comigo no paraíso” (BÍBLIA, LUCAS 23: 43, 2008), dando esperança àqueles que viviam marginalizados na sociedade. Por citar Jesus e o paraíso, presenciamos a crença judaico-cristã na obra, de que Jesus é o salvador e prometeu a vida no “céu” a todos que sofrem aqui na terra. Portanto, não podemos descartar, ainda, a possibilidade da simbologia e da metáfora judaica da terra prometida de Canaã, ou a terra que mana leite e mel, citada no Antigo Testamento. Apesar de referirmos aos conceitos judaicos, não podemos esquecer que Euclides Neto era comunista, e isso é mostrado no romance, quando o narrador afirma que a *Serra do Machombongo* era o lugar que trazia “as verdades de Jesus, Marx e Gandhi” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 300), que seria também o espaço designado à pobreza, à tristeza, um local dos dizimados, onde existia uma distribuição de riqueza e as desigualdades não seriam tão intensas.

A *Serra do Machombongo* era o local que abrigava e protegia os trabalhadores refugiados, o lugar onde predominava a igualdade de direitos para todos, pois a terra era usada pela comunidade para seu sustento e moradia. O narrador, ao se referir a *Serra do Machombongo* como um lugar idealizado, a ofertar igualdade para todos, revela uma maneira de manifestar o pensamento, não somente nas crenças judaico-cristãs, mas também no marxismo, pois uma das grandes preocupações de Marx e Engels era a questão da igualdade entre todos os indivíduos, independentemente de ser uma sociedade moderna ou não. O socialismo deveria ser concretizado a partir da união e da luta organizada dos proletariados que apresentassem ideias afins (MARX; ENGELS, 1986).

Em consonância com as descrições dos espaços utópicos e reais, o narrador faz denúncias sociais e política, ao revelar a identidade social da região cacauzeira, dos senhores e dos servos ali envolvidos. É uma obra considerada engajada, por apresentar fortes indícios de denúncias e conscientização, em que a ficção e o tempo histórico estão imbricados na política (SANTOS, 2010). Por ser um instrumento de denúncia da realidade social, o romance de engajamento incomoda a burguesia, os latifundiários e os

políticos, com seus temas sobre pobreza, desigualdades sociais, costumes populares, o modo de vida dos trabalhadores e os aspectos culturais e religiosos que destacavam a realidade política e social da região.

Nesse sentido, Euclides Neto, compreendido como um escritor engajado, descreve, em seus textos, sua empatia pelos menos favorecidos, e esse é um dos motivos pelo qual ele representa as desigualdades sociais e as injustiças vividas por esses sujeitos, trabalhadores rurais. Através da literatura, Euclides Neto mostra sua essência de escritor, pois apresenta sua tomada de posição, que, além de revelar os problemas sociais vividos pelos miseráveis das roças de cacau, dão voz e reconhecimento a eles, por serem vítimas das desigualdades sociais. Ele ainda cita Gandhi, numa clara simbologia idealizada da paz, companheirismo e da harmonia que deveriam permear as relações entre empregados e patrões. Esse posicionamento engajado, que alguns autores tomam, segundo Sartre (2006), refere-se a uma decisão de escrever denunciando as injustiças de um determinado meio social.

Euclides Neto, com seu engajamento, mostra, em *Machombongo*, obra que contém 107 capítulos sequenciais e destacados a partir de numerais ordinais, o modo de vida, a cultura e as desigualdades sociais sul baianas no período da Ditadura Civil Militar. Nos primeiros capítulos, o narrador onisciente descreve como Rogaciano conseguiu acumular toda a sua riqueza, tornando-se o “ricão da zona” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 20). Sua fortuna foi construída rapidamente, pois ele “comprou o que lhe ofereceram: fazendas, casas, gado, carros, cacau. Quando os compromissos amadureciam, nem te ligo. Os credores danavam-se” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 20). Sem receber punições, Rogaciano acumulou riquezas e “os fiscais, seus amigos, parceiro da mesa de carta e garrafa” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 20) não verificavam suas irregularidades.

A história de *Machombongo* acontece, aproximadamente, em quinze anos, e esse período é revelado através das datas mencionadas, como a ascensão política do fazendeiro, que, segundo o narrador: “Rogaciano é ia lá pelos quarenta anos” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 19), quando “o prestígio do deputado, após a revolução de 64, dobrou” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 73). Assim que o fazendeiro se tornou deputado estadual, sob a proteção dos militares, no período ditatorial, passaram-se quinze anos em tempo diacrônico. Durante esses anos, o deputado, com a mesa farta e alimentação desregrada, por ingerir açúcares e lipídios, sentiu-se mal no meio da noite e

foi atendido por doutor Quirino, médico de sua confiança, o qual lhe sugeriu o seguinte:

- Agora meu compadre, você tem que deixar de comer feijoada, fato, sarapatel, coisas pesadas, à noite. Sua carne grelhada, galinha branca sem muito condimento. Menos doces, féculas. Menos requeijão frito. Sua idade já pede comida mais leve. Você agora faz cinquenta e cinco anos, está no tempo de ir aliviando a carga do coração. Vá por mim, meu compadre, - adocicou a voz do bom médico. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 176).

O tempo da obra acontece de maneira linear. Os fatos são sequenciais, e os anos se passavam no meio rural, sem muitas mudanças e sem as personagens se deslocarem para outros meios. As circunstâncias são narradas, mostrando a ascensão de Rogaciano aos quarenta anos, e a fragilidade de sua saúde aos cinquenta e cinco anos. Nesse período, com a saúde fragilizada, ao descobrir que, sua fazenda, estava povoada de ativistas, percebemos o susto do deputado por meio do diálogo abaixo:

- O deputado só fez informar:  
- Aqui não tem comunista, não. Mas na cidade e em outras fazendas é uma perdedeira. Tá tudo entingujado dos bichos. Para dizer que aqui não passa nenhum, desconfio de um tal Justiniano, mascate de roupa e porcaria de armarinho. Há tempos não vejo ele por aqui, pois bispou alguma coisa... É que eu disse ao Cacheado: se ele apressasse, metesse nas cordas.  
- Não tem ninguém, deputado?  
- Aqui não.  
- O senhor garante?  
- Boto as mãos no fogo. Se existisse, não comia mais farinha.  
- E aqui trabalha um de nome Gabriel Santo?  
- Não.  
- Não mora em sua fazenda?  
- Trabalhou um conhecido por Zé da Noite, gente desgraçada.  
- Gabriel Santo? – Repetiu o policial.  
Traz o nome de Zacarias –, esclareceu outro agente.  
Um choque elétrico não teria feito o deputado saltar daquele jeito da cadeira.  
- O quê?  
- Sim, Zacarias.  
- Zacarias, magro, delicado, manso que nem uma peste?  
- Espere aí... Venha cá, deputado, não espante a caça, sente aí, por favor. Não se trabalha assim. Aqui ninguém nos ouve?  
- Pode falar...  
[...].  
- Tem mais?...  
- Tem deputado. Uma moça branca, magra, dois dentes estragados na frente, usava cabelos longos, muito boa, caridosa, onde chega faz



amizade.  
 - Deoclécia!  
 - Não. Marinalva... Espera aí... é Deoclécia mesmo. Marinalva é o nome da faculdade... além de médica é pintora.  
 - Não... não é possível. A lavadeira aqui de casa.  
 - Isto... trabalha de lavadeira mesmo.  
 - O marido...  
 - Marido nada, deputado, não são casados. Colegas de baderna. Andam juntos. Ele é engenheiro...  
 [...].  
 - Ainda tem mais, deputado.  
 - O chefe deles, o que fundou a tal Ação Popular aqui na Bahia é o engenheiro elétrico Arnaldo. Está, aqui, também.  
 - Como? - Arnaldo tratorista?  
 - Sim, senhor. Um moreno, palavra macia.  
 - este mesmo. O nome dele é Haroldo Lima.  
 - Tem mais...  
 - sim...  
 [...].  
 - Ainda falta uma tal Carminha.  
 - Bem... essa é que não mora aqui.  
 - É Rosilda, baixinha, até bonitota.. mulher-dama, boa de enxada. Essa é advogada. (EUCLIDES NETO, p. 324-327)

Após quinze anos de muito poder e controle sobre a população, e com a saúde fragilizada, ao ter notícia de que, em sua fazenda, havia ativistas, “o deputado Rogaciano apagou. Suando arrepios, escancarou a boca e arriou na cadeira de balanço. Os braços caíram em molambo. A baba espessa minava dos lábios crespos” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 329), e, logo, em seguida, “os olhos de cortiça do deputado viraram feridas. Perderam a luz” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 331). O narrador descreve o tempo que começa com o Golpe de 64, e finda, quinze anos depois, com a morte do fazendeiro. Esse tempo cronológico é esclarecido por Bakhtin, em seu livro *Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo*, nele o autor define que: “[...] aqui o tempo se adensa e ganha corporeidade, torna-se artisticamente visível; [...]” (BAKHTIN, 2018, p. 12). O tempo na narrativa apresenta a sua estética, e, por isso, percebemos que o tempo, em *Machombongo*, vai, aos poucos, mostrando os fatos de maneira sucessiva, aguçando nosso interesse em chegarmos ao desenlace.

A estética da narrativa também é percebida pela linguagem que Euclides Neto usa para identificar a região sul da Bahia, como, por exemplo, algumas expressões como “vai urrar como jegue, feito mula, antes do sol se ponhar”, que, de acordo com a nossa compreensão, o pronunciado do agregado refere-se ao trabalho que dure até o pôr do sol.

Mas, podemos destacar outras expressões como “uma tribuzana”, expressão usada pelos trabalhadores rurais para se referir a uma bagunça. Assim como, “apanhar barriga”, que seria engravidar, ficar gestante<sup>7</sup>. São, com essas e outras expressões, que o autor mostra o regionalismo no seu texto e a beleza de sua escrita, com a qual vamos nos deparando no decorrer da leitura.

É um romance que apresenta uma narrativa mais longa, com um número maior de personagens, aproximadamente cem ou mais, sendo eles constituídos pelo fazendeiro Rogaciano, suas mulheres, estas que eram três: Anália, Gertrudes e Matilde; sua ex-mulher Helena; seus filhos, Macário e outros que não foram nomeados; os lavradores como Zezão, Jorge, João da Bosta, Luís, Chico Brande e seus dois filhos adolescentes, o Velho Manuel, entre outros cujos nomes não aparecem, mas sabe-se que eram mais de dez; as trabalhadoras, que eram trinta no roçado, além daquelas que trabalhavam na casa do deputado, estas que eram três, Possidônia, Agripina e Deoclécia; dez ativistas, Zé da Noite, Cacheado, Jorge<sup>8</sup>, Zacarias, Arnaldo, Rosilda, Deoclécia<sup>9</sup>, José da Silva, Mundica e o rapaz de vinte e três anos; as crianças, filhas dos trabalhadores, que se dirigiam para as lavouras com as mães; os indígenas nomeados, como Chico Pindaíba, sua esposa, Bié, Xeté, Quenengo, Bote, Cateco, Bito, Bartolomeu, Caçula e seus dois irmãos crianças; os jagunços que eram dois, Manecão, o pistoleiro, e Jonas Dedo Leve; os políticos, como o governador da Bahia e o deputado Tibúrcio; os médicos Joaquim e Quirino; o advogado Esequiel, policiais, que são quatro, os eclesiásticos Padre Agamenon e a Irmã Consuelo, entre outros que aparecem como coadjuvantes, como as Beatas do Coração de Jesus, Margarida, o Cigano, o deputado Pedro Gonçalves, Mariá e Dona Carmélia.

Os fatos são narrados em terceira pessoa, com focalização onisciente, porém, às vezes, o narrador aparece com discurso direto seletivo, influenciando-nos para uma opinião sobre as personagens como, por exemplo, os indígenas, que “naquela reunião nada entendiam. Nem se quer articulavam o que ouviam” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 55). O trecho faz com que obtenhamos nossas próprias interpretações de que os indígenas não compreendiam nada na reunião, por não falarem a língua portuguesa ou por viverem isolados no fundo da fazenda sem contato com outras pessoas. Mas, há outros momentos

---

<sup>7</sup> Essas expressões que aparecem no texto não foram encontradas no *Dicionareco de cacau e arredores*, de Euclides Neto, por isso, escrevemos de acordo com nossa compreensão da leitura do romance.

<sup>8</sup> O nome de Jorge é citado duas vezes, por ele ser um ativista disfarçado de lavrador.

<sup>9</sup> O nome de Deoclécia aparece duas vezes porque ela era uma ativista disfarçada de lavadeira.

em que o narrador aparece como um intruso na história e faz seus próprios julgamentos a uma determinada personagem: “como a gajona Matilde foi parar na cama do deputado Rogaciano ninguém sabe” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 40), ele menciona tal comportamento da personagem, contudo, não carrega o pejo desse julgamento, finalizando a frase com a expressão “ninguém sabe”, deixando de explicar o verdadeiro motivo de tal acontecimento. Além desses dois focos mencionados, o narrador, na maioria das vezes, conta os fatos como neutro.

Dessa maneira, durante a leitura e análise do romance, compreendemos que Euclides Neto, sob a ótica de um autor que conhece a semântica da palavra miserável, a representou no romance, destacando o modo de vida desses trabalhadores, os quais moravam na aldeia do proprietário e a ele prestavam serviços diários ou quando solicitados, como na época das plantações e das colheitas. Euclides Neto deu-nos a possibilidade de conhecermos mais a respeito da vida dos agregados das fazendas produtoras de cacau, além de expor o desenvolvimento da região, da organização política, econômica e social do local. Ele destacou não só a vida de fartura do fazendeiro, como também o trabalho servil e a vida escassa dos miseráveis, apresentando a gama de um verdadeiro artista literário político.

### **3.2 Os miseráveis de *Machombongo*: opressão e violência**

*Machombongo* é uma obra de denúncia. Nela há fatos que descrevem os miseráveis vivendo num momento de repressão militar. Essas personagens sofriam com o autoritarismo dos militares e das oligarquias rurais. Para evidenciarmos essa opressão, temos a cena em que o fazendeiro Rogaciano, efetuado no poder, detinha todo o controle da conduta da população. Assim, segundo o narrador: “a polícia prendia e espancava quem ele mandava” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 68), comprovando que a elite e os militares mantinham acordos em relação à política e aos interesses particulares. Por meio desses acordos, o narrador comenta que:

A diligente polícia federal, em golpe de maestria, liquidava dois coelhos de uma porretada. Estaria em Rio Novo, no dia aprazado, para desbaratar os traficantes perigosos e, ao mesmo tempo, em grande envolvimento despistado, apanharia os comunistas enfiçados pelas fazendas. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 312)

A polícia federal fiscalizava, nas fazendas, rastros da presença de algum ativista ali no local, pois eles eram considerados “traficantes perigosos” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 312), por resistirem à repressão militar. Nesse sentido, todos os trabalhadores que se encontravam sob suspeita de serem comunistas estavam sujeitos a sofrerem com as violências praticadas pelos militares. Os lavradores viviam debaixo de muita opressão, pois tanto o autoritarismo dos fazendeiros como da polícia federal resultava na arbitrária relação de poder que posicionava, de um lado, o produtor de cacau e os militares, e do outro, os pobres trabalhadores.

Em virtude desse autoritarismo, a narrativa aponta-nos para um capitalismo que, nas relações de poder presentes no campo, oprimia os trabalhadores e favorecia a classe dominante, dando um efeito de ruralização. O poder do coronel era gerado por sua grande propriedade agrária e pela exploração da mão de obra dos agregados. A prova desse favorecimento do capital ao produtor é compreendida pelo fato de o fazendeiro, além de obter o lucro extraído do cultivo do cacau, ser proprietário da maioria dos comércios da cidade e, por isso, “a alta da carne lhe agradava” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 171), pois, sinalizava a entrada de mais capital.

Nesse sentido, percebemos que o modelo histórico da formação social brasileira é caracterizado por uma política elitista e excludente. De acordo com Amarílio Ferreira Júnior, no artigo “Tortura no contexto do Regime Militar”, a instalação do militarismo no governo brasileiro trouxe danos ao país, pois acentuou ainda mais a exclusão e a marginalização da classe menos favorecida, além de gerar atraso no modelo econômico, pois rompia com os processos de desenvolvimento e modernização do país (FERREIRA JÚNIOR, 2000).

Durante o governo militar, o ruralismo no campo ganhou forças, e como podemos ver, o narrador descreve a região sul baiana a partir do atraso no poder econômico e no processo de modernização do país, uma vez que os poderes estavam centrados nas mãos do coronel. Nesse cenário, os trabalhadores eram contratados de maneira verbal, o que gerava exploração e trabalho, além de retratar as perdas de direitos trabalhistas. Aos lavradores não era permitido nenhum direito como férias ou feriado, pois as elites rurais diziam que aceitar os direitos dos lavradores era aderir ao discurso comunista que tinha como pretensão: “que os fazendeiros pagassem férias para a cambada ganhar, sem vender um dia de trabalho” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 71-72). Dessa forma, temos como

exemplo de contrato verbal o diálogo entre Rogaciano e um migrante:

- Qual é o seu nome?
  - Zacarias.
  - Sabe trabalhar em quê?
  - No pesado, o que vosmicê mandar.
  - É vaqueiro?
  - Inhô, não, mas na precisão de um, arreio uma vaca.
  - Essa é sua mulher?
  - É minha dona.
  - Ela trabalha?
- As perguntas vinham secas, diretas, afiadas como agulha costurando os sacos.
- Faz todos os trabaio. Só não sabe mexê em cozinha, mesmo assim arremeideia.
- [...].
- Assim o catingueiro ganhou o deputado, que lhe ordenou:
  - Volte... ou melhor, espera aí, que vocês vão comigo, na caminhonete, logo mais. Lá tenho serviço para vocês.
- [...]. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 78-79).

Como podemos ver, o contrato era feito de forma oral, e os menos favorecidos executavam os serviços de acordo com as ordens do coronel. Por não haver nenhum registro que comprovasse a empregabilidade do lavrador na fazenda, era comum a existência de trabalho que excedesse ao combinado pelo contrato, o que deixava o trabalhador a mercê de outras atividades fora de suas funções. Para exemplificarmos essa exploração, trazemos aqui a cena que representa Zacarias, após efetuar o contrato como faxineiro, este recebeu a seguinte ordem: “[...] seu serviço é aqui na porta, cortando banana, tirando laranja, aipim, limpando o pátio” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 80). Mas, como não havia nenhum registro que comprovasse o acordo, o faxineiro estava sujeito a cumprir com qualquer tipo de ordem do proprietário, pois, se caso o contrariasse, poderia sofrer punições. Sem escolha, numa reunião na fazenda, entre políticos e fazendeiros, Zacarias foi convocado por Rogaciano para montar em animal bravo e entreter a plateia, como mostra o narrador:

Zacarias aproximou-se com as chilenas em guizos. Fosse no que desse, teria que montar naquela onça. Reuniu as forças, tangeu o medo dos nervos e pensou que o mais que podia acontecer seria uma queda espetacular no meio das gargalhadas. Não era a primeira vez que fazia aquele trabalho. Nem temia burro bravo: fosse igual ou novo. Há tempos, contudo, não montava. Perdera o treino. Quando passou a perna na meia-lua, apanhou a ponta do bucal e jogou-

a por cima do ombro. Já Moça Branca nos ares. Cabeça entre as mãos, lombo encurvado para cima, cauda desaparecida dentro dos quartos. Parecia emoção dos assistentes. Peidava de guerrear. Tome salto para cima, pra baixo, de lado, disparada, louca encostando-se na cerca, afastando-se dela, tangendo o povo, quando se aproximava muito. Pau!... Pau!... pulo furtado, de banda, cruzado, pulo de cavalo. Louca aquela mula! (EUCLIDES NETO, 2014, p. 110-111)

O faxineiro oprimido “reuniu forças” (p.110) e precisou montar na “mula louca” (p. 110) para servir de diversão e distração aos convidados do deputado. Além de seguirem as ordens do patrão, os trabalhadores ainda possuíam menos valor que os animais, “os burros bravos”, como aponta o narrador:

[...]. Distração antiga, gostosa, emocionante, estourando gargalhadas, sem perigo, pois só os peões se arriscavam. Mas, assim mesmo, gostavam daquela folia. Trabalho que era esporte e dava lucro. Se alguém rachava a perna ou a base do crânio na queda era lá entre eles mesmo, gatinha. Pior quando uma mula arrua, estrela, se estrepava na ponta da cerca ou aleijava, ficando inutilizada. Aí, sim, prejuízo. Ninguém, contudo, podia amansar os animais, sem correr o risco de algum estrupício com os ditos. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 105)

O trecho descreve o quanto os miseráveis eram desvalorizados na fazenda, não tendo, suas vidas, importância para os políticos e para a elite, uma vez que eram vistos como “gatinha” (p. 105). Por outro lado, o fazendeiro temia que os animais se ferissem porque isso lhe traria prejuízo. O excerto denota o rebaixamento do homem e a elevação do animal, uma espécie de zoomorfização dos seres humanos. De acordo com Cardoso (2006), a zoomorfização é a perda da identidade humana devido às agruras enfrentadas no dia a dia, como a fome, o frio, a falta de moradia, a falta de emprego, ou seja, um conjunto de fatores que leva o ser humano a viver numa situação limite entre o humano e o animal. É a perda da dignidade humana e a elevação do animal.

Tratados como animais, os trabalhadores eram coagidos pela violência. As punições, muitas vezes, eram cometidas pelas próprias mãos do proprietário ou de seus jagunços, eliminando os suspeitos com atos homicidas. Assim pondera o narrador: “o sujeito que roubara um punhado de cacau na estufa – nem cinco quilos – tivera três dedos cortados, morreu de apanhar, jogaram-no no fundo do poço do rio das Contas” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 157). Essa prática de torturar a vítima até a morte e depois sumir com o corpo, jogando-o em poços ou rios, lembra-nos das torturas militares que

eram recorrentes na sociedade. A esse respeito, o pesquisador Júlio José Chavenato salienta, em seu livro *O golpe de 64 e a ditadura militar*, que essa prática (de jogar o corpo da vítima nos rios) era uma das formas mais utilizadas pelos militares para sumir com os corpos daqueles que eram vítimas da violência, por pensarem diferente do governo. Como justificativa para essas atitudes ilegais, os militares criaram os Atos Institucionais, compreendidos como normas que os concediam plenos poderes para torturarem a população (CHIAVENATO, 1994).

Ainda sobre os atos violentos que aconteciam no campo, e que são descritos em *Machombongo*, trouxemos aqui outra cena de terrível brutalidade, mas, usada pelo coronel para manter o controle das ações e pensamentos dos trabalhadores. Tal atitude utilizada pelo proprietário servia como exemplo de punição para que os outros agregados não fugissem das regras. Segundo o narrador, após Zé da Noite chegar ao patrão e pedir-lhe para assinar sua carteira, sofreu a seguinte violência:

- O senhor tem sido meu pai, de bom. É um favor que não sei como pagar. Mas todo bichinho diz que é bom para garantir os meninos e a mulher quando vão ao hospital. Dizem até que o governo manda...

Rogaciano aguarda desatento, mas prestando atenção ao movimento do curral. Respirava a sensação de tudo dando certo.

- Sim, Zé da Noite, que você quer?

O estufeiro coçou o bolso detrás da calça puída. Sungou a carteira azul e em tom de súplica:

- Pedia que vosmecê assinasse minha carteira. Se puder... se não é a mesma coisa.

A explosão de ódio do deputado não dava tempo de alguém correr. Não deu naquele dia. Primeiro ficou vermelho de fogo. Depois empalideceu na tapioca. Por fim... já a bofetada derrubava Zé da Noite do último degrau na esquina do passeio da frente da casa.

Zacaria correu a pegar o homem. Ouviu urros;

- Deixa... É esse.

O fazendeiro arrastava a montanha de gordura escada abaixo. E aos coices e pisadelas tentava esmagar a cabeça do estufeiro. Este, já fora de si, estrebuchando, jorrando sangue, cabeça desgovernada. Cacheado correu ao curral. Os vaqueiros também. Dois homens de confiança que estavam sentados na porta da avenida chegaram logo. “Leva e dá fim. É agora” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 172-173).

Os atos de violência ocorridos na fazenda serviam para manter os trabalhadores em silêncio, “todo mundo calado” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 173). Em relação à família da vítima, Rogaciano pagou-lhe uma pequena quantia de capital vista como indenização, pois, “do contrário, a viúva ficaria na miséria, morando na rua do Apara-Bosta, lá na

cidade do Rio Novo” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 173).

Outro exemplo de violência ocorrida na fazenda surgia através da desconfiança do deputado, em relação a algum funcionário. Caso isso acontecesse, mandava seus jagunços o assassinarem, e, assim, segundo o narrador: “só porque desconfiaram de dois trabalhadores novatos, que podiam ser pistoleiros vingativos, queimaram-nos com pneus, e os urubus arrancaram-lhes os últimos pedaços lá no miolo da mata” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 157).

As práticas de violência eram recorrentes na fazenda, e os agregados estavam propensos a sofrerem qualquer tipo de brutalidade, bastando não cumprirem as ordens de Rogaciano, como foram ditas, ou, se acaso, despertassem alguma desconfiança no patrão. Dessa forma, após as desconfianças do deputado a respeito do agregado Jorge, os seus jagunços o torturaram até a morte, como mostra o narrador:

Amarraram-no de cabeça para baixo. Bateram nele de pau, cadeira, chutes. Abusaram. Imaginaram que resistiria para delatar os outros. Ficaram mais raivosos ainda, quando o tiraram da corda. Encontraram um corpo estirado: um morto que nem para apanhar, servia mais. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 142).

Como percebemos, as ações violentas praticadas contra os menos favorecidos causavam prazer nos agressores, os quais, após verem que Jorge estava morto devido às agressões, pensaram que, agora, ele era “um morto que nem para apanhar, servia mais” (p. 142). As torturas eram uma forma dos praticantes se sentirem superiores diante do sujeito que está sendo penalizado, deixando em evidência as relações de poder.

Dessa maneira, percebemos que os martírios na fazenda Ronco D’Água aconteciam com frequência, para punir ou para servir de exemplo para aqueles que contrariassem aos mandos do patrão. As agressões dos militares, jagunços e fazendeiros contra os miseráveis lembram-nos dos atos autoritários praticados pelos militares contra a população, no período ditatorial. Segundo Ferreira Júnior (2000), as torturas eram usadas em larga escala pelos militares, para promover a opressão e o cumprimento de suas ordens, constituindo uma maneira de mostrar o autoritarismo e o poder do governo.

Seguindo essas repressões dos militares, o fazendeiro, que também usava de autoritarismo para o controle de pensamento e comportamento dos trabalhadores, praticava a violência para silenciar e oprimir os lavradores. Todavia, esses trabalhadores



tinham consciência do abuso de autoridade de Rogaciano, e sempre que tinham oportunidade de ficarem a sós no meio do roçado, sem a presença de jagunços ou do gerente, discutiam entre eles a questão das injustiças que existiam na fazenda, como o baixo salário e a exploração no trabalho. Os subalternos eram conscientes da situação opressora e da vida escassa que levavam, mas, por questão de sobrevivência, aderiam à servidão. No entanto, era do conhecimento deles que havia vulnerabilidades à opressão e à injustiça do coronel, segundo o narrador:

Na roça, o trabalhador conversava para mais de dez, todos parados. Os podões em posição de sentido também ouviam a prosa. Falava-se do quilo da carne que custava mais que um dia de serviço. Que daqui a pouco a carne seria tempero na panela de pobre. Até a excomungada farinha andava pela hora da morte. Ninguém podia viver daquele jeito. Que ninguém na fazenda tinha coragem de pedir aumento. Todos uns xeretas, bois de arrasto, puxados pelas ventas.

Onde já se viu trabalhador não ter direito a férias, gratificação de Natal e salário mínimo? Ali todo bichinho andava com o rabo entre as traseiras, mulas de cargas, sem vontade nem vergonha. Raras fazendas pagavam os direitos do trabalhador. E todos precisavam exigir fosse de quem fosse. Até os padres, a irmã Consuelo nem se fala, ensinavam isso. Direito sagrado do homem. Ninguém podia tirar. Os ouvintes viravam a cabeça, concordavam, mas se lembravam do deputado como homem que mandou matar o cigano, deu fim a dois eleitores que foram contra na eleição, consumara os dias do vizinho, o fazendeiro Albertino, assassinado no coração de Rio Novo, para quem desejasse ver. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 51)

O excerto apresenta os trabalhadores reunidos no meio da lavoura, conversando sobre a falta de direitos e de reconhecimento pelos trabalhos realizados na roça. No momento em que ocorriam essas reuniões, os lavradores discutiam sobre tudo e mostravam que “se todos se levantassem e fossem a Justiça do Trabalho” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 51), conseguiriam ter seus direitos trabalhistas válidos, o que mostra, também, as ideologias marxistas de Euclides Neto sobre a união dos trabalhadores na luta por seus direitos.

Como podemos ver, entre os lavradores estavam, também, a comunidade eclesial e os ativistas. O grupo era composto por “camponeses sem terra, ativistas de esquerda e integrantes das Comunidades Eclesiais de Base, o braço político da Igreja Católica progressista, agindo na zona rural” (CESAR, 2003, p. 61). Esses ativistas, padres e agregados representam as ideologias marxistas que defendem a igualdade entre os

povos.

Nessas reuniões estavam presentes padres e freiras, mostrando que, do ponto de vista bíblico, a terra é de todos, é aquela que mana leite e mel, e que, por isso, todos deveriam ter seu pedaço de terra para plantar e retirar dela o seu sustento. Por outro lado, mas, ainda seguindo a ideia de igualdade para todos, estavam os ativistas, que, como conhecedores das teorias marxistas, buscavam, por meio das reuniões no roçado, mostrar aos agregados que todos deveriam se unir para lutar contra as injustiças presentes naquele local.

Conquanto as ideologias marxistas fizessem parte da conscientização e do conhecimento dos trabalhadores, estes sofriam com a subordinação, pois eram coagidos até no momento da escolha de candidatos políticos. Eles eram obrigados a votar em quem o deputado lhes ordenasse, como afirma o narrador: “no dia da eleição todos chegavam à sede, recebiam os nomes dos escolhidos e à tarde, de volta, o dever cumprido. Pronto” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 214), o que remete ao “voto cabresto”<sup>10</sup>.

Apesar de sofrerem com coerção, e, muitas vezes, aderirem aos mandos do coronel, como, por exemplo, o voto indicado nas eleições, os agregados reuniam no roçado, mostrando que tinham consciência da opressão nas terras cacauceiras, e, por isso, não só conversavam entre eles nas reuniões, mas também reagiam, mostrando que lutavam por seus direitos. Nesse sentido, segundo o narrador: havia “gente prestando reclamação trabalhista, no sindicato dos trabalhadores rurais ensinando os direitos aos associados, advogados tomando procuração para defendê-los” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 70). Os miseráveis, orientados pelos ativistas e pela comunidade eclesiástica, colocavam em prática o que discutiam nas reuniões, no meio da roça, e, por isso, prestavam reclamações de seus direitos aos sindicatos.

Dessa forma, após as reuniões, e como ato de conscientização das injustiças que viviam, os trabalhadores buscavam lutar por seus direitos, e, conforme mostra o narrador: o lavrador Zé da Silva “com a cara mais limpa do mundo procurou a Junta e tacou a reclamação” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 146), expondo a falta de seus direitos, o que revela que os trabalhadores não viviam na total submissão, aceitando os mandos e desmandos do deputado, sem lutarem por seus direitos. Na medida que tomavam

---

<sup>10</sup> Mecanismo utilizado pelos fazendeiros para o acesso aos cargos eletivos. É uma caracterização do coronelismo.

consciência das injustiças e exploração na fazenda, recorriam aos sindicatos para fazerem as reclamações.

No entanto, o coronel tentava lutar contra essas reclamações dos agregados, usando a violência contra o presidente do sindicato. Nesse sentido, o narrador comenta que Rogaciano ordenou aos seus jagunços que aplicassem “uma surra de pau no tal presidente do sindicato, deixando-o quase morto” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 70), porque, para o deputado, “tratava-se de caso miúdo e por lá mesmo resolviam” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 70), e, por isso, “não carecia preocupar-se” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 70), pois a justiça não saberia desse crime, uma vez que, como foi mencionado anteriormente, a justiça era do lado da elite agrária.

Outra forma utilizada pelo proprietário, para manter os trabalhadores em silêncio com as opressões, além das violências e das subordinações, era através da leitura das escrituras sagradas, que os coronéis faziam questão para deixar os trabalhadores tementes à força divina. Segundo o narrador: “com a Bíblia e a leitura de revistas de agricultura e criação, o fazendeiro protegia suas terras” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 214). Era comum e favorável aos proprietários utilizarem as escrituras sagradas para manter os agregados realizando os trabalhos explorados. Trouxemos, aqui, um versículo da Bíblia que comprova essa subordinação:

Servos, obedeei em tudo a vossos senhores terrenos, servindo não por motivo de que estais sendo vistos, como quem busca agradar os homens, certo de que recebereis, como recompensa, a herança das mãos do Senhor” (BÍBLIA. COLOSSENSES, 3: 22-23, 2008).

O uso da leitura das escrituras sagradas, por parte dos latifundiários era para manter os trabalhadores na servidão e continuassem subordinados e obedientes aos seus senhores. Apesar da utilização da Bíblia, para oprimir e silenciar os lavradores, estes eram conhecedores das teorias marxistas, e, por isso, faziam as reuniões no roçado, na tentativa de conseguirem uma união entre todos os trabalhadores, para que juntos encontrassem um meio de lutar por seus direitos, de ficarem unidos na luta contra a exploração e as desigualdades sociais. A esse respeito, César afirma que:

[...], o marxismo é temperado e amenizado em sua virulência histórica, pelas influências menos radicais de sua juventude, principalmente Gandhi, Jesus Cristo e Tólstoi. Do primeiro, Euclides Neto recolhe o

pacifismo messiânico, de Cristo a comunhão, a fraternidade e opção preferencial pelos pobres; de Tólstói, o amor pela terra e pelas coisas do campo. (CESAR, 2003, p. 13).

O postulado de Marx e Engels sobre a união dos trabalhadores na luta por seus direitos, juntamente com Gandhi, Jesus e Tólstói, expressando respeito e igualdade entre os seres, mostra os discursos de Euclides Neto e sua afeição pelos pobres do meio rural. O narrador afirma que: “se todos os trabalhadores de roça se juntassem, seria fácil a socialização da terra” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 235), e, assim, “lá veio marxismo, Engels, manifesto comunista, Inglaterra, Lenine, Mao Tsé Tung, Piao, [...] e outros peixes” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 235). Desse modo, durante as reuniões dos camponeses/agregados, “o tema predileto era o drama do camponês: todo homem do campo tinha direito a um pedaço de terra como seu, fazendo parte da sua própria personalidade, assim como um instrumento de trabalho” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 234-35).

Contudo, ainda que o coronel utilizasse as escrituras sagradas para silenciar os servos, eles sabiam das injustiças que sofriam, e, durante as reuniões no roçado, discutiam seus problemas entre eles, e mostravam suas insatisfações perante a miséria e os maus tratos do patrão. Reunidos, os trabalhadores expunham seus problemas. Assim comenta um agregado: “– Tou passando fome, viu! Eu e meus filhos... O que recebo não dá para a farinha, viu! Meus senhores bufam peru e galinha a semana toda... Isso passa... isso passa. O rádio deu” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 247). Além de ficarem atentos aos noticiários, os trabalhadores tinham consciência que enquanto os senhores esbanjavam fartura em suas mesas, em que o “almoço seria de filé, feijão com carne, salada, galinha cozida, ovos estrelados no chuchu. Depois, doces a escolher” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 232), alguns agregados “comiam farinha, banana e um molho de coentro, pimenta e cebola verde” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 230) e outros comiam apenas farinha.

Ao olharmos para a questão da falta de alimentos dos trabalhadores, percebemos que a pobreza é compreendida como um abandono dos políticos para com a população, e, por isso, a história de *Machombongo* pode ser compreendida como uma denúncia da extrema penúria. Entretanto, sabemos que a fome é o registro da miséria (ROCHA, 2006), e os agregados mostravam esse registro ao passarem o dia sem ter alimento algum para saciar a fome, e, ainda, realizando trabalhos que exigissem muito esforço físico, como

mostra o narrador:

[...]. Todos não tinham almoçado e passava da hora, pretendendo enrolar o dia, deixando o serviço mais cedo, naquela quinta-feira. Nada tinham para comer. O velho Manuel sempre ponderado aconselhava os filhos de Chico Brande, rapazes de quatorze e quinze anos:  
– Cuidado, esse pau lhe estrompa. Homem rendido é homem acabado. Alguém comentou:  
– Amanhã, não venho trabalhar. Vou procurar quem me venda meia libra de tripa fiada. Vou chorar no pé desse balcão, por aí.  
Outro acrescentou:  
– Quando achar, me diz. Mas eu quero é carne.  
Velho Manuel, chapéu de couro encerotado, quase um caco, remendado, ainda trazido lá do sertão, há quinze verões, inquiriu:  
– Que bicho é carne, menino?  
Todos riram franzido.  
(EUCLIDES NETO, 2014, p. 250).

Os miseráveis viviam famélicos, realizando trabalhos pesados na roça. Alguns eram tão pobres e oprimidos que não conheciam carne. Já outros pensavam em pechinchar para ver se encontrava algum alimento mais barato como “tripa”, por exemplo. Por meio das vozes dos trabalhadores, compreendemos a possibilidade de os miseráveis falarem e exporem suas angústias para que nós percebamos a apreensão e o silenciamento em que viviam. Os subalternos mostravam-se conscientes da situação de desigualdade e injustiça, e, por isso, eram os sujeitos ideais para falarem de seus problemas, os quais eram vivenciados no dia a dia (SPIVACK, 2010). Essa autora também ressalva que era necessário que os subalternos tivessem a oportunidade de falar, pois estes eram conhecedores de suas realidades.

Mas, se esses miseráveis não tivessem oportunidade de falar, Spivack (2010) deixa claro que aqueles pertencentes a outras classes sociais, como médicos, engenheiros, universitários, poderiam falar por eles. Nessa consonância, apresentamos um exemplo na obra, de personagens de uma classe social mais elevada, como o doutor Quirino, médico de confiança de Rogaciano, o qual olhava para os lavradores com empatia e pensava: “todos poderiam ser felizes, contando que a felicidade de um não infelicitasse o outro” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 161). Ele era contra as desigualdades sociais, e, por isso, tentava ajudar os menos favorecidos com consultas gratuitas e remédios. Assim comenta o narrador: “a gatinha chegava confiante, buscando remédio, amostra grátis, a palavra doce curando mais que as pílulas” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 161).

As consultas e medicamentos gratuitos que o doutor Quirino prestava aos pobres não ficavam sem reconhecimento, pois, como forma de gratidão, os miseráveis, nas datas comemorativas, como São João, Natal e Ano Novo, traziam “presentes: um frango, um buquê de rosas já murchas viera de três léguas, penca de banana-maranhão” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 161). Eles pagavam da maneira como podiam, com presentes nas datas comemorativas.

Nesse sentido, percebemos que Euclides Neto buscou dar voz aos menos favorecidos, de várias maneiras, como, através dos ativistas, da conscientização dos trabalhadores e de personagens de classes mais favorecidas, como o doutor Quirino, que pensava na igualdade entre os povos. Essas variadas maneiras de dar visibilidade aos pobres representam as ideologias socialistas de Euclides Neto, que buscava dar voz e reconhecimento aos menos favorecidos. Quanto a essas ideologias de igualdades sociais, é perceptível, nos pensamentos do médico, “um dia doutor Quirino se perguntou: se dividisse o que possuía?” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 248) seria melhor e ajudaria aos necessitados, pois “os trabalhadores é que não podiam viver mais assim” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 250).

O médico, como vemos, mostrava empatia aos menos favorecidos, o que representa as ideologias marxistas defendidas por Euclides Neto, o qual, durante sua vida de escritor e de político, buscou dar voz aos miseráveis das terras do fruto de ouro. Euclides Neto, como escritor engajado, buscou denunciar essas crueldades praticadas pela classe rural dominante, através de seus textos literários, mostrando sua empatia aos trabalhadores rurais. Como mostra Terry Eagleton, no livro *A doce violência: a ideia do trágico*, a empatia é o ato de colocar-se no lugar do outro, é ter a compaixão e piedade pelo sofrimento alheio, do trágico. Esse autor discute sobre o trágico não somente na arte da tragédia, mas nos faz refletir sobre o trágico vivido na realidade (EAGLETON, 2013).

Nessa lógica, compreendemos que as vozes dessas personagens partiam, em princípio, dos ativistas que estavam na fazenda, disfarçados de trabalhadores, com o intuito de conscientizar os oprimidos. Esses comunistas presentes nas roças lembram-nos do filme *Araguaya: a conspiração do silêncio*, dirigido por Ronaldo Duque, obra que foi levada ao cinema em 2004, baseada em acontecimentos da *Guerrilha do Araguaia*. O fato aconteceu nos anos de 1970 ao Norte do Brasil. O exército brasileiro, no auge de sua ideologia, lutou contra militantes aguerridos e inocentes camponeses, em uma região

onde a ambição e a miséria disputavam perseverantemente o lugar. A cena foi de violência, visto que retratava uma comunidade pobre lutando contra as forças armadas. Essa guerra foi citada em *Machombongo*:

A notícia viajava na capital é que centenas de homens armados, instruídos pelos comunistas pretendiam gerar uma nova guerrilha do Araguaia, onde cinco dúzias de militantes da cidade, estreantes na luta e bobocas no mato, inquietaram todas as forças armadas, levando para a Amazônia vinte mil homens das três armas e tirando o sono dos que ficavam nos quartéis. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 280).

Ao mencionar a Guerrilha do Araguaia, o narrador faz uma comparação entre os ativistas que estavam nas roças de cacau, lutando pelos direitos dos lavradores, e aqueles que adentravam o Araguaia com esse mesmo intuito: conscientizar os moradores do local. O mesmo acontece em *Machombongo*, pois os ativistas se disfarçavam de trabalhadores rurais e de migrantes que buscavam emprego, para conscientizarem os lavradores do desrespeito que sofriam nas lavouras cacaueiras.

No momento em que citamos personagens como doutor Quirino, os ativistas e a comunidade eclesiástica, que lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais, pensemos em suas atitudes como uma forma de resistência, pois compreendemos que os lavradores não estavam sozinhos na luta contra as injustiças. Tanto essas vozes e atitudes dos ativistas como as dos lavradores e do doutor Quirino representavam a resistência contra o autoritarismo e abuso de poder por parte dos militares e das oligarquias rurais. O autor Alfredo Bosi, em seu livro *Literatura e resistência*, pontua que:

Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*, o antônimo familiar é *de/sistir*. (BOSI, 2002, p. 118).

Resistir é se opor às forças antagônicas do governo, da sociedade e do sistema capitalista, e lutar contra uma determinada situação opressora e injusta. Como exemplo de resistência, temos, no romance *Machombongo*, os ativistas que deixaram os confortos de seus lares e suas vidas em suas terras, para, juntamente com os lavradores, enfrentarem o sistema esmagador do capitalismo, que desvalorizava o trabalho rural e explorava o ser humano. A respeito da resistência, na obra, trazemos, aqui, as personagens ativistas, como

Cacheado, um migrante que foi para a lavoura cacaueteira disfarçado de trabalhador rural. Durante sua permanência na fazenda, o ativista ganhou a confiança do fazendeiro e passou a trabalhar como gerente. Ele era rapaz solteiro, que trabalhava na fazenda, instruído a observar os passos e as intenções do coronel. Apesar de Cacheado ser um ativista, Rogaciano não desconfiava dele. Assim comenta o narrador:

O deputado Rogaciano e seu gerente, íntimos para tanto. Juntos acertavam empreitadas para sepultar inimigos ou nem precisavam detalhes. O segundo já sabia o que fazer em caso de dúvida. Se, porventura, o primeiro agasalhasse algum escrúpulo, bastava sugerir o desejo, para que alguém vestisse luto. Bebiam na mesma tigela e até jogavam baralho, na falta de parceiros mais credenciados. No carteadado, a capacidade de perder é que limitava. Mas, se faltasse par à altura da jogada pródiga, o gerente preenchia o lugar. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 17).

Na falta de outros parceiros, como políticos e membros da elite, Cacheado os substituía no jogo de baralho com o patrão. A confiança que o deputado tinha no gerente era de tal maneira que “pensava em colocar Cacheado no emprego de delegado” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 171). Essa nomeação de delegado, feita pelo fazendeiro, representa o poder e autoritarismo que, com “a revolução de 64 já lhe balançava as convicções. [...] Agora todos os cargos nos dedos de Rogaciano” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 180). Apesar do prestígio do fazendeiro, não podemos esquecer que o deputado não pensava que o gerente pudesse ser um ativista, e, por isso, o fazendeiro queria delegar-lhe um cargo de autoridade como delegado, por exemplo.

Dando continuidade ao quadro de trabalhadores rurais ativistas, temos Arnaldo, que aparece poucas vezes na história, mas que poderia ser um personagem real, “deputado federal, pelo PCdoB, Haroldo Lima, sob o cognome de Arnaldo” (CESAR, 2003, p. 61). Disfarçado de agregado, o deputado federal trabalhava na lavoura. Dessa forma, comenta o narrador:

Chegaram novas ordens. [...]. Outros sacrifícios para Arnaldo. Um dos ajudantes não aguentou o trabalho da tarde e voltou para casa. Teria, assim, de carregar o caminhão sozinho com o outro. Esforçando-se, apanhou a primeira peça de madeira e verificou que excedia as suas forças. Quase não a levava ao ombro, pois as longarinas ficavam depois de enorme ruma de pedras soltas, por onde nem os bois passavam. Vinha trocando as pernas, tombando. Mesmo assim, na segunda viagem, já os músculos não atendiam ao comando. Do ombro, escorria



filete de sangue, marcando a camisa. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 132).

Por mais que Arnaldo não suportasse o trabalho explorado, este permaneceu na fazenda como agregado até o momento em que fora descoberto pela polícia federal, a qual comunicou ao deputado Rogaciano que o tratorista, seu funcionário, era chefe do partido comunista e um de seus fundadores. Assim, mostra o diálogo abaixo:

[...].  
– O chefe deles, o que fundou a tal Ação Popular aqui na Bahia é o engenheiro elétrico Arnaldo. Está aqui, também.  
– Como? – Arnaldo tratorista?  
– Sim, senhor. Um moreno, palavra macia.  
– Este mesmo. O nome dele é Haroldo Lima.  
[...].  
(EUCLIDES NETO, 2014, p. 326).

A identidade real de Arnaldo era Haroldo Lima, “que fundou a tal ação popular aqui na Bahia” (p. 326), a qual nos leva a pensar que ele poderia ser um dos fundadores do PCdoB da Bahia, e que atuou como deputado federal no Estado. Devido a essa forma análoga que aparece na história, tanto pelo nome, como pela ação praticada da personagem, questionamos sobre a sua verdadeira identidade: Arnaldo/Haroldo, e se realmente corresponde à personagem com o deputado real. No entanto, não encontramos nenhum vestígio dessa relação entre a personagem e o deputado real. Na narrativa, após a descoberta da verdadeira identidade de Arnaldo, segundo o narrador, seu companheiro de trabalho, Zezão, ao vê-lo morto, sendo levado pela polícia:

Encompridou os olhos, no rastro da caminhoneta que levava os companheiros. Não entendia bem as coisas. Logo o Arnaldo, gente boa, carregaram assim. O coração ficou estalando, sofrendo, jofrando ao pé da goela. Voltou ao quarto. Lá estavam as coisas do amigo, suas calças velhas de trapo, o facão e a tachinha de fritar toucinho. A vida não tinha jeito mesmo. Vinha rolando, de padecer em padecer. Sentou-se à porta, esmurrou o chão e sentiu que chorava. Não se lembrava quando chorara a última vez. Talvez, em criança. Sofrera muito, até ali. Secara os sentimentos no trabalho duro, na violência das brigas, no ódio preso. Felizmente ninguém via seus olhos vermelhos, crescendo, até que inrompeu o soluço rouco, de boi sangrando: desgraçados! Tão bom o Arnaldo: dividia a feira com os outros, comprava remédio com o dinheiro dele para dar. Gostava de ouvir os casos e furava noites velhas, proseando, um ouvindo os sucessos que o outro contava. Ficaria, sozinho, novamente, zombando, todos se rindo dele, dizendo caçoadas das suas mochilas. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 328)

Como vimos, Arnaldo foi morto pela polícia após sua verdadeira identidade ter sido descoberta. Esse ato homicida representa a violência como forma de autoridade e de abuso de poder que os militares e os fazendeiros utilizavam para manter os menos favorecidos oprimidos e obedientes às regras e normas impostas pela elite e pelo governo. Nesse aspecto, trazemos aqui Ferreira Júnior (2000), o qual, como já citamos, mostra que as forças armadas não levavam em consideração as distinções ideológicas, as lutas e os direitos da classe menos favorecida, e, por isso, usavam a repressão como forma de controle de pensamentos e comportamentos do povo.

Em outras palavras, mas com o mesmo sentido, Michel Foucault, em seu livro *A sociedade punitiva*, afirma que, a sociedade, movida pelo autoritarismo, utiliza o ato de punir os “malfeitores” como uma forma de dar recompensa e proteção à população (FOUCAULT, 2015). O autor chama a atenção para o autoritarismo que leva à punição daqueles que pensam e agem de forma diferente da que é exigida pelo meio social. Esse autor faz crítica à sociedade, que marginaliza os miseráveis por lutarem cotidianamente por seus direitos e pela sobrevivência.

Mas, como resistência às repressões militares e às oligarquias rurais, continuamos a exemplificar os tipos de agregados que estavam ali, sendo subordinados ao trabalho servil. Assim, pensemos nos moradores da região, entre eles, destacando os Pindaíbas, que “vinham de uma tribo de pequena estatura, durante tempos longos, dando naquilo: atarracados cepos de gente” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 55). A palavra “pindaíba”, em sua etimologia, possui o significado de “falta de dinheiro”, “miséria”, “dureza”. Mas, não podemos esquecer que o indígena não é um ser “miserável”, que não possui capital, pois há riqueza de cultura em sua existência. Ao nomear a tribo de “Pindaíba”, Euclides Neto revelou a visão do fazendeiro “colono” sobre a figura do indígena “colonizado”. Demerval Saviani, no livro *História das ideias pedagógicas no Brasil*, esclarece que a colonização classifica o colono como proprietário e herdeiro das terras, e o inquilino (colonizado), o que cultiva a terra alheia (SAVIANI, 2008).

Dessa maneira, os Pindaíbas, sofrendo com o processo de aculturação e servidão, vinham de uma tribo indígena que estava nas terras da fazenda há muito tempo, mesmo antes de se tornarem uma terra com “proprietário”. No entanto, a tribo, assim que foi descoberta, passou a ser escravizada pelo cacauicultor. O indígenas tiveram suas

moradias invadidas e apossadas pelo fazendeiro, no período em que a fazenda Ronco D'Água crescia com o cultivo cacaueteiro. Assim, segundo o narrador: os Pindaíbas estavam nas terras “desde os tempos dos bisavós” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 52) e aprenderam a contar os animais da seguinte maneira: separavam “caroços de milho, representando o que pretendiam somar e, depois, contavam” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 52). No entanto, após a invasão de suas terras, os indígenas, “mal nascido o dia, depois do amiudar dos poleiros, pulavam das tarimbas. Se tinham café, tomavam uns goles, jogavam punhados de farinha redonda na boca. Daí a pouco, o caminho da roça” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 52-53), para trabalharem na servidão para o deputado.

Ao trabalharem como servos, os Pindaíbas, conforme comenta Rita Lírio de Oliveira, em sua tese de doutoramento *Rasuras grapiúnas: linguagem, memória, história e gênero na obra de Euclides Neto*, por não compreenderem a língua portuguesa com clareza, eram considerados analfabetos (OLIVEIRA, 2018), porém, considerados muito aptos para os trabalhos pesados. Eram oprimidos e massacrados pelo fazendeiro. O processo de colonização tratava-se de uma aculturação que servia para reprimir os costumes dos povos e obrigá-los a terem uma nova forma de cultura (SAVIANI, 2008).

Desse modo, em *Machombongo*, o narrador descreve a maneira como os Pindaíbas eram explorados, e, ainda, seus conhecimentos sobre o trabalho na lavoura, internalizados e transmitidos de uma geração para outra, por meio da comunicação oral, pois, “aprendiam com os pais e transmitiam aos filhos aquela maneira de bater o facão, apanhando a cabaça com a mão esquerda e quebrando com a outra” (EUCLIDES NETO, 1986, p. 34). Essa questão de transmitir conhecimentos pela oralidade, Thompson pondera que “se a muitos desses ‘pobres’ se negava o acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de ‘costumes’” (THOMPSON, 1998, p. 15). A tribo não tinha acesso à educação sistemática, bem como não possuía documentos pessoais, contudo, transmitia seus conhecimentos através da oralidade e vivia ali com a sua cultura e seus modos de vida, trucidada pelo proprietário.

A personagem doutor Esequiel via a tribo de Pindaíbas como trabalhadores ideais para serem explorados fisicamente, pois, como não compreendiam a língua portuguesa, não lutavam para ter seus direitos trabalhistas reconhecidos e eram submissos. Os Pindaíbas eram vistos como seres primitivos pelo advogado, prontos para realizarem trabalhos que exigissem muito esforço físico. Segundo o narrador, o advogado, ao ver a

tribo, logo, pensou:

Topara trabalhador ideal para o campo: forte como um burro filho de jega, sóbrio na comida, pois com um fiapo de bucho de boi, três punhados de crueira e uns goles de café eram capazes de segurar aqueles músculos de laminas de trator. Ligada a chave da ordem, podiam ficar lá no mato, nem precisava fiscalização. Nem eles tinham condições de parar. Quando em vez levantavam a vista, conferiam o horário no caminho do sol e baixam os olhos na enxada, no facão, na estrovenga, enxadeta, machado, panca. Quase tinham na cachola as horas marcadas, assim como os galos cantavam. Chovesse escuro ou clareasse o sol nos verões. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 54).

A força física dos indígenas era utilizada para serviços explorados. Eles trabalhavam o dia todo, sem férias, nem feriado, escravizados pelo fazendeiro, além de serem vistos como “gente bem mandada” (p. 54), que servia para a utilização de sua força física para a servidão/escravização. O narrador mostra a herança escravagista no momento em que descreve a exploração indígena; e doutor Esequiel, com o olhar de branco colonizador, via os Pindaíbas como sujeitos próprios para serem colonizados.

Como percebemos, *Machombongo* é um romance que representa a vida dos miseráveis de maneira reflexiva e clara, uma vez que estes se constituem de posseiros que foram desterritorializados, lavradores, camponeses, migrantes, indígenas e, até mesmo, os ativistas e a comunidade eclesiástica. Todas essas personagens eram subordinadas pelo coronel e pelos militares, e viviam com medo, mas a opressão não os impedia de lutar por seus direitos.

### **3.3 Os espaços e a cultura: uma distinção entre fazenda e roça**

Os espaços apresentados em *Machombongo* delineiam uma época em que o cacau era considerado o fruto de ouro na região, por trazer riquezas e prosperidade para os seus produtores. Na obra, o narrador discorre os fatos e, simultaneamente, registra um período em que as desigualdades sociais da região se tornaram mais visíveis, uma vez que o cultivo do fruto trouxe, por um lado, abundância de capital para os latifundiários, e, por outro lado, pobreza e escassez para os lavradores. A ambientação e os espaços são descritos desde os tempos em que havia a mata originária, a qual, logo após a chegada dos desbravadores, foi derrubada para o cultivo do cacau. Segundo o narrador, ali era:

Tudo mata e o riscozinho da estrada de tropa no oco da mata. Da florada em florada do pau-brasil da porta, salvo da primeira derruba, passava o lote, levando a mercadoria de Jequié, para a Comissão, depois Dois Irmãos, lugarejo dali a cinco léguas. O rio das Contas pertinho, espreguiçando-se nas águas, sem pressa de chegar, molhando a mataria cheia de bichos, tapuia e sem estória de homem galego. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 226).

Como percebemos, o narrador conta os fatos mostrando que, antes do período colonial, a região era só mata, e, por isso, ainda não havia “estória”, relatos de galego/colonos para se registrar, e isso nos remete ao passado do território brasileiro. Mas, com a chegada dos desbravadores, houve o desmatamento da flora originária, e as terras passaram a ser utilizadas para o plantio do cacau. Logo, em seguida, o narrador, aponta para o presente, o que denota o crescimento da lavoura em que “derruba mata e planta cacau todo ano” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 103).

Partindo da ideia do tempo presente na narrativa, temos o crescimento da lavoura na região sul da Bahia, a qual “passou a ser vista como um *Eldorado*” (ROCHA, 2008, p. 13). Tal crescimento contribuiu para o desenvolvimento e para a modernização da região. Assim, segundo o narrador, com a perspectiva de futuro, o governo providenciou a construção do “trecho de estrada de ferro ligando Jequié a Rio Novo” e a “ligação férrea Brasília-Porto de Marau” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 21), o que versa acerca do processo de implantação das mais importantes vias férreas do Estado da Bahia. A construção das ferrovias, no território baiano, transmite uma visão política e expansionista da época, a qual considerava o transporte ferroviário como uma ponte que ligava as zonas produtivas do interior com os portos do litoral e facilitava a comercialização.

Nesse cenário de modernização, Euclides Neto apropriou-se do fluxo de acontecimentos do Brasil e da região cacauzeira, e os ficcionalizaram, assim como fizeram os escritores da década de 30, no Nordeste, que buscaram descentralizar o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, dando visibilidade e reconhecimento à região Nordeste em seus aspectos cultural, literário e artístico. Com textos de caráter sociológico e de denúncia às mazelas vivenciadas pelo povo nordestino, tanto Euclides Neto como os escritores da Geração de 30, malsinaram as desigualdades e as injustiças enfrentadas pelos pobres. Nesse sentido, há, em *Machombongo*, trechos que revelam as agruras sofridas pelos trabalhadores na lavoura:

Rogaciano mantinha o grupo fechado, no meio da fazenda, morando em casas de palha, perto umas das outras – pequeno arruado. A cada um permitia pequeno taco de terra onde plantavam mandioca e milho, criavam galinhas, armavam arapucas e mundéus. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 62).

Os agregados moravam de favor na gleba do fazendeiro em casebres feitos de palha taipa e indaiá. Mas, esse favor do patrão, como postula Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do oprimido*, era compreendida como uma “falsa caridade” dos fazendeiros para manter os trabalhadores oprimidos e explorados em suas terras (FREIRE, 1995). A organização da moradia dos lavradores servia para o proprietário mantê-los aglomerados na subalternidade e na servidão.

Os trabalhadores rurais de *Machombongo* partilhavam de uma vizinhança com problemas comuns, como a miséria, a fome, a exploração e a opressão. A respeito dos problemas coletivos vivenciados pelos miseráveis, chamamos, aqui, o pesquisador Luciano Barbosa Justino, o qual esclarece que o “lugar-comum” representa a vida coletiva e marginalizada dos pobres. Esse lugar reinventa as identidades e os pertencimentos dos seres nos espaços excluídos (JUSTINO, 2012).

A partir dessas descrições, enfatizadoras do modo de vida dos trabalhadores rurais, que compartilhavam de suas misérias no mesmo local, temos o conhecimento dos espaços na narrativa, os quais contribuem para que nós, leitores, conheçamos as desigualdades sociais existentes na lavoura. São esses espaços apresentados no texto que dão possibilidades às personagens de se movimentarem e de nos levarem a conhecê-los. Essas descrições, como já mencionamos, apoiados em Borges Filho (2007), colaboram para que tenhamos a noção do lugar que as personagens se encontram ou caminham. Nessa acepção, para exemplificarmos os espaços na narrativa, apontamos, aqui, para o grupo de trabalhadores morando no fundo da fazenda, “pela mata, sabia-se que chegara visita na sede” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 147). A moradia na mata já direciona para a ideia de lugar afastado, o fundo da fazenda, que é também compreendido como espaço de exclusão dos menos favorecidos, que, apesar de presenciarem o movimento na fazenda, não lhes era permitido transitar por todo o território, restringindo-se apenas no roçado.

Nesse sentido, percebemos que, para os lavradores, era limitado o espaço permitido para sua transição, obedecendo aos espaços entre fazenda e roça. As desigualdades são

expostas pelo narrador com a distinção entre “fazenda”, propriedade de Rogaciano, e “roça”, local de trabalho e de opressão dos agregados, os quais viviam na miséria. A respeito dessa distinção entre “fazenda” e “roça”, o pesquisador Júlio César Pereira Borges, em sua tese de doutoramento, cuja pesquisa está intitulada como *Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território*, mostra a organização espacial que existe no campo, onde a fazenda é o local de residência do proprietário e a roça é o local da lavoura, do plantio e, principalmente, o espaço onde os trabalhadores transitam. Esse autor aponta a hierarquização que está presente no campo, configurando a marca das desigualdades sociais, estas que começam pela classificação dos nomes “fazenda” e “roça” (BORGES, 2016). A diferença entre “fazenda” e “roça”, na narrativa, é registrada pelo narrador a partir de situações ou lugares que lembram as desigualdades sociais, como, por exemplo: “a fazenda reformou-se: novos cômodos, puxadas, salas rasgadas, sanitários internos, ficando em condições para receber governadores e senadores” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 44). A fazenda era o espaço privilegiado, com vários cômodos confortáveis, espaço para realizar reuniões, representando o “novo”, o mostrável.

Em contraponto ao luxuoso e confortável espaço da fazenda, estava a “roça” ou “Roçado Grande” (p. 153), assim chamado pelos lavradores, por ser uma extensão considerável de terras utilizadas para o plantio do fruto de ouro. Na roça os agregados trabalhavam, plantavam e colhiam para a produtividade do fazendeiro. Segundo o narrador: os trabalhadores “[...] estavam bandeirando cacau, já na hora de largar o serviço, tardinha encapotada de chuva. Saíram todos da roça e pegaram a batida de casa” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 76). A “roça” refere-se ao local de trabalho, a parte detrás, os fundos do território “fazenda”. Assim, temos “fazenda”, simbolizando o “moderno”, e a “roça”, simbolizando a parte dos fundos, o “atraso”, onde prevalece a servidão e a opressão. Nesse cenário de organização entre “roça” e “fazenda”, compreendemos os espaços na narrativa. Blanchot (2003) aponta a presença do espaço na literatura como uma maneira de desvendar o silêncio, a fala humana, a localização, relacionando-se com a realidade. É a descrição dos fatos e da natureza, por meio de palavras, que revela e instiga lugares e imaginações.

Além da distinção entre os espaços fazenda e roça, compreendemos que o fazendeiro, por estar numa posição privilegiada e ter poderes de mandos e desmandos, para o crescimento de seu roçado, expulsava os moradores das terras vizinhas, sendo eles

lavradores ou pertencentes a uma classe menos favorecida. Essa tomada de terra do coronel era feita por meio de violência, através de seus jagunços. Acerca dessa assertiva, segundo o narrador: “chegaram armados e quase puxaram o doente por uma perna como porco. [...]. Cada revólver que não tinha idade. Gente cheia de asa” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 194). Portanto, como exposto, os jagunços chegavam armados e expulsavam os moradores de seus lares.

Do mesmo modo, aconteceu com outro morador, vizinho da fazenda Ronco D'Água, Januário, que fora adquirindo dívidas com o fazendeiro e culminou como agregado de Rogaciano. Essa forma de contrair dívidas com o latifundiário é uma estratégia do coronel para a tomada de terras, pois, com o aumento da dívida, as terras são utilizadas para o pagamento. Segundo Deleuze e Guattari (1995), ao perder suas terras, o sujeito torna-se “errante”, “sem lugar” onde possa dizer que é seu.

Ao ser desterritorializado, o lavrador empobrecia, perdendo sua identidade, uma vez que esta última articula à ideia de pertencimento. No que tange à questão da identidade e do pertencimento, Tomaz Tadeu Silva, em seu livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, discorre sobre o lugar e o pertencimento, pois os seres humanos são identificados a partir do espaço em que vivem, e são marcados pela cultura, pelos saberes, por crenças e valores peculiares desse meio (SILVA, 2012). Todavia, quando ocorre a perda desse espaço, conseqüentemente, ocorre a perda identitária. Como exemplo temos o seguinte fato narrado:

Ali chegava Januário: sem fazenda, sem as vacas borralhas de vinte arrobas, viciado na bebida que agora o amigo exigia que deixasse, a fim de poder trabalhar com ele. E pobre, fazendo só o que sabia: chofer e rapaz de recado. De inteira confiança. Evidente, que o tratamento mudava de tom: de início de igual para igual; depois, de credor para devedor insolúvel. Por último, disposto a ouvir esporro e grito como qualquer Zé da Noite. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 184).

Os moradores das fazendas vizinhas adquiriam dívidas através dos comércios do fazendeiro ou por empréstimos e jogos. Enquanto aumentavam as dívidas, Rogaciano os chamava de amigos, como aconteceu com Januário, que, por ser considerado “amigo do deputado precisava frequentar as rodas de jogo dele” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 184). Ao tentar levar uma vida de amizade com o deputado, Januário foi obtendo dívidas, contudo, como forma de pagamento, perdeu suas terras para o deputado.



O narrador apresenta outros acontecimentos, como as tomadas de terras das fazendas vizinhas à Ronco D'Água: os dois capangas “Guimá e outro. Dizem que foi mandado pelo seu Rogaciano. Chegaram armados” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 194) e expulsaram o posseiro de suas terras. Como vimos, o lavrador era expulso de sua moradia de maneira violenta, sem que o coronel tivesse algum documento de posse de terras. Ao tomar as terras dos pequenos produtores, para o crescimento de sua lavoura, o fazendeiro, movido pela ganância, deixava os lavradores sem moradia. Suas ordens eram para “derrubar casa de posseiro a trator, queimar as madeiras dos roçados até alvejar branquidão de cinzas” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 214), a fim de deixar o local desabitado para a plantação da lavoura.

Sem moradia e sem lugar para onde ir, “a noite rolava fria. Os homens dormiam na mata, sob as árvores, roupas rasgadas, descobrindo a carne, o vento de agosto cutucando os nervos” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 280). E esse era o início que marcava o processo de empobrecimento desses sujeitos. Como vemos, os desterritorializados chegavam à situação de miséria e sem outros meios de sobrevivência ou outras oportunidades, eles pediam emprego ao fazendeiro, submetendo à exploração e às agressões físicas praticadas pelo proprietário.

A desterritorialização exigia dos miseráveis uma nova reterritorialização, ou seja, o ato de se reinventar para sobreviver, que pode ser compreendido como o processo de agregação em terras que, um dia, foram suas. Milton Santos, em seu livro *O espaço do cidadão*, argumenta que o processo de reterritorialização, que se caracteriza pela busca da sobrevivência em novos lugares, novas terras, ou, até mesmo, no próprio local que, um dia, lhe pertenceu. Isso acontece porque a desterritorialização implica na separação do território e de suas “raízes”, ou seja, o ser humano perde seu vínculo de pertencimento, e a reterritorialização remete à criação de novos vínculos (SANTOS, 1987). Deleuze e Guattari (1995) também chamam nossa atenção para essa questão: o sujeito desterritorializado precisa buscar novas formas de sobrevivência, novas reterritorializações.

Em meio ao processo de desterritorialização e de reterritorialização, estavam as crenças, entremeio a esses espaços de perdas e de ganhos. Era notória a crença nos santos católicos, pois, no meio rural, o catolicismo se faz mais presente. A esse exemplo, temos a cena em que Rogaciano, no momento em que uma de suas mulheres, a cigana, estava

dando à luz, o deputado recorreu a Nossa senhora do Parto para pedir proteção para a esposa. O que percebemos é que, nos momentos difíceis ou preocupantes, a população da região recorria aos santos de sua devoção para pedir ajuda. O ato de acender velas também era comum durante as rezas, como afirma o narrador:

O próprio deputado buscara uma Nossa Senhora do Parto de um correligionário de Tesouras. A Santa, na sua beatitude, testemunhava a fé do político na dúzia de velas das grandes, tamanho de varas, que se derretiam aos pés da cama na entrada do quarto, onde a alfazema noticiava parição de menino. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 46-47)

A devoção aos santos era praticada por todas as classes, o que é comprovado na cena em que o deputado buscou uma santa de sua devoção e acendeu velas para ela, pedindo bons resultados ao parto. Havia, também, incenso de alfazema como uma forma de purificação do ar e limpeza do ambiente, o que representa uma sincretização de crença, tanto dos santos como de outras religiões de matriz africana, em que o uso do incenso ou de purificadores é comum em seus rituais. (BRANDÃO, 1986). Evidenciando a crença católica na região sul baiana, segundo o narrador, era comum que a população daquele local guardasse os “dias santos: Bom Jesus da Lapa, Santa Luzia, Santo Onofre, Semana Santa, sem falar os domingos” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 144). Esses santos faziam parte da cultura daquele espaço e de seu povo.

Diante desse clima de religiosidade e devoção aos santos, os pobres também praticavam a fé, participavam das festas religiosas, em comemoração aos santos. Nesse momento, pobres e ricos se encontravam em união para realizarem suas orações. O festejo era grande, com comidas típicas e cantos que representavam as tradições da região. Todos os anos, os moradores sul baianos frequentavam as festas religiosas. Assim, de acordo com o narrador:

Festa grande. A maior de todas. Até mais que a de São João era a passagem do senhor Bispo: a Santa Missão. Chegavam os cavalos, trazendo os vaqueiros, os carros de bois com famílias, a meninada da safra do outro ano. Quartos de reses sangrando nos ganchos. Comida para todos. Festaça, depois o quebra-pote, pau de sebo. A mulinha de ouro. O bumba meu boi. Sem cachaça. Depois de tudo, as noites voltavam ao descanso e os dias ao seu trabalho. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 214-215).

O que percebemos é que as festas religiosas, além de serem um marco na cultura

sul baiana, era um dos momentos em que toda a população se reunia para louvar, agradecer e fazer seus pedidos aos santos de sua preferência. As homenagens religiosas eram marcadas, praticamente como o único momento em que todos os moradores da região se encontravam no mesmo local, pois todos ali presentes tinham as mesmas finalidades, praticar a crença. Nesse momento, os trabalhadores poderiam se afastar, temporariamente, de seus afazeres, para prestarem homenagem aos santos.

Em se tratando dos agregados da Ronco D'Água, além das comemorações religiosas, outros momentos em que eles se encontravam em clima de festividade sucediam quando havia festas na fazenda, com “dança de dois dias. Churrasco [...] conjunto musical vindo de fora, hospedado em casa. Rio Novo em peso” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 57), apesar de não participarem diretamente do festejo, “os trabalhadores andavam pelo pátio mais descontraídos, sentindo os ares da alegria mesmo sem comer, nem beber” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 102).

As festas religiosas, como percebemos, apresenta um dos momentos mais marcantes da cultura sul baiana, pois reúnem os agregados, os miseráveis, os fazendeiros, os políticos e os religiosos. Entretanto, esse era um dos poucos momentos, como já mencionamos, que os miseráveis se divertiam. Essas festas, além de registrarem a cultura sul baiana, era um momento de festividade, e, por isso, durante os dias comemorativos, todos os moradores da região participavam.

Assim, temos, em nossos estudos, com as leituras e compreensão da obra, a compreensão da existência do desaparecimento das distinções entre as classes sociais, no momento da devoção e da credibilidade aos santos, pois, ali, havia uma aproximação “igualitária” entre a classe dominante e os menos favorecidos, por ser um dos momentos em que todos participavam das festas e praticavam suas crenças. Dessa forma, percebemos que Euclides mostra, na narrativa, a cultura, e, principalmente, de maneira artística, que os miseráveis também tinham seus momentos de diversão.

Desse modo, seguindo a ideia de representação dos pobres, sua exclusão na sociedade e a miséria em que viviam, no próximo capítulo, analisaremos a vida sofrida e oprimida das mulheres subalternas da lavoura cacaueteira. Junto com essas mulheres, mostraremos a exploração da mão de obra infantil e indígena, ressaltando que, embora os tempos se modernizassem, a região sul baiana foi formada pelo patriarcado, e as mulheres não eram valorizadas, além de sofrerem exploração sexual, desvalorização no trabalho.

O registro dessa desvalorização aponta a hierarquia verticalizada, em que o homem recebia um salário, ainda que baixo, era um pouco melhor que o da mulher, e esta, ainda recebia mais que as crianças, e, por último, com um salário de miséria, estavam os Pindaíbas.

## CAPÍTULO 4

### **MULHERES E CRIANÇAS: representações da violência em *Machombongo***

*O sertão nordestino sobre o qual nos debruçamos aqui não existe mais. Hoje, só é conhecido por ocasião das secas e pela população de crianças famintas e esqueléticas. [...].*

*Ali se gestou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre “brancos” e “caboclos”.*

(FALCI, 2018, p. 242).

#### **4.1 Uma breve discussão sobre as mulheres e as crianças da região Nordeste**

Neste capítulo temos como propósito um estudo acerca das figuras feminina e infantil presentes no romance. Averiguamos a maneira como as mulheres pobres e as crianças eram tratadas na região cacauzeira do sul da Bahia, no período ditatorial. Apresentamos acontecimentos que evidenciam a violência, a exploração e a humilhação que essas personagens sofriam na lavoura. Ao primeiro grupo, as mulheres, analisamos a forma como a sociedade patriarcal buscava mantê-las na submissão aos homens, além de estarem sujeitas à violência sexual. Já sobre segundo grupo, as crianças miseráveis, investigamos a exploração que sofriam na lavoura, e que, ainda, de forma mais agravante, não tinham acesso à educação sistemática. Diante de tais situações, buscamos compreender a subalternidade dessas personagens no meio rural.

Para um melhor esclarecimento acerca do despautério vivido pelas mulheres e crianças pobres da lavoura, iniciamos nosso capítulo mostrando a questão da violência, a qual é representada de várias formas, e, como já mencionamos no capítulo anterior, uma das formas era a tortura praticada pelos militares, como repressão aos comportamentos e pensamentos diferentes daqueles estabelecidos pelas autoridades. Ao tratarmos da questão da violência praticada pelos militares, percebemos que esta tem uma finalidade, a de repressão que evidencia o autoritarismo. Nesse sentido, recorreremos ao pesquisador Ferreira Júnior (2000), para esclarecermos sobre o terror gerado pelos atos violentos que foram implantados pelo regime militar, cuja finalidade era subordinar a população ao autoritarismo e abuso de poder.

Ao mencionarmos sobre a violência presente na sociedade, a partir das perspectivas das relações de poder, citamos, aqui, José Vicente Tavares (1996), que instiga-nos à reflexão a respeito das inúmeras violências existentes no meio social, e que podem ser

distinguidas como a violência política, a de gênero, a sexual, a racista, a classista, entre outras, que mapeiam a história e expõem resultados do autoritarismo, abuso de poder e relações verticalizadas, em que um grupo considera ter poder sobre o outro. Esse autor ainda afirma que a violência é sinônima do excesso de poder social, que uma determinada classe possui, por não reconhecer o outro como cidadão, a pensar, agir e até pertencer a um grupo ou classe diferente. Esse cenário faz referência às desigualdades de oportunidades de vida em relação ao trabalho, à saúde, à educação e à habitação.

Partindo dessa reflexão acerca do autoritarismo e abuso de poder, que resultam na violência social, averiguamos que os atos de atrocidades se revelam a partir de agressões físicas ou verbais, utilizadas como coerção e repressão ao outro. Nesse sentido, tais violências podem acarretar em graves problemas psicológicos, como medo e angústia, ou em problemas sociais como rivalidades, homicídios, torturas e aniquilamento dos direitos do outro, daquele que pertence à classe menos favorecida.

A partir dessas premissas sobre as várias formas de violência que existem no meio social, buscamos, com a leitura e análise de *Machombongo*, em que o narrador descreve várias cenas de violências sexuais e de exploração às personagens oprimidas, como as mulheres e as crianças miseráveis da obra, entender o conceito de empatia, que nos mostra a capacidade que temos de nos colocarmos no lugar do outro, por meio do imaginário, e, com solidariedade, tentar ajudá-lo. Nesse caso, dialogamos com Eagleton (2013) acerca da reflexão sobre a empatia, que pode ser compreendida como a vontade que uma pessoa tem em ajudar o outro. Esse autor relaciona o sentido de empatia, alicerçado da definição de *catarse*, definida por Aristóteles como a reação do espectador ou leitor diante de um acontecimento penoso que gera piedade a determinada personagem.

Nesse sentido, as leituras e análise de *Machombongo* levaram-nos à compreensão e reflexão acerca das cenas de violência descritas na obra, principalmente, contra as figuras feminina e infantil, que aparecem no romance. Diante desses estudos, compreendemos que Euclides Neto, escritor engajado, buscou descrever sobre as mulheres e as crianças miseráveis que trabalhavam na lavoura cacaueteira. O intuito do autor era dar voz e reconhecimento a essas trabalhadoras rurais e a essas crianças, que passavam o dia nas lavouras e sofriam violências, injustiças, por serem consideradas inferiores aos homens, além de serem “invisíveis” no trabalho no campo.

Seguindo as ideias marxistas de igualdade entre os seres humanos, que Euclides

Neto representou como político e escritor, percebemos que a vida das mulheres e das crianças de *Machombongo* é marcada pelo sofrimento, pela violência, pela exclusão e pela pobreza. As mulheres miseráveis, além de trabalharem fora, cuidavam do lar e da educação de seus filhos, e estes, desde crianças, já começavam a ajudar nas despesas da casa, indo para as lavouras junto com os pais. Apesar de existir a invisibilidade desses dois grupos nas lavouras, eles estavam ali presentes, trabalhando em troca de míseros salários, para conseguir comprar alimento e sobreviver às adversidades geradas pela má distribuição de capital, que resultava nas desigualdades sociais, e, conseqüentemente, na marginalização dos menos favorecidos.

Em relação à existência das mulheres e crianças na lavoura, recorremos a trechos na obra para esclarecermos essa questão. Segundo o narrador: havia, na fazenda Ronco D'Água, “trinta e tantas moças, casadas, amasiadas e meninos que enfiavam semana atrás de semana, limpando cacau” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 147-148). A servidão das mulheres, bem como das crianças no plantio, existia, pois, com o baixo salário do homem, este que era o provedor da casa, havia a necessidade de elas e de seus filhos trabalharem para ajudar no sustento da família. Integradas à miséria e à exclusão social, essas mulheres e essas crianças buscavam oportunidades que lhes garantissem a sobrevivência. Por essa razão, muitas vezes, submetiam-se ao trabalho no campo, juntamente com os homens, para interesses comuns: conseguir remuneração complementar para suprir as carências e necessidades básicas à sobrevivência.

A presença dessas guerreiras, casadas ou solteiras, e de meninos e meninas, nas plantações de cacau, despertou em Euclides Neto a vontade de representar, em seus textos literários, a vida desses sujeitos miseráveis, que trabalhavam na monocultura do fruto de ouro. O autor escreveu, representando esses dois grupos, para denunciar a exploração da mão de obra feminina e infantil e a desvalorização de ambas nas roças de cacau. Em relação a essa desvalorização, Maria Ignêz Silveira Paulilo, em seu texto “A mulher e a terra no brejo paraibano”, argumenta que, por ser considerada uma atividade “leve”, e caracterizada como a ajuda aos homens, por ter de arrancar o mato miúdo e adubar o solo, embora com a mesma quantidade de horas na lavoura, as mulheres e as crianças ganhavam menos que os homens, estas recebiam a metade do que eles auferiam durante o dia trabalhado. Isso acontecia porque os homens realizavam as atividades consideradas “pesadas”, como roçar, derrubar o mato grosso, árvores, com o machado e foíce, cavar e



preparar a terra para o plantio (PAULILO, 1982).

Embora as atividades das mulheres, na lavoura, fossem consideradas “leves”, por consistir em tirar o mato pequeno do meio das plantações, não concordamos com essa expressão, “leve”, que os fazendeiros apregoavam como justificativa para pagá-las injustamente, pois, de acordo com o narrador: a mulher “cozinhas, lavava, apanhava lenha no mato e ainda vendia o dia na safra de cacau” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 66), o que mostra uma jornada intensa de trabalho, além de cuidar dos filhos e do bem-estar do marido.

Ademais, o proprietário sentia-se feliz quando essas mulheres “pariam aqueles cabotezinhos”, que “sairiam machos e fêmeas aptos” no trabalho (EUCLIDES NETO, 2014, p. 66). Isso porque os filhos dos trabalhadores, por ficarem restritos no espaço da lavoura, e vivendo na miséria, tornar-se-iam futuros agregados, ou seja, mais mão de obra desvalorizada nas roças.

Ao pensarmos na desvalorização do trabalho feminino, buscamos a compreensão no conceito de gênero, que, segundo Maria Consuelo Cunha Campos, em seu texto “Gênero”, este vocábulo refere-se às identidades sexuais que são revestidas por papéis sociais. Tais papéis são determinados a partir da formação cultural do Brasil, constituída com base na ideia de hierarquização entre os sujeitos, herdada do período colonial. Com a divisão dos sexos, as mulheres passaram a ser subordinadas e oprimidas pelos homens, estes que as consideravam inferiores (CAMPOS, 1992, p. 111). Nesse sentido, percebemos que a história das mulheres e dos homens, na sociedade, foi construída com base na diferença biológica, e esse conceito foi incorporado na história como uma “verdade”.

Embasado nessa compreensão da diferença entre os sexos, Euclides Neto, em *Machombongo*, expõe as relações de gênero, o valor e a notoriedade aos homens, por se tratar, sobretudo, da venda da força de trabalho tida como privilegiada, enquanto as mulheres eram desvalorizadas e empurradas para a margem. Assim, buscamos fragmentos na obra, que representem essa exclusão, segundo o narrador: Rogaciano pensou sobre a agregada: “mando-a para o cochicholo, lá no fundo, sozinha e Deus, no ermo do roçado novo – um mundão de terras” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 147). O narrador evidencia a exclusão da mulher no roçado, visto que esta ficou alojada num casebre mais afastado, o que a deixava num isolamento no campo.

Nesse sentido, percebemos que Euclides Neto não deixa de explicitar a respeito das mulheres trabalhando nas lavouras, e, por meio da fala do narrador, compreendemos que muitas delas trabalhavam como os homens, nas tarefas árduas, como, por exemplo, a agregada Rosilda, no roçado, o fazendeiro “gostou do serviço dela no eito. Homem na enxada, a pesteadada” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 148). Ao se referir à mulher como “homem na enxada”, o narrador compara sua força física e seu desempenho ao trabalho masculino, uma vez que os homens são considerados, pela sociedade, mais fortes e aptos ao trabalho braçal. Ainda que as trabalhadoras realizassem atividades equivalentes as dos homens, eram consideradas como se tivessem força física inferior, o que servia de argumento dos senhores no momento do pagamento, com a finalidade de pagar-lhes injustamente.

Assim compreendemos que as mulheres das camadas menos favorecidas eram subordinadas aos homens, respeitando a hierarquia vertical em que o sexo masculino é privilegiado e o feminino não. Nesse sentido, vemos que a verticalização dos sexos, em território brasileiro, está pautada no poder masculino, o qual possuía a dominação e o controle do comportamento das mulheres em relação ao meio público. A ordem social hierarquizada era um sistema de poder comparado à escravidão, que manifestava autoridade do sexo masculino em relação ao feminino.

Nesse contexto, a literatura euclidiana representou essa verticalização de poder entre os sexos masculino e feminino e os ficcionalizou, descrevendo a submissão feminina no meio rural, bem como o trabalho infantil, que, além da exploração das mulheres, as crianças também eram exploradas no cultivo do cacau. Euclides descreve esses acontecimentos retirando elementos da realidade, que apontam a exploração humana e as desigualdades sociais, grafando-os na literatura, como uma forma de mostrar para a sociedade que existiram as situações de arbitrariedade e desrespeito humano nas lavouras do fruto de ouro.

Em relação à questão da mão de obra infantil nas plantações, segundo o narrador: “desde que os meninos aguentavam um cacumbu, já o pai levava ao eito. Ali, crescia no hábito da capina, entrando dia e saindo ano, sem machucar o juízo em outra coisa” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 61). Visivelmente temos, aqui, a representação da exploração de crianças na monocultura cacaeira. Os agregados, na busca para superarem as dificuldades enfrentadas com a miséria, levavam os filhos para ajudar no plantio e

também para receber um pagamento, mesmo que baixo, porém, auxiliava no sustento do lar.

O trabalho infantil na lavoura representava o não reconhecimento das crianças como sujeitos, uma vez que, sendo elas exploradas no trabalho, não dispunham de momentos lúdicos e não vivenciavam a infância. Para delimitarmos esse fato da infância, anulada pela exploração do trabalho, recorreremos ao teórico Philippe Ariès, em seu livro *História social da criança e da família*, o qual esclarece que, até o século XVII, as crianças não eram reconhecidas como sujeitos em desenvolvimento, pois eram consideradas adultas. Elas participavam de reuniões, bem como das decisões tomadas no âmbito familiar. Vestiam-se como adultas e eram vistas como seres prontos e acabados (ARIÉS, 2011).

É notório que a visibilidade das crianças como sujeitos entrou em discussão a partir de 1762, com a publicação do livro *O Emílio, ou da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, o qual aborda que o ser humano, apesar de ter seu desenvolvimento natural, está integrado em uma sociedade com regras já construídas. Assim, por meio da história de Emílio, personagem da obra, o narrador apresenta os seres humanos em seu desenvolvimento natural desde o nascimento até a idade adulta. Nesse sentido, o narrador mostra que Emílio, por ter crescido livremente, e vivenciado todas as etapas de sua vida, chega à idade adulta preparado para enfrentar os desafios propostos no decorrer da vida, pois já estava com maturidade para refletir e buscar soluções (ROUSSEAU, 1995).

Após a divulgação de *O Emílio, ou da Educação*, no final do século XVII, surgiram também as escolas na França, valorizando as crianças em sua faixa etária. Para comprovarem a existência e frequência dos alunos, as instituições de ensino exigiam documentos que comprovassem a identidade de seu alunado. Nessa época, houve a necessidade de criar registros para validar as matrículas nas escolas. As documentações exigidas pelas instituições eram papéis que comprovassem o nome e o sobrenome da criança e a idade, para distingui-las dos alunos maiores (os adolescentes), uma vez que estes frequentavam os colégios destinados a eles por estarem em outra faixa etária (ARIÉS, 2011). A partir do surgimento das escolas e dos documentos pessoais, sobreveio também a identificação das crianças como sujeitos infantes.

Entretanto, ainda em discussão com Ariès (1994), compreendemos que a infância foi descoberta na Idade Moderna, com a fundação de escolas. Nesse percurso,

depreendemos, também, que, embora esse reconhecimento desses sujeitos tenha acontecido no século XVII, no século XIX, por exemplo, era recorrente a existência de maus tratos, uso e abuso da mão de obra infantil no sistema fabril e da revolução industrial, ou em carvoarias no Brasil. No século XX, essa exploração do sujeito infante ainda persistiu, pois ainda encontramos crianças trabalhando nas lavouras.

Apesar do reconhecimento da fase infantil ter se consolidado no final do século XVII, a exploração desses sujeitos ainda estava presente no século XX, precipuamente nas lavouras, onde ainda existia/existe a prática comum do trabalho infantil, mostrando que ainda há meninos e meninas que não frequentam as escolas, e que não têm o direito à infância. Nesse sentido, o narrador esclarece que os meninos “cresceriam ruma de assustar” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 61) e continuariam ali, como agregados, trabalhando na lavoura.

Dessa forma, para uma melhor compreensão sobre a exploração feminina e infantil, na obra em questão, atentar-nos-emos, de maneira contundente, para as discussões em relação à miséria como uma das causas que levaram esses sujeitos a trabalharem nas plantações de cacau e buscarem sobrevivência perante a marginalização social no sul da Bahia. Partiremos, em princípio, da análise da figura feminina pobre, que vivia na região do fruto de ouro e trabalhava na lavoura, ou realizando trabalhos domésticos na casa do fazendeiro, e que, muitas vezes, estavam propensas a sofrerem abusos sexuais, por parte do patrão, para depois, debruçarmos sobre a maneira como as crianças pobres, filhas dos trabalhadores rurais eram tratadas no meio rural, além de averiguarmos a violência e a exploração desses sujeitos, nas lavouras cacaeiras.

#### **4.2 As mulheres, a miséria e a violência em *Machombongo***

As mulheres representadas na obra *Machombongo*, em sua maioria, eram pobres e em decorrência disso, precisavam trabalhar fora para sobreviverem. Elas procuravam, na fazenda Ronco D'Água, uma chance de emprego e moradia. Algumas delas possuíam muita beleza e eram alvos de violência sexual por parte do fazendeiro, outras realizavam trabalhos domésticos na casa de Rogaciano, e uma grande maioria ajudava na lavoura, conquanto fosse necessário resistir à opressão e à subalternidade.

Na época em que se passa a narrativa (período ditatorial), era “natural” oprimir as

mulheres para que estas permanecessem com o recato. Independente se fossem casadas, amasiadas, viúvas, separadas, solteiras, amantes ou ainda meninas, todas tinham como obrigação, por meio dos preceitos sociais, preservar o bom comportamento. Muitas das repressões vinham das próprias mulheres, que, com o intuito de “zelar” pelo bom comportamento alheio, julgava aquelas que tinham modos diferentes, como por exemplo, a viúva Mariá, que, após o falecimento do esposo “Joaquim Cana Tinta” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118), herdou uma grande fortuna e foi participar do grupo da Irmandade do Coração de Jesus. Todavia, no momento em que conheceu Esequiel, deixou a Irmandade para viver de forma livre, ouviu críticas e julgamentos de outras mulheres, e, assim, “valeu o amor temporão e os comentários maliciosos das beatas a respeito de sua vida desregrada de velha sapeca e vaidosa, depois que abandonou a Irmandade do Coração de Jesus para jogar-se aos braços do anticristo” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 120), o que representa a marginalização entre mulheres.

Ainda sobre Mariá, segundo o narrador, “dizem que tinha três vezes vinte” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 11) de idade, e “mesmo assim, andava faceira em pé de menina donzela, flor no cabelo, trejeitos de graciosidade” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118). Apesar da idade, percebemos que ela era uma mulher de boa aparência e vaidosa. Para revelar sua idade, o narrador utilizou a expressão “dizem”, com o intuito de mostrar sutileza, bem como para referir aos comentários a respeito da idade da viúva.

A espanhola (Mariá) era elegante, vaidosa e com charme. Frequentou a Irmandade do Coração de Jesus, grupo do qual ela deixou de participar, após se apaixonar pelo advogado Esequiel, que era bem mais jovem que ela, porém, encantava-se com “os seios seguros, as coxas na minissaia” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 119), o que nos leva a imaginarmos que a viúva era atraente. Em se tratando de partes do corpo sendo exposto ao uso da minissaia, pensemos no corpo como mostrável aos outros, o que pode despertar o interesse do outro, em conhecer mais aquele corpo. Nesse sentido, buscamos, no texto, “Corpo-dispositivo: cultura, subjetividade e criação artística”, de Jardel Sander (1998), o fato da exposição do corpo revelar a identidade da pessoa. Esse autor ressalta que o corpo-identitário remete às subjetividades identitárias articuladas às preocupações com o visível, com a imagem. Nesse sentido, tais preocupações de Mariá com a imagem de seu corpo são descritas pelo narrador da seguinte maneira: a personagem Mariá já havia se submetido “a quarta cirurgia” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 119), que a deixou com:

[O] rosto esticado feito couro de sapo. Os olhos, ainda mostrando o franzido, vendo assombração, as pestanas ralas de tanto sofrer esparadrapo, as cordas dos peitos fora do lugar, sobrando na cava do vestido (aí já dava para ver) e a perna mais parecendo um pião: secas embaixo e o volume todo na batata” 9EUCLIDES NETO, 2014, p. 119).

Como percebemos, o narrador faz descrições de uma mulher vaidosa, que se submetia a cirurgias plásticas, devido à preocupação com a imagem de seu corpo. Essas cirurgias, apesar de trazer danos como “as pestanas ralas de tanto sofrer esparadrapo” (p. 119), não era estorvo para que a espanhola buscasse ter uma boa aparência. No entanto, a vaidade e a busca pelo prolongamento da juventude representam aspectos da modernização do país. Sabemos que o Brasil havia entrado num processo de modernização e industrialização desde os anos de 1930, como mostra Holanda (1997). Ainda que estejamos nos referindo a um contexto ditatorial dos anos de 1960, considerando esse período um atraso à economia e à modernização do país, as mudanças sociais vinham acontecendo desde os anos 30.

Todavia, além das cirurgias plásticas, Mariá “gostava de vestidos nos coloridos exagerados e trancelins, pulseiras, argolas, anéis: um amontoado de ouro e brilhantes como se fosse um camelô de praça, a vender bijuterias dependuradas pelos cabides do corpo” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 119), esse modo da personagem se vestir e usar joias, além de mostrar que ela pertencia a uma classe social mais elevada, também propiciava interesses de parceiros ambiciosos, como Esequiel, por exemplo. O advogado, movido pela ambição, para se relacionar com a rica Mariá, dissera que “cansara da sua, a esbelta Carmélia” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118), porque “agora andava no faro” da “dona Mariá” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118).

Entretanto, Carmélia, após o marido deixá-la para ficar com a espanhola, teceu o seguinte comentário: “– Se ainda fosse uma mulher bonita, airosa, elegante e chique... mas aquela bexiga mole. Até me humilho...” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118). Carmélia comparou sua aparência física com a de Mariá, quando se referiu a ela como “bexiga mole”, o que mostra que ela, por meio de seu discurso, se considerava com mais beleza e juventude que a viúva, mesmo estando sendo “deixada” por seu marido.

O julgamento pelo corpo e comportamento era mais recorrente, quando se tratava da figura feminina. As mulheres eram julgadas pela sociedade, por meio da figura masculina, e entre elas mesmas. Assim podemos apontar que Carmélia se sentiu

humilhada por ser trocada por uma mulher mais velha, e esse era um dos motivos pelo qual ela pedia o desquite, pois havia sido trocada por “uma descendente de espanhola, vestida de babados e pelancas” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118).

Por outro lado, Esequiel, apesar de se separar da esposa para se relacionar com outra mulher, era visto, na sociedade, como “homem viajado, vaidoso do automóvel de cada janeiro” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 118). No entanto, não podemos esquecer que a fortuna de Esequiel foi adquirida através de acordos com Rogaciano, bem como por meio de seu envolvimento com Mariá, no período em que ela esteve no Rio de Janeiro submetendo-se às cirurgias plásticas, enquanto ele ficou em Rio Novo, “administrando as fazendas dela” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 119). Ao voltar para Rio Novo, a espanhola passou a escritura de suas terras para o nome do amado, comenta o narrador:

Dizem que foi no motel (substituto democrático do castelo de amor) que ele conseguiu passar a escritura para seu nome da fazenda Estrela da Campina, dentro do maior sigilo, chamando um tabelião amigo, para lavrar o instrumento, depois de promessas de amor e louca paixão. Há quem afirme que em tal alegre lugar só foi lavrada a procuração destinada ao mesmo fim. Ainda existe a versão de que nada disso ocorreu ali: tudo não passando de míseras bocas porcas. Quanto à compra da parte da área de lá do rio, pegada com Rogaciano, foi depois, quando a viúva não dispunha mais de gado, a capoeira comeu os pastos e não valia a pena conservar aquelas terras improdutivas (Deus seja louvado, diria ela mais tarde!). (EUCLIDES NETO, 2014, p. 120).

O narrador descreve a maneira como aconteceu a transferência das terras de Mariá para o nome de seu amado Esequiel, que, após o ocorrido da transferência de suas terras para Esequiel, Mariá não resistiu e morreu ao ser “abandonada pelo amante ingrato” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 120), o que nos leva a imaginar que o envolvimento do advogado com a espanhola foi apenas uma artimanha, para que ele se apropriasse de toda a sua fortuna e todas as suas terras, as quais estavam improdutivas, por falta de cuidados.

Todavia, quando mostramos as expressões utilizadas pelo narrador, como “dizem”, “há quem afirme” e “míseras bocas porcas”, que representam os moradores da região tecendo comentários a respeito da vida de Mariá, percebemos a peculiaridade e a estética da escrita euclidiana, a qual utilizava da linguagem regional para produzir essa veracidade no texto. Esse uso da linguagem regionalista faz com que consigamos perceber Euclides como um artista, que escreve para o entendimento do povo.

Já a figura de Esequiel representa o homem esperto, que tinha uma vida pública e

sabia dos acontecimentos sociais, e, por isso, com sua ambição, deixou o casamento para se envolver com outra mulher que possuía bens, fazendas e acúmulo de capital. Por outro lado, como observamos, as mulheres eram vítimas de preconceitos, de autoritarismo, por parte dos homens, e até de outras mulheres, que as julgavam, se caso alguma delas não seguisse as normas sociais de comportamento estabelecido pelos padrões sociais, como, por exemplo, o recato. O recato seria uma forma de controle do comportamento das mulheres.

A partir dessas descrições, percebemos que as mulheres estavam sujeitas às humilhações, aos julgamentos e os maus tratos. O ato de julgar a mulher pela aparência ou pelo comportamento está articulado à exclusão que existe no meio social e serve como apontamentos às atitudes “anormais”, que possam ser vistas como desvios de conduta moral e aos bons costumes. A exclusão seria o efeito da representatividade das estratégias de poder para expungir determinados modos que a população julgava estar fora das normas sociais (FOUCAULT, 2014). Assim, percebemos que o poder de controle sobre o outro existe na sociedade e é denotado como costumes, que, sutilmente, aparecem como boas condutas e hábitos (THOMPSON, 1998).

Um dos mecanismos de controle que resultou em costumes é o patriarcado, pois este está relacionado ao “machismo<sup>11</sup>”, e, conseqüentemente, ao domínio do sexo masculino em relação ao feminino. Os preceitos patriarcalistas, além de atuarem como sexistas<sup>12</sup>, são excludentes. O sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro *A dominação masculina*, explica a exclusão, apresentando-nos a dualidade entre os sexos masculino e feminino, realizando comparações a uma relação de oposição entre frio e quente, claro e escuro, frente e atrás e alto e baixo. Assim, os homens se justificavam como ativos, julgavam poder ter uma vida pública, enquanto as mulheres permaneciam no espaço privado, consideradas passivas (BOURDIEU, 2020). Essa divisão, abordada por Bourdieu, é construída histórica e culturalmente por meio das ideias que permitiam aos homens terem a liberdade de ir e vir, e que as mulheres, supostamente, não tinham, cabendo-lhes o “cárcere” no próprio lar. Essa privatização das mulheres originou-se a partir de conceitos que estão nas escrituras sagradas, as quais fazem as seguintes

---

<sup>11</sup> Obs: não adentraremos na questão sobre o machismo, apenas utilizaremos quando for necessário para exemplificarmos a submissão feminina.

<sup>12</sup> Chamamos de sociedade sexista, por valorizar um sexo sobre o outro, no caso, existe uma valorização do sexo masculino em relação ao feminino.



afirmações:

Vós, mulheres, submetei-vos a vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o Salvador do corpo. Mas, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres o sejam em tudo a seus maridos (BÍBLIA, EFÉSIOS: 5, 22-24).

A ideia/conceito de submissão das mulheres em relação aos homens é reforçada em outras passagens como:

Semelhantemente vós, mulheres, sede submissas a vossos maridos; para que também, se alguns deles não obedecem à palavra, sejam ganhos sem palavra pelo procedimento de suas mulheres, considerando a vossa vida casta, em temor. O vosso adorno não seja o enfeite exterior, como as tranças dos cabelos, o uso de joias de ouro, ou o luxo dos vestidos, mas seja o do íntimo do coração, no incorruptível traje de um espírito manso e tranquilo, que és, para que permaneçam as coisas. Porque assim se adornavam antigamente também as santas mulheres que esperavam em Deus, e estavam submissas a seus maridos (BÍBLIA, I PEDRO: 3, 1-5).

A subalternidade das mulheres para com os seus maridos aparece, como vimos, nas passagens das escrituras sagradas, para reforçar o conceito de costumes ligados ao “machismo”, que atribui poder aos homens e faz com que as mulheres sejam “submissas” e recatadas. Além de priorizarem o seu bom comportamento, elas precisavam manter-se com pudor para serem vistas como mulheres decentes, que deveriam cumprir o papel de “boas esposas”. Desse modo, fragmentos na obra revelam a subalternidade feminina, por meio do comportamento do deputado Rogaciano, o qual estava amasiado com três mulheres, e estas moravam juntas, na fazenda, cada uma em seus quartos, mas se uniam no momento das refeições, assim, com a mesa arrumada para o café, como mostra o narrador:

Chegou o deputado Rogaciano: escova nos dentes, a calça de pijama muito fina, a braguilha quase aberta, a barrigona ajudando a tapar as indecências, o cabelo esfarelado, formando um topete no meio da cabeça, reunindo a maior porção dos fios remanescentes. A espuma escorria pelo queixo, embranquecendo a pança. Falando de boca cheia, perguntou pelo café, mandou que estrelassem uns ovos de saqué e não esquecessem do cuscuz de milho. A cara já minava óleo, os olhos empapuçados de quem dormia o sono aflito dos gulosos. Atrás dele,

veio a cigana no gingado sensual, robe sobre a carne tesa, pés no chão, cabelos no desalinho da noite. Pedia copo de café.

Pouco demorou para que a outra mulher do deputado, dona Anália, surgisse na cozinha. Gordas, morenas carregadas, rostos de quarto crescente, palavras saindo dos lábios como passarinho foge de gaiola. [...]. Alguns meninos serviam-se e a terceira mulher do deputado, a Gertrudes, loura de fogo, apareceu de repente. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 82).

Como podemos ver, o fazendeiro mantinha três mulheres na mesma residência, na Ronco D'Água, e não era julgado ou apontado como bígamo, pelo contrário, era homem de prestígio na sociedade, “adulado pelo povinho miúdo e graúdo. Da lavadeira ao comerciante, dependendo de seus favores” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 22). Rogaciano “era simplesmente o Homem. Assim o identificavam nas conversas de porta de loja, no clube, nos bancos. O Homem chegou. O homem chegou. Olhe os capangas do Homem” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 73). Ele mandava e desmandava na região, por ser dono de uma grande lavoura de cacau.

Contudo, percebemos traços do patriarcado nas citações, pois havia a valorização do deputado, homem rico, que compunha a classe mais elevada da sociedade, e isso era um dos fatos de ter muitos prestígios e o respeito da população. Já suas esposas viviam na subalternidade, pois elas vinham de famílias menos favorecidas e precisavam aceitar o companheiro se relacionar com várias mulheres e manter a harmonia. Nesse sentido, no momento em que o deputado contratara mais mulheres para colocar morando na fazenda, amasiadas a ele, as outras que já estavam na fazenda, cumprido o mesmo papel, precisavam silenciar diante da situação, como mostra o narrador:

Quando as outras duas mulheres voltaram com os meninos, encontraram mais uma de quarto montado e regalias de rapariga inaugurada. Uma delas, a Anália, pretendeu escandalizar. Não adiantava. O deputado a poria no olho da estrada com os filhos e tudo. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 40).

O excerto exemplifica o privilégio masculino. Na medida em que Rogaciano se envolvia com alguma mulher, se esta fosse de seu interesse, após a relação sexual, a colocava em seu lar, junto com aquelas que ele já havia se amasiado. Entretanto, nenhuma das mulheres podia reivindicar, caso contrário, seriam expulsas da fazenda junto com os filhos e sem direito a nada. Olhando por esse ângulo, observamos que as decisões estavam

centralizadas nas mãos dos homens, o que lhes davam poder e confirmavam a ideia de superioridade. Já as mulheres, além de sofrerem injustiças, ainda não tinham o direito de reclamar e expressar qualquer pensamento contrário. Elas eram obrigadas a enfrentar e sofrer as humilhações em silêncio. Assim, perante a situação de opressão, “a cigana olhava conformada a cena” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 185).

O silêncio e o conformismo das mulheres de Rogaciano apareciam em várias outras situações como, por exemplo, em um momento de festa e comemoração política do deputado, para diversão e prazer de seus amigos políticos, médicos, empresários e advogados. Segundo o narrador, o deputado mandou trazer mulheres/meninas de todos os lugares, “as meninas escolhidas a dedo, vindas de pontos diferentes, até virgens viriam no mangote” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 18), enquanto as suas mulheres permaneciam no silêncio. O que percebemos, na citação, é a objetificação das mulheres para o prazer sexual dos homens, sendo elas de qualquer idade, e, até mesmo, virgens. O corpo feminino é uma forma de desrespeito, sem que seja visto como algo de errado, pois o que estamos nos referindo aqui é o retrato de uma sociedade patriarcal, que valoriza a figura masculina em relação à sujeição feminina, por se tratar do domínio de um sexo sobre o outro, devido à distribuição de papéis sociais (relações de gênero), que beneficia os homens e menoscaba as mulheres.

Nesse sentido, em *Machombongo*, além da representação das mulheres como “coisas”, ainda havia aquelas que criticavam as que se comportassem fora dos padrões, como foi mencionado anteriormente, como foi o caso de Mariá. Mas a obra revela outras cenas de mulheres apontando com julgamentos aquelas de não possuíam “bons modos”. A esse respeito, temos a cozinheira que precisava de uma ajudante, e que, quando Rogaciano contratou Margarida, uma adolescente de quatorze anos, para auxiliar na cozinha, Possidônia, a cozinheira, fez o seguinte comentário:

A moleca veio nova para me ajudar na limpa da cozinha... Nova, novinha, menina coçando os peitos. Tomava banho nua no fundo da chácara, na bacia do ronco d'água. Disse a ela: - Tu não toma banho nua que, um dia, teu patrão te pega a purso. Dito e certo. Lembro como hoje... Nega quente... deu lua antes do tempo. Parece que andava alvoraçada, gritando, cantando, pulando das goiabeiras, mastigando malagueta madura, olhando os bichos cruzando, qui, qui...cacá... cá, pois, naquele dia de tarde, ela tava dentro d'água e saiu correndo na chácara. Bem verdade que ninguém via, lusco-fusco, truvando. Só se tinha algum moleque ousado espiando das moitas. Moleque coisa

nenhuma, era o próprio deputado Rogaciano que chegava de Salvador e deixara as famílias dele em Esplanada. A negra berrava, corria, disparava, caía n'água no sem-modo. O homem desceu as escadas, entrou na chácara e daí a pouco não se ouvia mais grito nem canto nem pancada na corrente. Quando ela voltou tava murcha, desconfiada, olhar de franga abaixada... Tu viu, corna, vai levantar o rabo pra homem... vai. Achou pouco... Não era isso que tu queria? Agora tu quieta o fogo. A negra cresceu como pé de banana, ficou roliça, bonitota e o deputado fez roça em cima dela. E um filho, o Macário, aquele escuro, cabelo de arapué, beijoleta, que anda no meio dos outros como filho das mulheres de hoje. Nada disso. Quem pariu ele foi a negra Margarida, que depois foi ser rapariga na Distampina e de lá sumiu. Nunca mais se teve notícia. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 191).

As mulheres de classe menos favorecida, que fossem consideradas bonitas, sofriam com a exploração sexual do patrão. Desde novinhas, assim que começavam a trabalhar na fazenda, Rogaciano já ficava de olho, e, na primeira oportunidade, ele as obrigava a ter relações sexuais, como aconteceu com Margarida, que, após se tornar uma moça bonita “roliça”, o fazendeiro “fez roça em cima dela” (p. 191), o que nos leva à compreensão de que ele a abusava sexualmente, sempre que estava com desejo. Mas ela sentia o peso dessa exploração, e, por isso, “tava murcha, desconfiada, olhar de franga abaixada” (p. 191), mostrando todo o sofrimento e opressão gerados com a violência das relações sexuais.

Na fala de Possidônia, percebemos o julgamento que as mulheres recebiam da sociedade caso praticassem algum ato fora das regras, ou, até mesmo, quando eram violentadas sexualmente, como aconteceu com Margarida. A adolescente foi forçada a ter práticas sexuais com patrão, e a cozinheira ainda lhe disse “tu viu, corna, vai levantar o rabo para homem...vai” (p. 191), a frase soou como uma chamada de atenção, como se a culpa fosse da adolescente e não do patrão que a violentou. A palavra “corna”, expressa como um xingamento, uma forma de punir o outro, humilhá-lo e de rebaixá-lo. Nesse sentido, trazemos Foucault para lembrarmos que todo discurso é carregado de intencionalidades (FOUCAULT, 2014).

Os atos de violência do fazendeiro para com as trabalhadoras de sua fazenda ou da região não aconteciam somente por suas mãos, o deputado havia ganhado um cão treinado pelos militares para farejar comunistas em sua fazenda. Nesse ato de “farejar”, bastava uma só desconfiança do fazendeiro para o cão atacar, como aconteceu com a pobre agregada Mundica, que estava passando perto do proprietário, e este, para testar o animal,

Boa Praça, treinado por policiais, pronunciou a palavra comunista, e o cão pulou em cima da pobre moça e mordeu-lhe o seio. A violência bestial para com a mulher é compreendida como um ato animalesco (CESAR, 2003). Assim comenta o narrador:

- Vamos ver, Cacheado, se dizendo a palavra comunista ele pega mesmo. Segura bem a corrente. É só para experimentar.  
Já Boa Praça sacudia o seio, que mal inchava dentro da blusa de Mundica.  
- Diabo, não tive culpa, a palavra saiu sem querer. A filha de Zé da Noite gania de dores, mãos sobre o ferimento. Cacheado, você não segurou!  
- Bicho ligeiro deputado.  
- Deixa ver, menina.  
Mundica não queria mostrar o local da dentada.  
- Deixa ver, troço. Para roubar, não tem vergonha!  
- Besteira, mal arranhou.  
(EUCLIDES NETO, 2014, p. 299).

O diálogo representa a cena em que o cão Boa Praça, treinado pelos militares, ataca Mundica, filha do agregado Zé da Noite, e morde-lhe o seio. O ato de morder o seio remete-nos a uma cena de violência bestial, em que um animal violenta a moça de maneira pudorosa. Podemos considerar esse ato como um estupro do animal para com a agregada.

A violência “bestial” também aconteceu com a loira Gertrudes, uma de suas esposas. Rogaciano, após desconfiar que a loira pudesse estar lhe traindo com o seu filho Macário, disparou dois tiros contra o rapaz, nenhum dos tiros acertou o filho. Quanto à mulher, o fazendeiro a violentou sexualmente, cavalgou em cima dela como se fosse um animal pego à força. O ato violento era para servir de exemplo para as outras mulheres que ele se relacionava, na Ronco D’Água, e para que estas continuassem subalternas e exploradas sexualmente de maneira passiva. Assim, descreveu o narrador:

Rogaciano pediu a sela de montar bravo, jogou no lombo da mulher, passou-lhe a barrigueira. – Quieta, mula cavaleira! Guenta” melhor sela que um tiro no rabo. Selada, o deputado amarrou as esporas no pé e montou na estranha besta que arreou no chão, esmagada, grunhindo e gemendo. Tentava ele feri-la com as rosetas. [...]. – Vamos, mula baia! A taca franzia o vestido, levantando-o, deixando à mostra as carnes alvas já marcadas pelas chibatadas e o pontilhamento das chinelas. [...].  
(EUCLIDES NETO, 1986, p. 117-118).

A cena descreve o momento em que a mulher era violentada e animalizada, uma

vez que o deputado a comparava com uma mula. Ela era animalizada para mostrar o poder e o autoritarismo de Rogaciano, o qual não recebia punições por seus crimes cometidos, porque era amigo do Juiz, pois adquiria “o homem da lei, gostoso saber que o dinheiro dava para tanto” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 38). Assim, dono do poder, o fazendeiro violentava as mulheres e mantinha o domínio da situação e do corpo feminino.

Rogaciano, seguindo as práticas de abuso sexual contra as mulheres miseráveis, com comportamentos de um coronel, no momento em que se interessou por Matilde, a esposa do cigano que estava alojado nas proximidades da fazenda, mandou matar seu marido para que pudesse ficar com a mulher. Na primeira oportunidade em que esteve a sós com a cigana, o fazendeiro a pegou de maneira violenta, jogando-a na cama e a abusando sexualmente. Sem forças para reagir, a cigana cedeu. A cena faz com que imaginemos novamente uma atitude em que o homem-animal violentava a mulher. Nesse sentido, a mulher pobre era vista com um objeto de uso sexual do fazendeiro, que alimentava desejos por sua beleza. Segundo o narrador:

Dizem também que Matilde embrabeceu, chegou a zunhar o deputado com garras e dentes. Mas não suportou quando ele a pegou pelo braço, atçou-a sobre a cama e despejou os cento e lasca de banha sobre a formosura dela. Bem verdade que houve muito heroísmo. Nem as jumentas novas escoiceavam tanto, corriam tanto. Fora vencida que nem uma besta. E, como uma besta nova, aceitou o rufião, conformada. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 40).

Ao pronunciar a palavra “dizem”, expressão que é utilizada pelo narrador, durante alguns fatos peculiares, que remetem ao julgamento do comportamento do outro, apresenta como um discurso direto, que enuncia um juízo de valor sobre a personagem e retira de si toda a culpa e todo o peso do comentário em relação ao ato animalesco que Matilde sofreu. Com um jogo de palavras, o narrador comenta o fato sem se comprometer, e deixa subentendido para o leitor tirar suas próprias conclusões. Nesse sentido, a pesquisadora Linda Hutcheon, em seu livro *Teoria e política da ironia*, mostra que a ironia do narrador expressa que ele conta os fatos “não querendo dizer” (HUTCHEON, 2002, p. 8), dá a sua opinião, mas sem se manifestar de maneira direta e sem a culpabilidade do comentário. Todavia, não podemos esquecer que, apesar de o narrador utilizar a ironia, o ato praticado por Rogaciano, contra Matilde, foi violento e animalesco, uma vez que a obrigou a ter relações sexuais com ele.

Embora o deputado tivesse três mulheres, sempre que havia oportunidade, não deixava por menos, e abusava sexualmente das trabalhadoras de sua fazenda. Num momento de muita chuva, da “trovoada de Santa Bárbara trazendo água em bagos, tapando os caminhos” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 18), a trabalhadora Agripina, sem ter como voltar para sua casa, ainda “meninota, verde pepino, as pernas mais feitas de ossos e tendões de quem muito andava e pouco tinha na lata de farinha” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 18), o que mostrava a miséria em que vivia, e, por isso, já trabalhava na casa de Rogaciano, para ajudar no sustento da família. Mas, durante o temporal, segundo o narrador:

Na falta de mulher, já pela noite e meia, sob os protestos dos convivas ilustres, o gerente foi descobri-la na despensa, dormindo sobre um saco de feijão, enrodilhada. Não espantou de logo a presa. Trouxe o deputado Rogaciano, já enraivecido com a frustração da festa, programada dias atrás, ainda em palácio. Ficava desmoralizado nos seus domínios, onde não caía uma folha de cacau sem sua ordem. [...]. Com ira e acesos os instintos de bicho ouvindo trovões, sentindo o fartum do barro e os relâmpagos sangrando a escuridão. Agripina fêmea. O boi guzerá, um dia, escapuliu do mangueiro e o que viu de primeira foi uma bezerra de leite. Por mais que a bichinha fugisse, pressentindo o desastre, resultou no apanhado apertado canto da cerca. O deputado passou a chave na porta da despensa. Nem grito se ouviu. Quando ele acabou o serviço, ainda se queixava.

- Trem nojento. Nada para se segurar. Porqueira. Gosmenta ainda. Só ossos. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 18).

O deputado havia planejado uma festa para os políticos, médicos e advogados, porém, devido ao tempo chuvoso, a festa não aconteceu. Furioso, após seu gerente encontrar a Agripina dormindo na despensa, mostrou ao fazendeiro, que não hesitou, e “passou a chave na porta da despensa” (p. 18), e a violentou brutalmente, como um “boi guzerá”. Agripina ainda sendo uma menina, após sofrer aos abusos sexuais, o deputado ainda a chamou de “trem nojento”, e, devido à falta de alimento em casa, por causa da vida miserável e famélica que levava, o deputado disse “só ossos”. No momento do ato sexual, “Agripina sentiu as carnes se romperem” (p. 18), o que revela sua primeira vez tendo relação sexual.

Os estupro que o fazendeiro praticava contra as mulheres miseráveis eram constantes na fazenda. As meninas pobres, que trabalhavam na Ronco D’Água, estavam sujeitas a sofrerem com os abusos sexuais praticados por Rogaciano. Para o fazendeiro,

a idade das meninas não era de importância, pois violentou sexualmente Margarida, que tinha apenas quatorze anos, e Agripina, que ainda era menina. Essas meninas representavam a mão de obra juvenil na fazenda, gerada pela pobreza de suas famílias e pela falta de alimento em casa. Mas, ao trabalharem na fazenda, se encontravam frágeis e propensas a sofrerem com abusos sexuais.

Ainda sobre a violência contra as mulheres, no romance, Helena, moradora da região, também foi uma das vítimas de Rogaciano. Uma adolescente de 15 anos, a qual o deputado sentia desejos, porém a moça tinha medo do fazendeiro, homem que poderia ser seu pai. Após completar seus 15 anos, moça formosa, o deputado fez promessas em ajudá-la financeiramente, mas ela resistiu enquanto pôde. Helena ainda não pensava em ter uma vida conjugal, era apenas uma adolescente. Mas Rogaciano tentou, de várias formas, dando dinheiro para seus pais, que, sem saída, e vivendo na miséria, aceitaram. Assim, a cena foi descrita pelo narrador:

[...]. Via nele um homem que podia ser seu pai. Jamais um namorado, amante ou mesmo esposo. Nem, sequer, pensava ainda em juntar-se. Sentia até medo do homem, poderoso, decidindo a sorte de todos, amedrontando. Mas ele arregalava os olhos para a menina. Amolecia o olhar de varanda em cima dela. Sentia arrepios nos dois seios ainda verdes e doloridos. Certo dia, chamou-a ao escritório, ofereceu-lhe bom emprego como secretária, apertou bem a mãozinha e por um triz não a esmagou, debaixo dos cento e doze quilos de graxa, riqueza e sagacidade. Helena fugiu temerosa, assustada. Receou mais os olhos do bicho que as intenções do macho. Rogaciano ficou moribundo, alheio aos negócios, abatido. Chamou o pai de Helena, franqueou-lhe crédito a fim de ampliar a bodega, dinheiro batido para comprar retalhos de cacau e café. Prometeu açougue com fornecimento de gado. Achou que a moça poderia empregar-se bem, ganhando mais que uma professora. O homem agarrou ainda e voltou a casa, como menino volta da escola. Ficaria rico. Com a proteção de Rogaciano qualquer um iria à frente. [...]. Amava-a de verdade. E todo amor traz a marca da cerimônia, daí ser cauteloso nas investidas. Se fosse somente a fêmea, d' hoje que já teria resolvido a parada! Mas, não. Pretendia conquistar mesmo, sem violentá-la. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 23).

O narrador mostrou que o fato de Helena ainda não ter vida sexual ativa fez com que Rogaciano se casasse com ela, ao invés de violentá-la. Mas, apesar do fazendeiro ter feito a cerimônia de casamento, a união matrimonial “durou três filhos, falhando um ano entre os dois últimos. Helena não aguentou o fazendeiro jogando cartas até de manhã, a casa cheia de homens estranhos e até uma mulher ele trouxe, [...], botando por conta”



(EUCLIDES NETO, 2014, p. 26). Após reclamar da vida libertina do marido, e por trazer Gertrudes, “a loura de carnes frescas e cheirosas” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 28) para sua casa, o desquite aconteceu. Rogaciano simulou umas dívidas e “nem precisou [...] comparecer à audiência. Assinou tudo em casa, pagou os honorários do doutor Esequiel, sentiu um alívio [...] já de recibo em casa fornecido pelos simuladores [...]” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 28) Helena voltou para a casa de seus pais e ficou recebendo uma pensão por um ano.

Além da violência contra as mulheres, o deputado provocava atos libidinosos entre os Pindaíbas para o aumento da mão de obra “escrava” na fazenda. Logo que Caçula Pindaíba obteve sua menarca, aos doze anos, ao ver a indígena tornando-se moça, pensou: “a menina já podia se juntar. Virara mulher na outra crescente” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 66). Assim que a indígena ficou moça, o fazendeiro favoreceu o ato sexual com um Pindaíba jovem, e, segundo o narrador:

Foi quando Bartolomeu pulou sobre a Pindaíba, rápido, fungando, gemendo. Assustada, ela foi ao chão, a cabeça rodava, a água corria na fonte, fresca e farta. Morna e macia. Só se falavam em zumbidos e roncos, respiração amarrada, m’largue ôi, i... chi... empurrando-o com a cabeça que as vezes topava a dele. Ele forçava-a com os lábios grossos, levantando-lhe os seios. Caçula gemia, mais dócil, afrouxando os nervos, amolecendo as carnes. Bartolomeu procurando acertar onde era, sem saber. Poderoso ímã atraía os corpos para o lugar certo. Dois bichos procriando pela vez primeira, guiados somente pelo instinto. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 77)

A cena descrita deixa claro que ambos, os Pindaíbas, não estavam preparados para terem o ato sexual, porém, favorecidos pelo fazendeiro, inexperientes, pois, “Bartolomeu procurando acertar onde era, sem saber” (p. 77), o que remete a primeira vez de relação sexual do casal. Eles tiveram o ato consumado, e ela, para a felicidade do patrão, “apanhou barriga” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 66). Os Pindaíbas, cujo nome já simbolizava a miséria, representando a cultura indígena massacrada com a exploração, a servidão e a escravização, como mostra Saviani (2008), era um grupo que vivia na opressão. No romance, bastava uma Pindaíba entrar para a adolescência que o fazendeiro arrumava um jeito de acasalá-la com algum irmão ou primo, para aumentar a servidão na fazenda, e, assim, produzir mais cacau e mais riquezas.

Todavia, não podemos esquecer que o silenciamento e a objetificação das mulheres

aconteceram em todas as épocas sob a ótica masculina. Essa constituição da imagem feminina, com base no ponto de vista dos homens, vindo da formação da sociedade patriarcal, resultou no silenciamento e exclusão do sexo feminino.

Além das mulheres objetificadas pelo fazendeiro, havia em suas terras aquelas que eram trabalhadoras, apesar de não sofrerem a violência sexual eram exploradas na casa de Rogaciano ou na lavoura. Ao referirmos aos trabalhos domésticos, discorreremos a respeito das personagens femininas que precisavam trabalhar fora, estas que eram mulheres livres e miseráveis, mas que necessitavam exercer os desvalorizados trabalhos domésticos para sobreviverem. Nesse sentido, o serviço doméstico remunerado estava vinculado à servidão, à subalternidade e à escravidão, pois a sociedade via a figura feminina como alguém que, historicamente, foi educada para cuidar do lar e da família. A esse respeito, a autora Rachel Soibet, em seu texto “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, esclarece que as mulheres que viviam de maneira precária procuravam conseguir algum “trocado” para ajudar no orçamento da família. Como forma de conseguir a sobrevivência, elas trabalhavam nas casas alheias, colocando em prática o que haviam aprendido durante suas vidas, no que se referia ao trabalho doméstico. Por trabalharem fora, os homens pobres encontravam nelas um apoio, por isso, em sua maioria, eram casadas ou amasiadas (SOIBET, 2018).

Os trabalhos domésticos eram divididos entre Possidônia, a cozinheira de vários anos. Mulher obediente, fazia tudo conforme os mandos do patrão, porém, para ajudar algum trabalhador, ela não se dispunha, como, por exemplo, quando Deoclécia pediu se podia levar café para Zacarias, Possidônia respondeu que “não podia. Ele que arrumasse comida lá mesmo no porão” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 81). Além da comida, que Possidônia não permitia que desse aos trabalhadores, também não os fornecia panelas para prepararem seus alimentos, e dizia que, “havia latas vazias de óleo e nelas podia ferver água e cozinhar. Contanto que não apanhassem a lenha da casa. Fossem busca-la no mato” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 81). A cozinheira seguia a risca as ordens do patrão e jamais pensou ou refletiu sobre seus direitos trabalhistas, direito à férias e aos feriados”, apenas trabalhava longas horas e cumpria as ordens do patrão.

Com jornadas elevadas de trabalho e pouca remuneração, as mulheres, representadas na obra em questão, trabalhavam como podiam na fazenda de Rogaciano. O esforço físico era intenso, mas era preciso trabalhar porque o salário era baixo e não

garantia o sustento da semana toda. O narrador descreve a jornada de Deoclécia, a lavadeira que, após juntar várias trouxas de roupas das mulheres e filhos de Rogaciano, fora para o rio lavá-las, e, no final da tarde, sentia o cansaço:

Que alegria aquela lavadeira não experimentava ao chegar à tarde, mãos doloridas, braços moídos, quadris cortados do esforço de abaixar e levantar na labuta de estender as roupas, torcer lençóis, e suspirar o dever cumprido! E pela madrugada a fora, ainda fosse atender à agregada na hora de parir e, lá no casebre, ensinasse as companheiras, fazendo a sua pregação política, esclarecesse as coisas, contasse que as mulheres de outros lugares já ficaram livres deixando de ser mula de homem montar, que mulher tinha direito de receber o salário todo e não pela metade como a Ronco D'Água! Que mulher tinha o direito de ficar parada antes do parto e depois, ganhando o ordenado normal como se no sérico estivesse. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 156).

O excerto mostra o narrador ironizando o esforço de Deoclécia, ao dizer que a lavadeira sentia-se feliz em conseguir cumprir as ordens, apesar de estar com um cansaço físico exacerbado. Por outro lado, apresenta também que a felicidade da agregada vinha do término do trabalho pesado. No entanto, voltemos à ironia, que nos faz pensar a questão da intencionalidade do narrador. O ato de ironizar é uma forma de mostrar causas ambíguas, através do jogo de palavras que provocam no leitor reflexões acerca de um acontecimento social, que deve ser olhado com mais precisão e de maneira crítica (HUTCHEON, 2000). Assim, compreendemos que a “alegria” da lavadeira, após terminar de lavar aquela grande quantidade de roupas no rio, debaixo de um sol escaldante, era de ter cumprido a função, ter findado o trabalho. O narrador ironiza a gravidade da exploração física para com as trabalhadoras, apresentando-nos a exploração feminina, com o intuito de que prestemos mais atenção e reflitamos sobre a desvalorização da mulher no mercado de trabalho.

Além de ironizar a “felicidade” da lavadeira ao término da lavagem de roupas, o narrador também apresenta, de maneira crítica, que Deoclécia, após muito esforço físico, ainda precisava realizar um parto<sup>13</sup> pela madrugada. Assim, “quanto a parto que ela pode fazer, ajuda também, economiza até gasolina para levar a parturiente ao hospital” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 155). Devido aos conhecimentos de Deoclécia sobre partos, Rogaciano aproveitava para economizar com parteiras, pois não precisava pagar ao

---

<sup>13</sup> Adquiridos em sua graduação de medicina. Deoclécia estava na lavoura de cacau disfarçada de agregada, objetivando ajudar e conscientizar as trabalhadoras sobre a exploração e a submissão em que viviam.

motorista para buscar uma de fora ou levar a parturiente ao hospital. Os conhecimentos da agregada a respeito de partos era pertinente para a economia do fazendeiro. Como vimos:

Aí exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos, fundamentais na reposição diária da força de trabalho de seus companheiros e filhos; como ainda produziam para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem. Nessas moradias desenvolviam redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência de seus familiares. (SOIBET, 2018, p. 364-365)

Apesar da desvalorização do trabalho doméstico, as mulheres ainda eram exploradas e trabalhavam de maneira excedente ao seu horário. Assim, a lavadeira também exercia a função de parteira pela madrugada. Mas, apesar de aceitar trabalhar além do horário, a agregada tinha consciência da exploração em que vivia, e, assim, “esgarçada na alegria, trancada no ódio, esvaziava os sentimentos no painel do arame, na grama do quaradouro” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 141). Ela separava as roupas por cores enquanto refletia sobre a ausência de direitos trabalhistas, na Ronco D’Água. Todavia, sempre que Deoclécia encontrava uma oportunidade, reunia com as outras agregadas e falava dos direitos trabalhistas que toda mulher deveria ter. Ela conscientizava as outras trabalhadoras sobre seus direitos como cidadãs. Segundo o narrador, quando Deoclécia se encontrava a sós com uma agregada:

[fazia] a sua pregação política, esclarecesse as coisas, contasse que as mulheres de outros lugares já ficaram livres, deixando de ser mula de homem montar, que mulher tinha o direito de receber o salário todo e não pela metade como na Ronco D’Água. Que mulher tinha o direito de ficar parada antes do parto e depois, ganhando o ordenado normal como se no serviço estivesse. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 158)

Deoclécia conhecia os direitos das trabalhadoras rurais, e, com esse desejo de conscientizá-las a lutarem por eles, sempre que tinha uma oportunidade de conversar com essas trabalhadoras, comentava a respeito dos direitos trabalhistas, que elas, unidas, deveriam lutar por eles. A ativista, disfarçada de lavadeira, deixou sua vida na cidade, o conforto de seu lar, e o narrador indagava:

Quanto tinha deixado em honras, facilidades, bons honorários, as condicionado, praias, clubes, barcos, festas, amigos, parentes... Deoclécia [...] de onde provinha aquela força, que idealismo é aquele, responsável pela busca consciente do perigo! (EUCLIDES NETO, 2014, p. 157)

Nesse momento de indagação do narrador, percebemos o idealismo de Euclides, por uma sociedade mais igualitária, onde, até mesmo os médicos, como Deoclécia, vinda de uma classe mais elevada, juntaria ao povo na luta por seus direitos. Ainda continuam as indagações: “quantos ainda morreriam anônimos, torturados, até que o sofrimento de muitos construísse o grande líder!” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 158). Essas indagações e reflexões do narrador revelam o idealismo marxista de Euclides Neto, uma vez que havia a necessidade de um líder maior, no comunismo, em comunhão com o povo, para uma vida melhor, com menos desigualdades sociais.

Dessa forma, o narrador mostra que era preciso haver a luta e a união dos trabalhadores, pois o proprietário continuava “ficando rico, explorando os pobres, pagando salário miserável, negando-se a quitar férias, amealhando fortuna, comprando terras” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 158). As desigualdades continuariam visíveis, enquanto os mais favorecidos, através do trabalho explorado, continuassem acumulando capitais, e os pobres, cada vez mais, vivendo na escassez e trabalhando de maneira servil.

Na medida em que Deoclécia conscientizava as trabalhadoras, estas mostravam-se conhecedoras e disponíveis para lutarem por seus direitos trabalhistas. Dessa forma, comenta doutor Quirino: uma agregada “- Chegou lá no consultório, outro dia, e disse que queria ser atendida logo, que tinha direito a médico, que não era caridade nem bondade do patrão... e foi desaforo de toda ordem” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 139). As reuniões entre as agregadas contribuía para a conscientização e luta das mulheres por seu reconhecimento e direito como sujeitos inseridos na sociedade. A conscientização das ativistas, que eram mulheres graduadas e pertencentes à classe superior, mas que tentavam dar voz àquelas que eram oprimidas e marginalizadas, era um ato de que não só os menos favorecidos poderiam falar das injustiças que viviam, mas outras pessoas de outras classes, como já foi discutido anteriormente, com Spivack (2010).

Somando às mulheres que realizavam os trabalhos domésticos, havia também aquelas que trabalhavam na lavoura para ajudar no sustento da família, como a agregada Rosilda, que chegou à fazenda à procura de emprego, “pedia trabalho, seria de qualquer

serviço: enxada, facão, estrovenga. Preferia ficar em lugar isolado, sozinha que fosse, mas desse a ela um taco de chão para semear e zelar. Cacheado gostou da disposição da agregada” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 147). Rosilda foi morar no fundo da fazenda, afastada, “tomando conta também das ferramentas e adubos ali guardados” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 148). Entretanto, a agregada realizava trabalhos na lavoura, assim como os homens. Mas, por ser mulher, a mão de obra na lavoura era desvalorizada, ainda que “a mulher, uma onça no trabalho, também” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 106), seu esforço era considerado uma ajuda aos homens, como mencionamos anteriormente, acerca do não reconhecimento do trabalho feminino na lavoura.

Nesse meio em que as mulheres necessitadas precisavam trabalhar, presenciávamos, também, indígenas realizando trabalho doméstico. Assim que Josué, amigo de Carmélia, a ex-esposa de Esequiel, por ser cliente do advogado e frequentar “salões e teatros [...]. Carregando o Andor do Glorioso Padroeiro” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 91), após chegar do Rio de Janeiro, convidou Carmélia para um jantar em sua residência, e assim que a mesa foi posta, ele disse:

- Pensei em trazer criados do Rio – o meu falava até francês – mas essa gente de lá talvez não se adaptasse aqui. Estou tentando ensinar essa... bugre. Tirei da roça, é jeitosa, corpinho bem-feito, até bonitinha. Mas é burra... burra de doer. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 91).

A presença da indígena nos afazeres domésticos representa que o indígena não só trabalhava nas lavouras, mas, também, era utilizado em outros setores, como, no caso, na residência, realizando os serviços domésticos. Josué preferiu não trazer os seus funcionários do Rio de Janeiro, porém foi à roça e trouxe a indígena, que porventura, tinha boa aparência e um corpo bonito. A questão de o patrão chamá-la de “burra” faz menção aos índios não falarem ou não terem conhecimento da língua portuguesa.

Mas, continuando a mostrar a figura feminina, temos a Irmã Consuelo, que servia à comunidade eclesiástica de Rio Novo. Além de praticar as orações e suas atividades na igreja, como orações aos moradores do local, frequentava as reuniões no roçado, a fim de conscientizar os trabalhadores das injustiças que sofriam nas lavouras cacaeiras. Ela participava das reuniões com os lavradores, e, quando precisava, os ajudava a resolver os problemas ou a saírem de situações de perseguições feitas pelos policiais. Dessa forma, segundo o narrador:

Irmã Consuelo, roceira na bata, chinela e chita na cabeça, segurava o catecismo aberto. Ouvia os três-pés dos burros e a chegada dos homens. Zé da Silva sumiu debaixo do oratório, mesinha vestida de chitão desbotado. Os chegantes entraram, pediram cachaça, tomaram-na no pescoço de uma garrafa, correram o outro cômodo da cozinha, saíram na porta do fundo. Nada de mais: uma reza como outra qualquer. Cacheado voltou, encostou-se no altar com a bota a empurrar-lhe a saia.

- Rezemos também, gente. O dia vai romper daqui a poquinho. A estrela-d'alva vem alteando.

- Muito bem...

- Tem mais pinga, Rosilda?

- Sim, seu Cacheado.

- A moça aí toma uma?

- Não, seu Cacheado. Não tomo... tô de remédio... se fosse um vinhozinho...

Irmã Consuelo encarnava o rosto na presença dos homens. Poderiam abusar de Rosilda, ali, na sua vista. Ouvira chama-la à camarinha, derrubá-la na cama de folhas secas de bananeira, acabada a ladainha. Vira Cacheado sair, limpando as mãos no chitão desbotado da saia do altar. Puxasse mais teria descoberto Zé da Silva. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 142-143).

Como podemos ver, a freira Irmã Consuelo participava das reuniões nos roçados, buscava conscientizar os lavradores com as ideologias da luta em unidade, contra as injustiças sociais, e ainda ajudava os ativistas na fuga dos jagunços e perseguidores como a polícia. A freira tanto se preocupou com Rosilda como com Zé da Silva, o qual se escondeu debaixo do oratório. Durante a reza, Irmã Consuelo conseguiu disfarçar que estava ajudando os ativistas, e, ainda, dar procedimento à reza, sem que a população se desconfiasse. Esse cenário representa a comunidade eclesiástica no empenho de ajudar e dar voz aos menos favorecidos, juntamente com os ativistas.

Diante do exposto, vimos que as mulheres, de maneira geral, as miseráveis, agregadas, que trabalhavam na faxina, na casa do deputado, ou mesmo, na lavoura, junto com outras mulheres, e com os homens também, ou, até mesmo, as indígenas que sofriam com os maus tratos e com a violência de Rogaciano. As relações existentes, na fazenda Ronco D'Água, eram de poder, centralizado nas mãos do fazendeiro, fruto da herança patriarcal, que resultava na opressão feminina nas roças de cacau. A produtividade do cacau gerou riquezas, mas também produziu sofrimento para os menos favorecidos.

### 4.3 A infância roubada em *Machombongo*

As crianças miseráveis de *Machombongo* aparecem pouco no decorrer da história, mas, com o pouco que aparecem, podemos vê-las sendo escravizadas na lavoura cacaueteira. Suas funções eram de descarregar, quebrar sementes de cacau e transportar os caroços de um local para outro. Trabalhavam como os adultos, nas plantações e cultivos do fruto, durante toda a semana, e não tinham tempo para brincar, tampouco oportunidade de estudar. Manuseavam as ferramentas sem nenhuma proteção, estando sujeitas a acidentes de trabalho. Eram crianças que não tinham alimento adequado em casa, e o que seus pais recebiam era pouco para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, seus pais as levavam para o plantio. Elas não frequentavam a escola e não tinham tempo para momentos de ludicidade, uma vez que passavam o dia no roçado.

É notório que o trabalho precoce prejudicava o desenvolvimento das crianças, tanto físico como psicológico, intelectual e social, visto que a servidão na infância as impedia de estudar e se qualificar para que futuramente pudessem ter condições de alcançar um lugar melhor no mercado profissional. O trabalho infantil mutilava meninos e meninas, impedindo-os de conseguir uma vida melhor, com saúde, educação e moradia dignas.

Em *Machombongo*, os meninos e as meninas miseráveis passavam o dia trabalhando arduamente na lavoura, situação que resultava na grande possibilidade de se tornarem agregadas como seus pais. Assim, desde novinhas, elas enfrentavam a opressão, a miséria e a exploração, por pertencerem às famílias menos favorecidas. Por serem exploradas no plantio, as crianças estavam expostas ao trabalho pesado e às adversidades climáticas. Entretanto, precisavam trabalhar para ajudar no orçamento da família e para sobreviver à fome e à miséria. Segundo o narrador:

[...]. Os irmãos de Caçula, desde novinhos, seis anos, já labutavam descarregando cacau. O dia todo. Podia chuva remelar de manhã, ao cair do escuro. Se preciso, aguentavam, sem botar um trisco de farinha na boca, até o outro horário. [...]. E ali duros no serviço, meio lerdos, mas sem parar um pingo de tempo, no rojão. Ninguém precisava botar sentido. Os corpos atarracados, rijos, raspava os caroços dos frutos e nem usava proteção de pano para não corroê-los. Os quebradores que segurassem o facão: o menino tirador não dava tempo de sobrar cabaça partida. E, humildes, bem mandados, sem discutir ordens. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 66).



O excerto mostra que os meninos e as meninas escravizados mal conseguiam realizar o serviço, por ainda serem “meio lerdos” (p. 66). O que é trazido ao nosso entendimento é que eram crianças ainda em processo de formação, não possuindo preparo e habilidade de um adulto. Nesse sentido, o narrador mostra uma denúncia à situação de exploração da mão de obra infantil. “Lerdos” porque se encontravam em fase de desenvolvimento, de crescimento e aprendizagem, obedientes, por serem crianças, obedeciam às regras do trabalho na lavoura e os “corpos atarracados, rijos” (p. 66), dando-nos o sentido de ficarem longas horas na mesma posição, realizando os trabalhos servis.

O narrador descreve as crianças que, desde os seis anos de idade, trabalhavam na lavoura. A esse respeito, lembramo-nos que, até o século XVII, as crianças, a partir de seis ou sete anos, eram consideradas adultas e já participavam de reuniões, decisões e até já trabalhavam fora (ARIÈS, 1994). Ao serem colocados para trabalhar no plantio, meninos e meninas não vivenciavam a infância, pois eram explorados, e isso lhes retirava o direito de serem crianças.

A exploração da força física fazia com que as crianças ficassem vulneráveis, a sofrerem abscessões que as prejudicariam durante toda a sua vida. Além de realizarem serviços que exigissem empenho, não havia proteção, quebravam cacau, usando machado, sem ao menos saber manuseá-lo de maneira adequada, raspavam os caroços, sem que houvesse, ao menos, algum pano para proteger os dedos. Segundo André de Oliveira Carvalho e Maria Bernardete de Paula Eduardo, em “Sistema de informações de saúde para municípios”, os equipamentos de trabalho, os utensílios e os métodos não são projetados para crianças utilizarem, mas sim, foram projetados para os adultos e, por isso, trazem à tona os fatores de maiores riscos de acidente de trabalho para os meninos e as meninas (CARVALHO; EDUARDO, 1998).

Além de trabalharem de maneira exacerbada, os meninos e as meninas não se alimentavam adequadamente, passavam longos períodos de fome, uma vez que não tinham alimento em casa. Apesar da fome, elas recebiam ordens para trabalhar. Dessa maneira, percebemos que a mão de obra infantil era e ainda continua sendo utilizada no meio rural, mesmo na contemporaneidade. Inúmeras crianças são submetidas pela família e pelo proprietário aos serviços desgastantes em troca de alguns centavos ou pratos de comida.

A fome é mais que uma falta de alimentação, é uma agressão biológica, moral,

psicológica e social. O pesquisador José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, em sua Dissertação de Mestrado intitulada como *A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana*, explica que a alimentação é, para os homens e mulheres, muito mais que simples necessidade biológica, pois os alimentos fizeram parte de uma construção incessante da história para a formação dos sujeitos como humanos. Desde a pré-história, a alimentação não correspondia somente às necessidades nutricionais, mas ao aprendizado, aos gostos, às preferências, o que faz da alimentação um processo social que distingue os seres humanos dos animais (RIBEIRO JUNIOR, 2008).

Olhando para o lado dos famélicos, Euclides Neto descreveu a fome vivenciada cotidianamente nas lavouras cacauceiras. Como já havíamos mostrado, de acordo com Rocha (2006), a fome é o registro das desigualdades sociais. Assim, expomos, começando pelas crianças que trabalhavam o dia todo sem se alimentarem, “sem botar um trisco de farinha na boca” (p. 66), o que apresenta não só a exploração, mas o baixo salário, que não permitia aos trabalhadores terem alimentos em casa, e o patrão “não dispunha de nenhuma comida” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 81) aos empregados.

Assim, em busca de sobrevivência, os agregados e seus filhos dirigiam-se às lavouras para trabalhar e conseguir alimentos, a fim de saciar a fome dia após dia. O que nos leva a compreender a exploração da mão de obra infantil de maneira atroz. As crianças trabalhavam o dia todo, independente das ações climáticas, pois, como mostrou o narrador, “podia chuva remelar de manhã, ao cair do escuro” (p. 66), elas estavam ali firmes no trabalho. Para completar a servidão, não se alimentavam de maneira adequada, ou, muitas vezes, nem tinham alimento em casa, não restando outra alternativa a não ser trabalhar.

O trabalho nas lavouras cacauceiras, bem como, em outras partes do Brasil, como no canavial ou nas plantações de algodão, era de exploração e escravização, principalmente para as crianças, que, além de não estarem fisicamente aptas ao trabalho, eram mal remuneradas, e ainda não tinham o direito de se desenvolverem de acordo com a faixa etária. Desde novas já eram postas no meio servil, retirando-lhes as oportunidades de uma vida digna, e, principalmente, de serem crianças.

A autora Ana Lúcia Kassouf, no texto “O trabalho infantil no ramo agrícola”, faz um levantamento estatístico, expondo que, de acordo com o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), no século XX, apesar do espaço urbano ter crescido com o processo de migração, o meio rural ainda apresenta o trabalho infantil em grandes proporções. Entre os anos de 1950 e 60, cerca de 53% dos meninos e 46,3% das meninas que viviam no meio rural trabalhavam nas lavouras, o que corresponde a um percentual elevado de exploração da mão de obra infantil (KASSOUF, 2004).

Euclides Neto, como um escritor que mostra a realidade e denuncia as injustiças, representa essa prática de exploração infantil em outras obras, como, por exemplo, em *Os magros*, em que o narrador tece o seguinte comentário: “caieiros de meninos pinotavam. Apesar de terem passado o dia juntando e descaroçando cacau, ainda encontravam forças para jogar uma bola feita de lima murcha” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 161). Os meninos trabalhavam o dia todo, porém, ao entardecer, ainda tentavam vivenciar o lúdico e jogar bola com o que tinham no momento, como uma “lima murcha”.

Há outras obras de Euclides Neto, que também representam a exploração da mão de obra infantil, como, por exemplo, no romance *A enxada e a mulher que venceu seu próprio destino* (1996). Na obra há uma cena em que o narrador descreve o trabalho de uma família na lavoura, que era constituída pela mãe Albertina e seus filhos. Assim comenta o narrador:

Albertina arrumava e leira e fofava a terra com o adubo trazido pelos filhos. Findo o serviço, molhou com a água rica da cascalheira. Plantou o restinho das sementes que trouxeram tão bem guardadas e exigiam chão melhorado. A lavradora criara a terra com seu trabalho. (EUCLIDES NETO, 1996, p. 12)

A exploração da mão de obra infantil aparece em vários textos de Euclides Neto, como uma forma de denúncia a esse ato desumano para com as crianças, que não frequentavam escola e ainda eram utilizadas no trabalho na roça. Nas famílias mais abastadas do sul da Bahia, principalmente naquelas que trabalhavam nas lavouras, era recorrente que todos os membros fossem para as lavouras, pois o pai, como provedor, recebia um mísero salário, que mal dava para manter o alimento da família durante a semana. Junto ao pai, as figuras da mãe e das crianças também estavam ali, presentes na lavoura, com a finalidade de receberem um salário melhor, e, assim, conseguirem manter o sustento da família.

Observando essa realidade desonrosa dos miseráveis, Euclides apresenta, em seus

textos, a gravidade da miséria, com a finalidade de que o leitor, por meio de seus textos, conheça e conscientize-se sobre as desigualdades sociais, a violência e a opressão vivenciada pelos menos favorecidos e marginalizados na sociedade.

Dessa maneira, percebemos que a obra *Machombongo* apresenta as crianças trabalhando na lavoura de cacau, sendo, no geral, filhas dos agregados, pobres, famélicas e começavam a trabalhar cedo, desde aproximadamente os seis anos de idade, descaroçando cacau para ajudar no sustento da família. Na mente do fazendeiro, a presença da figura infantil na lavoura era compreendida da seguinte maneira: “o caboleté era bom no pesado” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 65-66).

Outras figuras de meninos e meninas miseráveis, que aparecem na narrativa, são, entre as meninas, Agripina, que foi violentada por Rogaciano, sendo ainda uma “meninota” (p. 18), como já mencionamos anteriormente. Margarida, a qual foi violentada por Rogaciano diversas vezes, o que resultou em “um filho, o Macário” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 191). Outra menina que aparece nas descrições do narrador é Caçula, a indígena que não sofreu violência praticada pelo patrão, mas foi induzida a ter relações sexuais ainda menina, após a sua primeira menstruação. Logo após o ato consumado, “o andar roliço dela. Desaparecera o semblante da virgem” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 76).

Em contraponto, Euclides Neto mostra também, cenas de outros meninos que viviam no sul da Bahia, como os filhos do deputado, por exemplo. Estes frequentavam escolas, possuíam regalias e tinham momentos de lazer ao lado do pai, ou, até mesmo, durante as festas da fazenda. Os filhos de Rogaciano tinham momentos de lazer ao lado pai, e, assim, após a refeição, na varanda da fazenda, segundo o narrador:

Ah! copo de cerveja trincando de gelado! Antes e depois da esfomeação. Arroto descontraído na varanda, assustando, brincalhão, os meninos que pediam mais, mais e ele até se divertia com os filhos naquela plenitude da vida.

- Faz mais, pai, faz mais como o boi zebu.

- Oh... ó... prá!...

- Bufa, agora, pai. Bufa... peidão... pai.

Satisfação mesmo era subir no assento da barriga, até acender luz da cor de romã na meia-lua da cabeça do fazendeiro [...]. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 98).

Os filhos de Rogaciano tinham momentos de ludicidade com o pai, brincavam na

varanda com o deputado. Outro fator que aparece na narrativa é a questão da escolaridade dos meninos, filhos daqueles que pertenciam à elite, como o deputado, o qual, segundo o narrador, no final da tarde, “os meninos chegaram da escola” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 185). Como vemos, as crianças da classe mais favorecida frequentavam a escola e tinham momentos do lúdico.

Todavia, ao colocarmos em contraste, na obra *Machombongo*, passagens que representam a vida de miséria, de exploração e falta do reconhecimento da infância aos meninos pobres, em relação aos meninos ricos, percebemos que Euclides Neto deixa em evidência as desigualdades sociais que existiam na lavoura cacauzeira. Já as crianças da classe mais favorecida brincavam, tinham tempo para ludicidade, e ainda frequentavam a escola. Elas viviam o momento de infância, de lazer, até mesmo com o pai, como foi mostrado anteriormente, os filhos do deputado brincando com ele na varanda. Quanto às crianças que viviam na miséria, a única diversão que encontravam era a de “sábado ir à feira, pechinchar nas barracas” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 54), junto aos pais, que procuravam “jogar nas tripas as talagadas de pinga” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 54).

No decorrer da história, percebemos que as crianças pobres não tinham infância, não tinham tempo para o lúdico, pois a elas eram destinados os trabalhos na lavoura. Acordavam cedo e, junto com os pais, iam para as roças, trabalhavam o dia todo, até mesmo sem alimentação, para cumprir as ordens do fazendeiro. Além de não terem momentos para o brincar e para diversão, não frequentavam a escola, pois não havia escola na fazenda, e Rogaciano não procurava contratar uma professora para alfabetizá-las, pois preferia mantê-las ali, na exploração, como “gente bem mandada” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 53), o que os garantiam trabalhando na roça, como mão de obra barata.

Assim, vimos, no decorrer de nossa análise, que, tanto as crianças como as mulheres, eram vítimas do autoritarismo do fazendeiro. Elas sofriam com o pejo da marginalização, da miséria e da exploração. As mulheres, mesmo crianças, ainda eram mais sofridas, uma vez que corriam o risco de serem abusadas sexualmente. O fazendeiro aproveitava de seus poderes de mandos e desmandos e as subordinava, as escravizava, resultando na exploração feminina e infantil nas lavouras de cacau.

Além da exploração sexual de mulheres, o fazendeiro utilizava a mão de obras delas, na lavoura, inclusive Rosilda e outras trinta mulheres que trabalhavam o dia todo para ele. Assim, elas trabalhavam com enxada, na capina, juntamente, com os homens.

Ademais, essas mulheres realizavam dupla jornada de atividade, porque cuidavam da casa, dos filhos e do marido, após sair do cultivo agrícola. No entanto, elas recebiam pagamento inferior aos homens trabalhadores, por serem mulheres e serem vistas, na sociedade, como pessoas frágeis.

Não obstante, os empregados, com o baixo salário que recebiam, não conseguiam para comprar a quantidade de alimentos suficientes para a semana toda, e isso era um dos fatores que levaram à exploração infantil, nas lavouras, naquela época, pois os filhos dos trabalhadores, para ajudarem no orçamento da família, desde pequenos, iam para o trabalho braçal com os pais. Nessa situação, essas crianças não frequentavam escola, não vivenciavam a infância e passavam por longos períodos de fome ao executar as suas tarefas de trabalho.

Nesse meio, somavam aos filhos dos agregados, os filhos dos Pindaíbas, que, de modo mais agravante, por serem indígenas, trabalhavam no pesado, desde novinhos, e eram explorados nas lavouras de cacau. Assim, os Pindaíbas realizavam trabalhos que os animais de grande porte não conseguiam, e os seus filhos eram explorados desde a infância. Do mesmo modo, esses indígenas trabalhavam o dia todo sem proteção e executavam trabalhos como: descascar cacau sem nenhum tipo de amparo, conseqüentemente, manuseavam ferramentas inadequadas para a idade e não se alimentavam de maneira correta, comiam “um punhado de farinha” para sustentar no que trabalhavam durante o dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa análise acerca do *corpus* da tese, envolvendo estudos sobre a figura dos miseráveis na literatura euclidiana, vimos que, nesta pesquisa, tornou-se compreensível a motivação que levou o autor a escrever sobre os problemas vividos nas lavouras cacauceiras do sul da Bahia. Euclides Neto, como político e morador da região, mostrou, em suas narrativas, ser um autor engajado, expondo os problemas sociais do local, tais como o sofrimento, a violência, a miséria e as injustiças vividas pelos menos favorecidos no período ditatorial do Brasil. Com o seu engajamento, o autor transmitiu, através de personagens miseráveis, que sofriam com a marginalização e com o trabalho explorado, a possibilidade de lutar por uma sociedade mais igualitária, a partir de suas ideologias marxistas, que defendem a união entre os trabalhadores na luta contra a elite agrária.

Ao mostrar um escritor que denuncia as mazelas, Euclides Neto representou os acontecimentos sócio-históricos e econômicos da região sul da Bahia. Ele deu voz aos miseráveis, durante as reuniões que aconteciam no meio do roçado, entre os trabalhadores, ativistas e a comunidade eclesiástica. Naquele momento, os trabalhadores expunham seus problemas, como por exemplo, a falta de alimento em suas casas. Outras formas que o autor utilizou para dar voz a esses sujeitos foi através da construção de personagens ativistas, que iam para a fazenda, disfarçados de trabalhadores, como Zacarias, Arnaldo, Cacheado, que aproveitavam as reuniões e conscientizavam os lavradores sobre os direitos trabalhistas.

Nesse sentido, alicerçados em nossa pesquisa, pelos estudos acerca das personagens miseráveis da obra, as quais eram exploradas na fazenda Ronco D'Água, tomamos consciência de que, esses sujeitos, além de trabalharem na servidão, eram oprimidos e ameaçados pela violência, quando fizessem alguma reclamação de seus direitos trabalhistas, como aconteceu com Zé da Noite, que ao pedir para o fazendeiro assinar sua carteira de trabalho, foi brutalmente violentado até a morte, servindo como exemplo para os outros trabalhadores.

Mas, essas atrocidades não aconteciam apenas com os trabalhadores, as mulheres também, além da exploração da mão de obra como Deoclécia, contratada para realizar o

trabalho de lavadeira, fazia partos pela madrugada, sem ter horas de descanso. Havia também, aquelas que sofriam com a violência sexual como Agripina e Margaria, que foram contratadas para realizarem trabalhos domésticos na casa do deputado, sendo abusadas por este, ainda na adolescência. Mencionamos também, aquelas mulheres que moravam na região, mas eram de famílias menos favorecidas como Matilde, Gertrudes e Anália, que foram nomeadas como mulheres de Rogaciano, mas que sofreram com as violências sexuais, antes de se tornarem esposas do fazendeiro.

Encontramos, ainda, outras personagens, que não eram os ativistas, mas que estavam ali, no local, para dar voz aos menos favorecidos, como a comunidade eclesiástica, composta por padres e freiras, que participavam das reuniões dos trabalhadores, no roçado, na busca para conscientizá-los sobre a exploração e as injustiças que viviam. O grupo de ativistas, junto com a comunidade eclesiástica e os trabalhadores, almejavam alguma forma de lutar por seus direitos, representando, assim, as ideologias marxistas a respeito das lutas entre as classes, por uma sociedade mais igualitária.

Além dos ativistas e da comunidade eclesiástica, Euclides Neto mostrou pessoas pertencentes a outras classes sociais mais favorecidas, como o médico Quirino, por exemplo, que possuía empatia para com os trabalhadores, e, como forma de ajuda-los, realizava consultas gratuitas e medicação por amostra grátis, para que esses pacientes pudessem ter melhoras na saúde. Quirino tratava com igualdade e usava linguagem acessível para com todos, independentemente de sua classe social. O médico pensava que os trabalhadores não podiam mais ficar daquela maneira, sendo explorados cotidianamente nas lavouras.

Através de seu olhar arguto de político e morador da região, Euclides Neto mostrou, em seus textos literários, uma escrita autêntica, em que, além de representar as lutas entre as classes sociais, discorreu acerca de sujeitos da classe dominante, como o médico Quirino, que agia com solidariedade para com os trabalhadores, que estavam ali sendo explorados de forma desumana. Por meio dessa escrita, podemos ver a beleza de seus textos, os quais são esteticamente construídos, a partir de uma ideologia marxista e crítica à realidade do local.

Em meio às personagens trabalhadoras rurais, o autor não deixou de mencionar os indígenas que ali moravam, antes da posse de terras do fazendeiro, que descobriu a tribo e passou a escravizá-los. Ele descreveu, com clareza e minudência, as violências e as



atrocidades cometidas contra os indígenas, que, até em como eram chamados, lidavam com a submissão: Pindaíba. Os indígenas perderam suas terras e passaram a trabalhar de maneira escravizada para o fazendeiro, perdendo partes de sua cultura, que era transmitida verbalmente, para passarem o dia na lavoura, trabalhando para o proprietário.

Somados aos trabalhos dos indígenas, mencionamos, também, a mão de obra feminina na lavoura, que era mais desvalorizada do que a dos homens, apesar de inúmeras vezes, realizar trabalhos iguais aos deles; ilustrando, assim, as injustiças e disparidades decorrentes de um sistema social, plenamente patriarcal. Junto às mulheres, também são representadas as crianças, que trabalhavam na lavoura, sendo exploradas o dia todo, sem se alimentar de forma adequada e sem frequentar a escola. Essas crianças cresciam na lavoura, sem desfrutarem de sua infância e sem ao menos, terem tempo para os momentos de ludicidade. Eram sujeitos que viviam a mercê dos mandos e desmandos do coronel e que futuramente, se tornariam agregados e continuariam na servidão.

Euclides Neto, no decorrer da narrativa, apresenta momentos de prática da cultura da região sul baiana, como as festas religiosas, que figuravam o momento em que todos se uniam em prol de suas crenças. O autor detalha que, além das festas, havia o ato de devoção nas casas dos moradores do local, sem esquecer que as chuvas também faziam referências à santa Bárbara, o que indica um local de cultura religiosa, adépto ao catolicismo. Tais festas também se referiam aos poucos momentos de lazer e felicidade dos trabalhadores, que passavam a maior parte do tempo realizando trabalhos de exploração.

Por falarmos em estética, no que se refere à beleza da escrita, Euclides Neto descreveu, de forma detalhada, lugares que aparecem na narrativa, que, algumas vezes, são batizados por nomes reais da região, como Beira Rio, Jequié, Itabuna, o que faz com que, no momento em que estamos lendo, nos indaguemos se a história realmente existiu ou é apenas ficção. Em contraste com os lugares reais que aparecem na narrativa, há também os lugares utópicos, como a *Serra do Machombongo*, que era o local onde os miseráveis sonhavam em se refugiar para viverem de maneira mais igualitária, onde todos pudessem trabalhar e retirar da terra o seu sustento.

Perante os nossos estudos, no decorrer desta pesquisa, chegamos à conclusão de que a hipótese que levantamos, acerca da escrita euclidiana, a qual se constitui em seu engajamento, pôde, nos resultados, ser comprovada, a de que Euclides Neto, como um

escritor engajado, denuncia os problemas sociais das lavouras cacaeiras, por meio de sua narrativa. Por esse resultado, comprovamos também que o autor, ao descrever os momentos de reuniões que envolviam os trabalhadores, a comunidade eclesiástica e os ativistas, além das reclamações que esses grupos faziam no sindicato do trabalho, contribui para ampliar a visão crítico-reflexiva do leitor, revelando as mazelas sociais de sua época.

## BIBLIOGRAFIA

EUCLIDES NETO. **Machombongo**. 2ª. ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Litera Criações LTDA, 2014.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Maria Gonçalves. Apresentação. In: EUCLIDES NETO. **O patrão**. 2ª. ed. Salvador, Bahia, 1978.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geral da Silva e; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Ano XX**, n. 2, abr/jun., 2011)

AMADO, Jorge. **Capitães de areia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

AMADO, James. Apresentação. **Dicionareco das roças de cacau e arredores**. Ilhéus, Bahia: Editora da UESC, 2002.

ARAÚJO, Jorge de Souza. Prefácio. In: EUCLIDES NETO. **Machombongo**. 2ª. ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Litera Criações LTDA, 2014.

ARGOLO, Lídia de Teive e. Aspectos estruturais e estéticos do acesso à literatura no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 48, n. 1, jan/jul, 2017.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Geral, 2013.

BAKHTIN, Michail. **Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. São Paulo: Editora 34, 2018.

BALZAC, Honoré de. **Ilusões Perdidas**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

BARBIERI, Claudia. Arquitetura literária: sobre a composição do espaço narrativo. In: BORGES FILHO, Ozires. **Poéticas do espaço literário** (Org.). São Paulo, Editora Claraluz, 2009.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BÍBLIA. Lucas. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BÍBLIA. Efésios. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**.

São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BÍBLIA. I Pedro. *In*: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BÍBLIA. Colossenses. *In*: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica**: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BORGES FILHO, Ozires. **Espaço e Literatura**: introdução à topoanálise. São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Best Bolso, 2020.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre religiões popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. *In*: JOBIN, José Luis (Org.). **Palavras críticas**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades: Ouro sobre Azul, 2004.

CARDOSO, João Batista. **Literatura do cacau**: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2006.

CARLOS, Elisângela de Almeida; FERREIRA, Marineide Mendes. Leitura plural de Capitães de areia de Jorge Amado. **Conlire**. UESC, Ilhéus, BA, out., 2009.

CARVALHO, André de Oliveira; EDUARDO, Maria Bernardete de Paula. **Sistemas de Informação em Saúde para Municípios**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

CESAR, Eliezer. **O romance dos excluídos**: terra e política em Euclides Neto. Ilhéus: Editus, 2003.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar** (8s ed.). São Paulo, SP: Moderna, 1994.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias nas narrativas contemporâneas. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 42, n. 4, dez., 2007.

DANTAS, Audálio. O drama da favela escrito por uma favelada: Carolina Maria de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive. **Folha da Noite**. São Paulo, ano XXXVII, n. 10.885, 9 de maio de 1960.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DOREA, Gumercindo Rocha. "Orelha". **Os gêneros**. São Paulo: Edições GRD, 1981.

DOSTOIÉVSK, Fiódor. **Gente pobre**. São Paulo: Editora 34, 2009.

EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

EUCLIDES NETO. **Comercinho do Poço Fundo**. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

EUCLIDES NETO. **Os magros**. 2ª. ed. São Paulo: Guena & Bussius, 1992.

EUCLIDES NETO. **Trilhas da reforma agrária**. São Paulo: Littera, 1998.

EUCLIDES NETO. **A enxada e a mulher que venceu o próprio destino**. São Paulo: Littera, 1996.

EUCLIDES NETO. **O tempo é chegado**. Ilhéus: Editus, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

FANINI, Angela Maria Rubel; RIBEIRO, Vanessa Lopes. O enunciado do romance *Usina*, de José Lins Rego: fluxo de consciência, circuito de vozes e repetição. **Revista Eletrônica Recorte: UNINCOR**. v. 12, n. 1, jan/jun, 2015.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Dell (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, 2008.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Tortura no contexto do Regime Militar. **Revista Olhar**. ano. 02, n. 4, dez/2000.
- FERREIRA, Juliana Cristina. **Sociedade, cultura e identidade em Vidas secas, Graciliano Ramos e Os magros, de Euclides Neto**. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *College de France* pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no *College de France*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREIRE, Manoel. Dialética da ordem e desordem: uma leitura de Malagueta, perus e bacanaço. **Revista do GELNE**. v. 20, n. 1, 2018. <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2018v20n1ID15453>
- FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **A agonia da fome**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. <https://doi.org/10.7476/9788575412497>
- GENET, Jean. **O diário de um ladrão**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.
- GOMIDE, Glória. Os miseráveis de Victor Hugo: a invisibilidade através do nome. **Rumores**. v. 8, n. 15, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2014.83564>
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- JUNQUEIRA, Regina. Contracapa. **A enxada e a mulher que venceu o próprio destino**. São Paulo: Littera, 1996.
- JUSTINO, Luciano Barbosa. Literatura de multidão: a potência dos pobres na literatura brasileira contemporânea. **Revista Graphos**, vol. 14, nº 1, 2012.
- MARX, Karl; HENGELS, Fhrederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.
- KASSOUF, Ana Lúcia. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. Brasília: OIT, 2004.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2009.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

LUKÁCS, György. —A polêmica entre Balzac e Stendhall e —Ilusões Perdidas|. In: **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.

MARCOS, Eidson Miguel da Silva; QUEIROZ, Amarino Oliveira de. Cabo Verde – Rio Grande do Norte: ficionalização da história em Famintos, de Luís Romano e Brutos, de José Bezerra Gomes. **Revista Rascunhos Culturais**. Coxim/MS. v. 4, n. 7, jan/jun., 2013.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; HENGELS, Fhrederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.

MARTINS, Ludmila Gonsalves. Diálogos sobre a história social da infância e o reconhecimento da criança

MEDAUAR, Jorge. Contracapa. **Machombongo**. Itabuna: Cacau e Letras, 2014.

MEDAUAR, Jorge. **Contracapa. O tempo é chegado**. Ilhéus: Editus, 2001.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

MOURÃO, Rui. Prefácio. In: AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1981.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. **Literatura marginal**: os escritores da periferia entram em cena. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Rita Lírio de. **Rasuras grapiúnas**: linguagem, memória, história e gênero na obra de Euclides Neto. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura – UFBA). Salvador, 2018.

PAULILO, Maria Ignêz Silveira. A mulher e a terra no brejo Paraibano. In: **Trabalhadoras do Brasil**. S. Paulo: Brasiliense/ F. C. Chagas, 1982.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. A criminalização da pobreza e a literatura da miséria. **Ipotesi**, Juiz de Fora. v. 15, n. 2, jul/dez, 2011.

PÓLVORA, Hélio. Prefácio. **Comercinho do Poço Fundo**. Fortaleza: Antares, 1979.

- PÓLVORA, Hélio. Prefácio: **Machombongo**. 2<sup>a</sup>. ed. Salvador: EDUFBA: São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.
- PÓLVORA, Hélio. Prefácio: **Os magros**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Guena & Bussius, 1992.
- PRADO, Clara Versiani dos Anjos. A estética da existência marginal – O diário do ladrão e o poeta Genet. **UNISANTA Humanitas**. v.2. ano 1, 2012
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 116 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. 2. ed. Porto Alegre, 2013.
- RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da geografia urbana**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2008.
- ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaueteira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: sagra, recepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3. ed., 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. 3<sup>o</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SANDER, Jardel. Corpo-dispositivo: cultura, subjetividade e criação artística. **Artcultura**. v. 13, n, 23, 2011.
- SANTINI, Juliana. Realidade e representação no romance regionalista brasileiro: tradição e atualidade. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**. v. 23, n. 1, 2014.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Nobel, 2005.
- SANTOS, Manuela Porto. **Ficção e política em Machombongo**. Monografia do Curso de Licenciatura em Letras. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2010.
- SARTRE, Jean-Paul. **Que é literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas do Brasil**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. <https://doi.org/10.17851/2358-9787.23.1.115-131>



SCHWARZ, Roberto. **Os pobres da literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. A ficção da região cacaueira baiana: questão identitária. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**. UESC, nº 1, 1997/98.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Inês Ribas. **Golpe de 64: 1964-1968: História da república brasileira**. Paraíba, João Pessoa: Editora Três, 1998.

SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOSNOWSKI, Saúl. *Contra os consumidores do esquecimento*. In: SCHWARTZ, Jorge; SONOWSKI, Saúl. **O trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. A política econômica do autoritarismo. In: SCHWARTZ, Jorge; SONOWSKI, Saúl. **O trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARIKAS, Eleni. **A escória do mundo: figuras do paria**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BASTOS, Edson. **Euclides Neto: o homem da terra**. 2013.< Disponível in: [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com)>, 2013. Acesso em 2013.

CALAÇA, Irene Zsimeowicz Pinto. A construção do fantástico em O capote de Gógol, 1998. <Disponível in: [https://www.researchgate.net/publication/a\\_construcao\\_do\\_fantastico\\_em\\_o\\_apote\\_de\\_gogol](https://www.researchgate.net/publication/a_construcao_do_fantastico_em_o_apote_de_gogol), 2009. Acesso em 2014. <https://doi.org/10.5216/sig.v10i1.7253>

CARDOSO, Camila Lourenço. Nas ruas de Capão Pecado: através da chamada ‘literatura marginal’, Ferrez apresenta um lugar onde um passo é o limite entre a vida e a morte. **Jornal Página Um**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pará (Castro PR) <Disponível in: [file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/505-1615-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/505-1615-1-PB%20(1).pdf)>, s/d. Acesso em 2017.

CIDREIRA, Rosângela; FREITAS, Zilda O.; MARTINS, V. H. F. Os Magros: discurso e memória. **Seara** - revista virtual de Letras e Cultura, Salvador, s/d. Disponível em: <<http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/rosangelacidreira.pdf>>. Acesso em: ago. 2013. Acesso em 2013.

CUNHA, Margarida Leal. Carta. **Berimbau**. Alagoinhas, Bahia, 1947. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Carta](http://www.euclidesneto.com/Carta)>, 2013. Acesso em 2013.

EUCLIDES NETO. Entrevista. **A Tarde**. Salvador, Bahia, 1990. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/entrevista](http://www.euclidesneto.com/entrevista)>, 2013. Acesso em 2013.

EUCLIDES NETO. **A história de Ipiaú**. Ipiaú, Bahia, 1965. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Artigo](http://www.euclidesneto.com/Artigo)>, 2013. Acesso em 2013.

EUCLIDES NETO. **Carta a Jorge Medauar**. Bahia, 1984. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Carta](http://www.euclidesneto.com/Carta)>, 2013. Acesso em 2013.

EUCLIDES NETO. **Carta a José Saramago**. Bahia, 1992. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Carta](http://www.euclidesneto.com/Carta)>, 2013. Acesso em 2013.

HARTWUIG, Marisa. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. Eixo 1: Contradição e perspectiva da globalização na educação dos trabalhadores. <Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001>>, 2001. Acesso em 2012.

JOSÉ, Emiliano. **A política como território do bem comum**. Bahia, 1999. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Artigo](http://www.euclidesneto.com/Artigo)>, 2014. Acesso em 2014.

MARTINS, Vitor Hugo. A prosa telúrica de Euclides Neto. <Disponível em: <http://vitorhugofm.blogspot.com/2010/03/prosa-telurica-de-euclides-neto-vitor->>, 2013.

MEDAUAR, Jorge. **O neto**. Poema, 1984. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Artigo](http://www.euclidesneto.com/Artigo)>, 2013. Acesso em 2013.

MELO, Virgínius da Gama. Artigo. Os magros: literatura e vida. **A União**. Paraíba, 1961. <Disponível in: <https://auniaio.pb.gov.br/edicao-do-dia>, 1961. Acesso em 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estudos avançados. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication.com>. Acesso em 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100017>

PÓLVORA, Hélio. Artigo. 64: um prefeito e os jumentos. **A Tarde**. Salvador, Bahia, 1984. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/entrevista](http://www.euclidesneto.com/entrevista)>, 2013. Acesso em 2013.

RIBEIRO, Carlos. O menino traquino. Ipiaú, Bahia, 1994. <Disponível em: [www.euclidesneto.com/Carta](http://www.euclidesneto.com/Carta)>, 2013. Acesso em 2013.

SOUZA FILHO, Albione. **Breve história de Euclides Neto**. Ipiaú, Bahia, 2013.  
<Disponível em: [youtube.com/watch/canalglauciotadeusantos](https://www.youtube.com/watch/canalglauciotadeusantos)>, 2015. Acesso em 2016.  
TEIXEIRA, Denise. Documentário. **Euclides Neto: o homem e seu tempo**, 2013.  
<Disponível in: [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com)>, 2013. Acesso em 2013.

TEIXEIRA, Marcelo. Documentário. **Euclides Neto: o homem e seu tempo**, 2013.  
<Disponível em: [www.euclidesneto.com](http://www.euclidesneto.com)>, 2013. Acesso em 2013.